ANAIS

7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa/RS

Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação

08, 09 e 10 de setembro de 2025
Teatro da PUCRS – Prédio 40

Apoio: PUCRS

Realização: RIO GRANDE DO SUL

Anais da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Rio Grande Sul

Organização dos Anais

Cátia Elizandra Siqueira - SEDES/RS

Gisele Varani - SENAC/RS

Ivanir Maria Argenta dos Santos - ASCAR/EMATER

Priscilla da Silva Lunardelli - SINTERGS

© 2025 Conselho Estadual da Pessoa Idosa do RS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Emater/RS-Ascar

C748e Conferência Estadual da Pessoa Idosa do RS (7. : 2025 : Porto Alegre, RS). Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade [recurso eletrônico] ; VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa, 08 a 10 setembro de 2025 : anais. – Porto Alegre : Conselho Estadual da Pessoa Idosa do RS, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web <social.rs.gov.br/conselho-estadual-da-pessoa-idosa-cei> Secretaria do Desenvolvimento Social (acesso em 26/01/2026).

1. Políticas públicas – Rio Grande do Sul. 3. Idoso. 4. Direito da pessoa idosa. 5. Envelhecimento. 6. VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa. II. Título.

Bibliotecária Responsável: Cleusa Alves da Rocha – CRB 10/2127.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA

EDUARDO FIGUEIREDO CAVALHEIRO LEITE
Governador

BETO FANTINEL
Secretário de Desenvolvimento Social

CÁTIA ELIZANDRA SIQUEIRA
Coordenadora da Unidade Especial de Atenção à Pessoa Idosa
Vice-Presidente do CEI-RS
Gestão 2024-2026

IVANIR MARIA ARGENTA DOS SANTOS
Presidente do CEI-RS
Sociedade Civil - Emater/RS-Ascar
Gestão 2024-2026

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 5
2 CONSELHEIROS GESTÃO 2024-2026 7
3 COMISSÃO ORGANIZADORA 8
4 COMISSÃO DE APOIO 9
5 RESOLUÇÃO DE CONVOCAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA 12
6 PORTARIA DE CONVOCAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA 15
7 PROGRAMAÇÃO 16
8 REGIMENTO INTERNO DA 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA RS 18
9 RESUMOS E APRESENTAÇÕES DA CONFERÊNCIA DE ABERTURA E DOS PAINÉIS DE TRABALHO 30
10 ORIENTAÇÕES PARA OS GRUPOS DE TRABALHO 100
11 DELIBERAÇÕES PRIORIZADAS - NÍVEL ESTADUAL 102
12 MOÇÕES PARA O ESTADO 106
13 DELIBERAÇÕES PRIORIZADAS - NÍVEL FEDERAL 111
14 ATA DE ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO À 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL 116
15 FOTOS DA 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA DO RIO GRANDE DO SUL 118
16 APÊNDICES 133
16.1 Orientações para a organização das conferências municipais da pessoa idosa 2025 . 133
16.2 Apresentação padrão CEI para as conferências municipais da pessoa idosa 146
16.3 Modelo de relatório para as conferências municipais da pessoa idosa..... 165
16.4 Ficha de inscrição dos(as) delegados à VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa 171
16.5 Glossário 173

1 APRESENTAÇÃO

A 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa, que foi convocada pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEI-RS) por meio da Resolução nº 14/2024 do CEI-RS, e publicada no Diário Oficial do Estado, em 29 de novembro de 2024, recomendou a realização das conferências municipais até o prazo máximo de 30 de junho de 2025.

Nesse período, com o propósito de refletir, avaliar e redirecionar ações de política pública para as pessoas idosas, 205 municípios realizaram conferências municipais. Desses, 47 participaram em 9 conferências regionais, e 19 municípios participaram como ouvintes das conferências regionais por não possuírem um Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Essa avaliação perpassou pelo tema central proposto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação".

Pudemos identificar que, além dos desafios a serem superados pelas próprias pessoas idosas, também se interpuseram desafios para as suas famílias, comunidades, instituições e a esfera pública, em especial pela escassez de recursos financeiros e orçamentários, materiais e humanos. Estes últimos se mostraram desprovidos de capacitação para compreender a pessoa idosa, seu processo de envelhecer e as formas de atender a suas demandas. A escassez também esteve presente em serviços de atendimento, na coordenação, na articulação, na fiscalização desses serviços e no fortalecimento da Rede de Apoio à Pessoa Idosa.

Também se verificou, nos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, a fragilidade das equipes de definição de responsabilidades de instrumentos de fiscalização e monitoramento das ações.

Para todas essas questões, havia estratégias e soluções em execução em alguns municípios mais do que em outros, tais como a criação dos Fundos da Pessoa Idosa e dos Programas de Educação Continuada em Envelhecimento; o apoio na participação de profissionais em cursos de pós-graduação e atividades de extensão, desenvolvidos por várias instituições de ensino superior; e ações de fortalecimento e reconhecimento do Controle Social, principalmente, do reconhecimento das pessoas idosas como sujeitos de direitos, merecedores de respeito. Os pressupostos identificados nas conferências municipais foram os mesmos trabalhados na 7ª Conferência.

Fizemos, pois, todos nós – pessoas idosas, profissionais, dirigentes institucionais, gestores públicos – desta conferência um espaço privilegiado de expressão de democracia, de direitos, de participação, de respeito às diferentes ideias, compreensões, posições e manifestações.

Tivemos todos a capacidade de saber ouvir e de nos fazer ouvir com argumentos embasados, com serenidade e com educação.

Este Anais reúne documentos e informações que ajudaram cada participante a ter a melhor e mais adequada forma de estar e de fazer da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa um momento especial para ajustar a atuação da Política Social da Pessoa Idosa de nosso Estado.

Boa leitura!

2 CONSELHEIROS GESTÃO 2024-2026

Adriana Cavalli

Ana Luisa Caruso

Anelise Crippa Silva

Augusto Arnold Filho

Berenice Maria Werle

Bibiana Veríssimo Bernardes

Bruna de Souza Araújo

Carla Anette Gut Nassif

Caterine Henriques Mendes

Cátia Elizandra Siqueira

Charles Raul Hoffmann

Clóvis Miguel Rambo

Elisete Ribeiro Lopes

Eunice da Cunha Luz

Gilberto Klein

Gilvania Romanzini

Giovana Gamaro

Iride Cristofoli Caberlon

Isolete Magali Georg Bacca

Ivanir Maria Argenta dos Santos

Ivo Nunes Dias

Jaqueline Amaral Bessa

Jaqueline da Silva Rosa

Jardélia Rodrigues de Sá

Jatir José Radaelli

José Renato Scherer

Leo Luis Selbach de Souza

Leonel Saldanha de Carvalho

Lérida Matilde Pivoto Pavanelo

Luciana Araujo Vieira

Luciene Cristina Silva de Azevedo

Luiz Fernando Kelber

Maikeline Schutz

Marcelo Lima da Silva

Marcos Reinaldo Dresch

Maria Cristina Werleng

Marion Fagundes da Silva

Martina Bernabeth Isnado Gusmão

Michele Bittencourt Silveira

Mônica Tavares Mazina

Morgana Machado

Nara Elisa Cardoso

Paulo Augusto Coelho de Souza

Raquel Filomena Gonçalves Lemos

Regis Gemerasca Mestiner

Ritieli Tauana de Souza da Rosa

Roberta Maschio Schiochet

Rochele da Silva Lino

Rubem Francisco de Oliveira

Sara Brunetto

Saul Ivan de Lima Fontoura

Sérgio de Miranda

Silvio Luiz Azevedo de Oliveira

Solange Beatriz Billig Garces

Tayna Farias Bombardelli

Thais Dalla Rosa

Thuany Martins Britz

Valci Paulo Haas

Valter Zanon

Vanessa Rossoni de Oliveira

Vania Souza Homes

Vera Lúcia Ribeiro Vilanova

Vitor Hugo Roehe

Viviane de Lima Leal

MESA DIRETORA - Gestão 2024-2026

Ivanir Maria Argenta dos Santos (EMATER/RS-ASCAR) – Presidente

Cátia Siqueira (SEDES/RS) - Vice-Presidente

3 COMISSÃO ORGANIZADORA

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÕES

Assessoria Técnica

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CEI RS 06/2024

A Presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa - CEI-RS no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Estadual 14.254/2013 e, tendo em vista a deliberação do Plenário em sua reunião ordinária realizada no dia 18 de julho de 2024.

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa, com a seguinte composição:

Três entidades sociedade civil

ABEN - Iride Cristofoli Caberlon

PUCRS - Anelise Crippa Silva

CREFONO - Nara Elisa de Welles Cardoso

Três entidades de governo

STDP - Vitor Hugo Roehe

SJCDH - Marcelo Lima da Silva

SEDES - Cátia Elizandra Siqueira

Artigo 2º - A Comissão terá ainda a participação de convidados.

Artigo 3º - A coordenação da Comissão será exercida pela Conselheira Presidente Ivanir Maria Argenta dos Santos.

Artigo 4º - Serão constituídas Sub-Comissões com a participação de todos os Conselheiros, em número suficiente para garantir a realização da VII Conferência Estadual.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

4 COMISSÃO DE APOIO

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÕES

Assessoria Técnica

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO nº 18/2025.

Altera e consolida o teor das Resoluções de nº 07, de 24 de abril de 2025 e nº 08, de 15 de maio de 2025, e inclui integrantes na composição dos Grupos de Trabalho e Apoio da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CEI/RS, conforme as atribuições estabelecidas pela Lei nº 14.254/2013, da Lei 14.288, de 7 de agosto de 2013 e Decreto nº 50.926, de 26 de novembro de 2013 e Regimento Interno publicado no DOE de 17 de fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO as Resoluções do CEI/RS: 006_2024 e 007_2025 - que "Dispõe sobre a composição dos Grupos de Trabalho e Apoio da VII Conferência Estadual da Pessoa idosa do Estado do Rio Grande do Sul.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar e consolidar o teor das Resoluções de nº 07, de 24 de abril de 2025 e nº 08, de 15 de maio de 2025, e incluir integrantes na composição dos Grupos de Trabalho e Apoio da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Estado do Rio Grande do Sul, que passa a ter a seguinte composição:

I - Conselho Estadual da Pessoa Idosa:

Bruna de Souza Araújo (SEDES);

Eunice Luz da Cunha (SINDINAPI);

Ivo Nunes Dias (FETAPERGS);

Lérida Matilde Pivotto Pavanelo (FETAG-RS);

Luciana Araújo Vieira (ABEN-RS);

Michele Bitencourt Silveira (SESC-RS);

Roberta Maschio Schiochet (CREFONO);

Saul Ivan de Lima Fontoura (FETAPERGS);

Valci Paulo Haas (SINDINAPI)

Vânia Souza Homes (SDCDH);

Viviane de Lima Leal (SEMA);

II - Convidados da Sociedade Civil:

Gisele Varani (SENAC);

Jussara Rauth (Fundadora do CEI-RS);

Karen Garcia (LAB60+);

Leila Ghizoni (EMATER/RS-ASCAR);

Priscilla Lunardelli (SINTERGS);

Tais Juliana Reichert (FETAG-RS);

II - Convidados da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social:

Carla Magali Capitânio;

Daniela do Carmo Kabengele;

Juliana Azevedo;

Marya Isabella Maciel Pirovani Martins

Theo Fagundes Leite

IV - Secretaria Administrativa CEI/RS:

Luciano Sabino Leães (Secretaria Executiva);

Mariana Castilhos Brito (Assessoria Técnica);

Nanci Batista dos Santos (Apoio).

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções nº 07, de 24 de abril de 2025, e nº 08, de 15 de maio de 2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no ato de sua publicação.

Sessão Plenária Ordinária nº 008/2025 , do Conselho Estadual da Pessoa Idosa - CEI/RS, do dia 21 de agosto de 2025.

Porto Alegre, 08 de agosto de 2025.

Ivanir Maria Argenta dos Santos

Presidente CEI/RS Gestão 2024/2026

Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Criscévore Pes Santi
Coordenadora de Assessoria
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Fone: 5132886400

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 28 de agosto de 2025

Protocolo: **2025001312402**

Publicado a partir da página: **202**

5 RESOLUÇÃO DE CONVOCAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÕES

Assessoria Técnica

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO nº 14/2024

Dispõe sobre a VII Conferência Estadual da Pessoa

Idosa e a realização das Conferências Municipais da Pessoa Idosa.

O CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CEI-RS, conforme as atribuições legais e em cumprimento ao deliberado pelo Conselho Pleno em reunião plenária extraordinária de 28 de novembro de 2024,

RESOLVE

Artigo 1º - Institui o ano de 2025 para a realização da **VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa**, com base no DECRETO Nº 12.015, de 6 de maio de 2024 convoca a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, publicado em 07 de maio de 2024.

Sua realização dar-se-á nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2025.

Artigo 2º - Recomendamos aos municípios a realização das **Conferências Municipais e/ou Regionais** até o dia 30 de junho de 2025.

Artigo 3º - O tema para as Conferências é: **Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação** e os eixos são:

a. Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais.

b. Fortalecimento de Políticas para proteção à Vida, à Saúde e para o acesso ao cuidado integral da Pessoa Idosa.

c. Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

d. Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

e. Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ivanir Maria Argenta dos Santos

Presidente CEI/RS Gestão 2024/2026

ROBERTO FANTINEL
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Criscévore Pes Santi
Coordenadora de Assessoria
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Fone: 5132886473

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÕES

Assessoria Técnica

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO nº 01/2025

A Presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa - CEI-RS no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei nº 14.254/2013, da Lei 14.288, de 7 de agosto de 2013 e Decreto nº 50.926, de 26 de novembro de 2013 l e Regimento Interno, e, tendo em vista a deliberação da Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 20 de fevereiro de 2025, com quórum qualificado, aprovou, por unanimidade dos conselheiros, a utilização de recursos do Fundo Estadual da Pessoa Idosa -FUNEPI para a realização da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa.

CONSIDERANDO

OArt. 5º, do Decreto Federal nº 9.569/2018, alterado pelo Decreto 10.042/2019 que Regulamenta a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que institui o Fundo Nacional da Pessoa Idosa, e dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Art. 4º da Lei estadual nº 14.288/2013, que instituiu o Fundo Estadual da Pessoa Idosa no Rio Grande do Sul;

O Art. 4º, parágrafo único do Decreto 50.926/2013, que regulamenta a Lei 14.288/2013;

A Manifestação Jurídica Setorial nº 064/2025, da Procuradoria Setorial junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (PROA Nº 25210000003880);

RESOLVE

Artigo 1º - Autorizar a utilização de recursos do Fundo Estadual da Pessoa Idosa FUNEPI, para a realização da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa a ser realizada neste ano de 2025;

Parágrafo único - Os recursos do FUNEPI liberados pelo CEI-RS para a realização da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa deverão ser utilizados conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDES, especificando valores e itens de serviço, que deverá ser aprovado em Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa - CEI/RS.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor no ato de sua publicação.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2025.

Ivanir Maria Argenta dos Santos

Presidente do CEI-RS

ROBERTO FANTINEL
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Criscévore Pes Santi
Coordenadora de Assessoria

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÕES

Assessoria Técnica

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO nº 02/2025

Dispõe sobre a alteração da data da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa.

O CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CEI/RS, conforme as atribuições legais e em cumprimento ao deliberado pelo Conselho Pleno em reunião plenária ordinária do 20 de fevereiro de 2025,

ALTERA.

Artigo 1º - A data da realização da Conferência para os dias 08, 09 e 10 de setembro de 2025.

Artigo 2º - O local da realização da Conferência será o Teatro da PUCRS e as salas de aula do prédio 40, conforme programação.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2025.

Ivanir Maria Argenta dos Santos

Presidente CEI/RS

Gestão 2024/2026

ROBERTO FANTINEL
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Criscévore Pes Santi
Coordenadora de Assessoria
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Fone: 5132886473

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 24 de fevereiro de 2025

6 PORTARIA DE CONVOCAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA

DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PORTARIAS

Assessoria Técnica

PORTARIA

Portaria nº 011/2025

O **Secretário de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 25/2100-0000159-3, **homologa** a Resolução n° 03/2025 do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, publicada no Diário Oficial do Estado de 28/02/2025, que convocou a VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa e alterou o período de realização da referida Conferência para os dias 08, 09 e 10 de setembro de 2025.

Beto Fantinel

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

ROBERTO FANTINEL
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Criscévore Pes Santi
Coordenadora de Assessoria
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
Porto Alegre
Fone: 5132886473

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 13 de março de 2025

Protocolo: **2025001229307**

Publicado a partir da página: **182**

Documento Assinado Digitalmente

7 PROGRAMAÇÃO

8 de setembro de 2025 – 1º dia

13h às 16h – Credenciamento dos participantes

1) **14h30 às 16h –** Oficina: **Papel do Conselho e dos Conselheiros** – Me. Jussara Rauth

16h às 16h30– Coffee Break

16h30 às 17h30 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa

17h30 às 18h30 – Cerimônia de abertura

18h30 às 19h30 – Conferência de Abertura – **Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação** – Dr. Alexandre Alcântara

20h – Encerramento

09 de setembro de 2025 – 2º dia

08h15 às 10h15 – **Painel: Políticas para o envelhecimento /contextualização**:
Painelista 1: **Envelhecimento no Rio Grande do Sul** – Drª Vania Heredia
Painelista 2: **Envelhecimento e a Política de Saúde** – Vanessa Rossoni de Oliveira - SES
Painelista 3: **Envelhecimento e a Política Social** – Secretário Beto Fantinel - SEDES
Painelista 4: **Orçamento e Financiamento** – Luciana Gianluppi - SPGG

10h15 às 10h45 – Debate

10h45 às 11h15 – Coffee Break

11h15 às 11h50 – Palestra: **Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices** - Dr. Johannes Doll

11h50 às 12h30 – Debates

12h30 às 14h – Intervalo para almoço

14h às 14h30 - Orientação para os Grupos de Trabalho no Teatro da PUC

14h30 às 17h – Grupos de Trabalho:

- **Grupos 1 e 2 –** Eixo 1: Financiamento para ampliação e garantia dos direitos sociais.

- **Grupos 3 e 4 – E**ixo 2: Fortalecimento de políticas para proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.
- **Grupos 5 e 6** – Eixo 3: Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.
- **Grupos 7 e 8** – Eixo 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.
- **Grupo 9 e 10** – **E**ixo 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do estado brasileiro.

17h - Entrega dos Relatórios dos grupos à Comissão de Sistematização e Entrega das Moções à Comissão de Sistematização

17h30 – Coffee Break

10 de setembro de 2025 – 3º dia

08h30 às 11h – Plenária final

11h às 11h30 – Coffee Break

11h30 às 13h– Eleição dos Delegados à 6ª Conferência Nacional

13h às 13h30 – Leitura da ata

14h – Encerramento da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa

8 REGIMENTO INTERNO DA 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA RS

Capítulo I

Da Definição

Artigo 1º- A 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa, convocada pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI/RS e pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDES é o foro para a análise, avaliação e deliberação da Política da Pessoa Idosa no Estado do Rio Grande do Sul, com a participação de todos os segmentos da sociedade.

Parágrafo único - A 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa, realizar-se-á nos dias 08, 09 e 10 de setembro de 2025, no Teatro e em salas de aula do Prédio 40 da PUCRS, em Porto Alegre, conforme programação.

Capítulo II

Do Temário

Artigo 2º - A 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa terá como tema central: "**Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação''** e os eixos temáticos estão distribuídos conforme segue:

Eixo 1: Financiamento para ampliação e garantia dos direitos sociais.

Eixo 2: Fortalecimento de políticas para proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.

Eixo 3: Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

Eixo 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

Eixo 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do Estado brasileiro.

Capítulo III

Dos Objetivos

Artigo 3º - A 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa terá por objetivos:

- **Objetivo geral**

Congregar os(as) Delegados(as) eleitos(as) pelas Conferências Municipais e aqueles(as) indicados(as) pelo CEI-RS, além de outras representações do Estado, a fim de propiciar a reflexão e a discussão sobre os desafios das diversidades do envelhecimento atual, assim como avaliar a execução da Política pública para as Pessoas Idosas e indicar as prioridades para atendimento das demandas oriundas do segmento etário.

- **Objetivos específicos**

a) Esclarecer e difundir o aspecto conceitual, estratégico, político e operacional da gestão e do controle social na efetivação das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas;

b) Identificar e avaliar as ações desenvolvidas no Estado acerca da promoção,

c) proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas;

d) Reafirmar as competências, compromissos e corresponsabilidades dos órgãos governamentais e dos demais atores que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas;

e) Propor prioridades de atuação aos órgãos governamentais da esfera estadual responsáveis pela implementação da Política da Pessoa Idosa;

f) Identificar as diversas faces da velhice e o perfil do envelhecimento no RS.

Capítulo IV

Dos Participantes

Artigo 4º – Os(as) participantes da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa se distribuirão em três categorias:

I – Delegados(as) natos(as) – Conselheiros(as) Estaduais e delegados(as) eleitos(as) pelas Conferências Municipais e/ou Regionais, com direito a voz e voto;

II- Convidados(as) indicados(as) exclusivamente pelo CEI/RS, com direito a voz, exceto na Plenária Final;

III – Observadores, com direito a voz, exceto na Plenária Final.

Artigo 5º - Serão Delegados(as) na 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa:

I – Todos(as) os(as) membros do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, titulares e suplentes;

II – Os(as) eleitos(as) nas Conferências Municipais ou Regionais da Pessoa Idosa,

III – em número mínimo de dois (2) e máximo de dez (10), de acordo com critérios previamente definidos pelo CEI/RS.

Artigo 6º - Poderão ser convidados(as) na 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa:

I – Autoridades;

II– Conferencistas, Palestrantes e Painelistas.

Artigo 7º - Poderão ser observadores(as) na 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa:

I – Todos os integrantes da Comissão Organizadora, à exceção dos Conselheiros Estaduais;

II – Estudantes e demais interessados(as).

Artigo 8º - O credenciamento dos(as) Delegados(as) titulares no local do evento, será das 13h às 16h do dia 08 de setembro de 2025.

§ 1º - Os(as) Delegados(as) suplentes só serão credenciados(as) no caso de comprovada ausência dos(as) seus respectivos titulares.

§ 2º - Somente os(as) Delegados(as) oficialmente inscritos(as) e credenciados(as) terão direito a voto.

§ 3º - Os(as) Delegados(as) serão identificados(as), nos períodos de votação, por crachá específico fornecido no credenciamento. No caso de extravio não será fornecido outro crachá.

§ 4º - O controle do uso do crachá pelos(as) Delegados(as), durante as votações, será de responsabilidade de todos(as) os(as) participantes da 7ª Conferência.

Capítulo V

Da Organização e Realização

Artigo 9º - A organização e desenvolvimento da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa é de responsabilidade da Comissão Organizadora composta por Conselheiros(as) representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais que integram o CEI/RS, assim como por representantes convidados(as) pelo CEI/RS.

Artigo 10 – Será realizada, no período do credenciamento, oficina sobre o tema “Papel do Conselho e dos Conselheiros da Pessoa Idosa”.

Artigo 11 – A 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa será instalada às 16h30 do dia 08 de setembro de 2025, com a leitura e aprovação do Regimento Interno pela Plenária.

Artigo 12 - A solenidade oficial de abertura iniciará tão logo seja aprovado o Regimento, com a presença de autoridades e convidados(as) que farão uso da palavra, sendo na sequência proferida a Conferência Magna intitulada “**Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação”.**

Artigo 13 – Os eixos da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa serão apresentados por

painelistas e palestrantes com conhecimento nas temáticas, convidados(as) pela comissão Organizadora.

§ 1º – Somente ao término das exposições, a coordenação da mesa abrirá espaço de até 30 (trinta) minutos para a plenária se manifestar, apresentando as questões por escrito.

§ 2º – Cada palestrante terá até 05 (cinco) minutos para responder as questões que lhe sejam pertinentes.

§ 3º – Cada mesa de trabalho terá um(a) Coordenador(a) e um(a) Secretário(a), ambos (as) definidos (as) pela Comissão Organizadora, a quem caberá coordenar as exposições e os debates.

Artigo 14 – Serão constituídos 10 grupos de trabalho, com a participação de até 40 pessoas, que deverão discutir e aprofundar a temática sendo dois grupos para cada eixo:

Eixo 1: Financiamento para ampliação e garantia dos direitos sociais.

Eixo 2: Fortalecimento de políticas para proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.

Eixo 3: Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

Eixo 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

Eixo 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do Estado brasileiro.

Artigo 15 – As deliberações das Conferências Municipais sistematizadas, tanto para o nível estadual quanto federal, objeto de discussão e aprofundamento nos Grupos, poderão ser ajustadas, modificadas ou rejeitadas.

§ 1º – Não será permitido aos Grupos apresentação de novas propostas.

§ 2º - Poderão ser distribuídas aos Grupos, pela Comissão Organizadora, deliberações sistematizadas que, por qualquer motivo, não constem do Manual do Participante.

Artigo 16 - Os membros dos Grupos de trabalho serão definidos por ocasião do credenciamento, observados os seguintes critérios:

- a inscrição contemplará primeiramente os(as) delegados(as) credenciados(as), de acordo com a categoria de participação expressa na ficha de inscrição;

- a distribuição da representação de cada Município nos Grupos;

- aproximação com a área temática de interesse/atuação do participante, quando for possível identificar;

- o número de participantes estabelecido para cada Grupo, conforme artigo 14 e;

- por fim, o limite máximo das acomodações.

Artigo 17 – Cada Grupo terá um tempo máximo de 150 minutos para a discussão, aprovação e indicação de até cinco (05) prioridades para cada um dos eixos.

Artigo 18 - Cada grupo contará com um (1) Coordenador(a) e um (1) Relator(a), escolhidos(as) pelo grupo, podendo ainda dispor de um (1) Facilitador(a) indicado pela Comissão Organizadora. O grupo poderá, a seu critério, indicar relatores adjuntos.

§ 1º - É de competência do(a) Coordenador(a) propor as questões a serem discutidas pelo grupo, de acordo com o eixo previamente estabelecido, observando o cumprimento do tempo estabelecido para as intervenções verbais dos participantes.

§ 2º - 01 (um)(a) Facilitador(a), indicado(a) pela Comissão Organizadora, a quem cabe orientar a discussão das questões pelo grupo, de acordo com o Eixo previamente estabelecido; reorientar as discussões, especialmente quando estiverem se distanciando do foco e apoiar o

Relator no registro do conteúdo das discussões e na identificação das 05 prioridades.

§ 3º - 01(um)(a) Coordenador(a), indicado(a) pelo grupo, a quem caberá conduzir as discussões observando o tempo total do trabalho do Grupo; controlar a ordem das manifestações dos(as) integrantes; observar o cumprimento do tempo estabelecido para as intervenções verbais dos(as) participantes; promover a escolha do(a) Relator(a) e assinar juntamente com o(a) Relator (a) e Facilitador(a), o Relatório final, de acordo com modelo fornecido pela Comissão Organizadora.

§ 4º - 01 um(a) Relator(a), escolhido(a) pelo grupo, cuja competência é registrar as discussões do grupo. Ao término do trabalho deverá apresentar os registros das discussões e a indicação das 05 prioridades por Eixo, para aprovação do Grupo. Cabe ao(a) Relator(a) proceder o preenchimento do Relatório fornecido, entregando-o à Comissão de Sistematização.

§ 5º - O tempo de intervenção verbal de cada integrante do Grupo será de até dois (02) minutos.

Artigo 19 - Poderão ser apresentadas Moções durante a 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa acompanhadas das assinaturas de 10% dos(as) Delegados(as) credenciados(as), devendo ser ratificadas pela Plenária Final.

§ Único – As Moções deverão ser entregues, juntamente com as listas de assinaturas, **até as 17 horas do dia 09 de setembro de 2025**, à Comissão de Sistematização, na Secretaria do evento.

Artigo 20 – As Moções propostas pelas Conferências Municipais deverão ser apresentadas e aprovadas pela maioria dos Grupos de trabalho, não sendo mais discutidas e submetidas à Plenária Final, somente para conhecimento.

Capítulo VI

Das Plenárias

Artigo 21 – As Plenárias da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa, a “Inicial” de leitura e aprovação do Regimento e a “Final”, serão constituídas pelos(as) Delegados(as)

credenciados(as).

§ 1º – A manifestação ou a intervenção dos(as) Delegados(as) nas Plenárias ocorrerá mediante prévia inscrição na Mesa Coordenadora, por escrito.

§ 2º – Cada Delegado(a) terá direito a 01 (um) voto.

§ 3º – As decisões das Plenárias serão todas por maioria simples.

§ 4º – As votações nas Plenárias serão feitas com a utilização do crachá fornecido no credenciamento.

Artigo 22 – A Plenária Inicial terá competência de apreciar, discutir e aprovar o Regimento Interno.

Artigo 23 - A Plenária Final terá competência de discutir, apreciar, ajustar, modificar, rejeitar em parte ou na totalidade, suprimir e aprovar as deliberações estaduais e nacionais oriundas dos Grupos de Trabalho para cada um dos Eixos Temáticos, que constituirão o Relatório Final a ser enviado aos órgãos públicos estaduais e a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º Para o nível estadual serão aprovadas **cinco** (05) deliberações para cada um dos Eixos Temáticos.

§ 2º Para o nível nacional serão aprovadas **cinco** (05) deliberações para cada um dos Eixos Temáticos.

§ 3º Também caberá à Plenária Final, a ratificação das Moções propostas pelos(as) Delegados(as) da 7ª Conferência Estadual, bem como da nominata dos(as) 55 Delegados(as) eleitos(as) à 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa pelos respectivos segmentos.

Artigo 24 - Na leitura e apreciação do documento contendo a Sistematização das Deliberações

e Moções Finais, previamente distribuído a cada Delegado(a), a Mesa Coordenadora assegurará a este, o direito de solicitar destaque para exame das deliberações que constam do documento.

§ 1º - No decorrer da leitura do documento das deliberações, os pontos que não forem destacados, serão considerados aprovados por unanimidade da Plenária.

§ 2º - As propostas de alterações de redação das deliberações deverão ser encaminhadas por escrito à Mesa Coordenadora, a qual submeterá as mesmas à aprovação da Plenária, agrupadas por deliberação.

§ 3° - No período de votação, os(as) propositores(as) dos destaques terão até 02 (dois) minutos para defesa de seu ponto de vista. Após esse tempo, a Mesa concederá a palavra ao(a) primeiro(a) Delegado(a) que se apresente para defender posição contrária, sem direito a réplica. Imediatamente a Mesa Coordenadora encaminhará o processo de votação.

§ 4º - Uma vez iniciado o período de votação, no qual votam somente os(as) Delegados(as), mediante apresentação de seus crachás, serão vetadas questões de ordem.

Artigo 25 - De acordo com o Of. Circ. Nº 23/2024/CNDPI/SNDPI/MDHC de 11 de setembro de 2024, a 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul conta com 55 vagas, assim distribuídas:

a) Conselho Estadual da Pessoa Idosa – 10 Delegados (as) titulares e 10 suplentes sendo 04 governamentais e 06 da sociedade civil:

- Presidente
- Grupos de Pessoas Idosas - 03
- FAMURS *
- FETAG *
- Instituições de Ensino Superior *
- Prestadores de Serviços *
- Profissionais da Área *
- Governamental - 04.

§ 1º – As cinco (05) instituições da sociedade civil destacadas com *, disputarão as duas (02) vagas restantes.

b) Presidentes de Conselhos Municipais do Idoso – 14 titulares e 14 suplentes, sendo 06 governamentais e 08 da sociedade civil;
c) Gestor Estadual – 04 titulares e 04 suplentes;
d) Gestor Municipal – 04 titulares e 04 suplentes;
e) Grupos de Idosos (60 anos +) – 11 titulares e 11 suplentes.
f) Trabalhadores Rurais Municipais *
g) Prestadores de Serviços municipais *
h) Profissionais da Área *
i) Instituições de Ensino Superior *
j) Sindicatos *
k) Movimento Feminista ou de Mulheres *
l) Movimento Negro *
m) Movimento LGBT *
n) Partidos Políticos *
o) Comunidades tradicionais (indígena, quilombola). *

§ 2º - As dez (10) representações destacadas com *, disputarão as doze (12) vagas restantes.

§ 3°- Recomenda-se que a escolha de Delegados atenda aos critérios de multiplicidade das identidades das pessoas idosas relativos a: classe social, gênero, etnia, raça, religião, orientação sexual e identidade de gênero, pessoas com deficiência, rurais, urbanas, entre outras.

§ 4°- Somente poderão se candidatar como Delegados(as) à 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, os(as) Delegados(as) estaduais devidamente credenciados(as) e que cumpram os seguintes requisitos: 75% de frequência na 7ª Conferência Estadual; presença na Plenária Final; inscrição pela categoria a qual concorre (somente uma vaga em uma categoria).

§ 5º - A escolha dos(as) Delegados(as) à 6ª Conferência Nacional deverá ser vinculada

às suas instituições.

§ 6º - Os(as) Delegados(as) eleitos(as) deverão ter igual número de suplentes, obedecida a ordem decrescente de votação.

§ 7º - A escolha dos(as) Delegados(as) deverão contemplar a representatividade dos segmentos, respeitado o critério de maioria não governamental estabelecido pelo CNDPI.

§ 8º - No momento do credenciamento, os(as) Delegados(as) confirmarão o segmento de sua representação.

§ 9º - A instituição que concorrer em um segmento não poderá disputar vaga em outro.

§ 10 - A escolha dos(as) candidatos(as) a Delegados(as) titulares e suplentes à 6ª Conferência Nacional, em cada segmento, ocorrerá no dia 10 de setembro de 2025, após a aprovação das Deliberações e das Moções, em espaço da própria 7ª Conferência Estadual, sendo, após, homologada pela Plenária.

§ 11 - Em caso de empate, será considerado (a) eleito(a) o(a) Delegado(a) com idade mais elevada.

§ 12 - As vagas para cada segmento governamental e não governamental serão definidas pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI/RS. Para efetivação das escolhas, os(as) representantes da sociedade civil e do setor público definirão, entre seus pares, o melhor critério de escolha.

Artigo 26 – Os(as) Delegados(as) estaduais eleitos(as) para participar da 6ª Conferência Nacional, representando o poder público, deverão ter suas despesas de transporte, hospedagem e alimentação custeadas por seus órgãos de representação.

Artigo 27 – Os(as) Delegados(as) estaduais eleitos(as) para participar da 6ª Conferência Nacional, representando a sociedade civil, terão suas despesas de transporte, alimentação e hospedagem custeadas pelo Estado.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Artigo 28 - A Comissão Organizadora da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa será responsável pela sistematização do Relatório Final da Conferência, no qual constará as 25 deliberações da Conferência priorizadas para o Estado e as aprovadas para a Nacional, as Moções ratificadas e os(as) Delegados(as) eleitos(as) para a etapa Nacional.

Artigo 29 – Este Regimento será aprovado pela maioria simples dos(as) Delegados(as) presentes.

Artigo 30 - É assegurada aos membros da 7ª Conferência Estadual as questões de ordem, sempre que a critério dos(as) mesmos(as) o Regimento não esteja sendo cumprido, à exceção das votações nas Plenárias.

Artigo 31 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa.

9 RESUMOS E APRESENTAÇÕES DA CONFERÊNCIA DE ABERTURA E DOS PAINÉIS DE TRABALHO

1. Conferência de Abertura – Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação.

Conferencista: Dr. Alexandre Alcântara

A conferência de abertura foi ministrada pelo Dr. Alexandre Alcântara, promotor de Justiça em Fortaleza, especialista em gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Participaram da mesa a presidenta do CEI-RS, Ivanir Argenta, e a analista de políticas públicas e gestão governamental da Unidade Especial de Atenção à Pessoa Idosa (SEDES), Juliana Assis de Azevedo.

Em sua fala, o conferencista destacou sua trajetória no campo da defesa dos direitos da pessoa idosa desde a criação do Estatuto da Pessoa Idosa, em 2003, sublinhando a importância de ampliar a compreensão do envelhecimento para além das normativas legais, incorporando perspectivas filosóficas, sociais e interdisciplinares. Ressaltou três questões complexas e importantes que exigem respostas integradas e diálogo constante com a produção científica: mudanças climáticas, desigualdade social e envelhecimento populacional.

Ao abordar o papel das conferências, enfatizou sua fundamentação constitucional como espaço democrático de escuta da sociedade civil e de construção coletiva de políticas públicas. Lembrou que o avanço da democracia é condição essencial para a existência de conselhos e conferências, alertando para riscos atuais de retrocessos diante do crescimento de movimentos autoritários.

O conferencista também mencionou a urgência da equidade no enfrentamento das desigualdades, chamando atenção para as múltiplas velhices: diferenças de gênero, raça/etnia, classe, território, orientação sexual, deficiência, migração e situação de rua. Destacou a necessidade de políticas públicas específicas para atender a esses distintos grupos, considerando marcadores sociais (raça/etnia, classe, gênero) que impactam diretamente o envelhecimento. Nesse ponto, enfatizou ainda a importância de o estado brasileiro ratificar a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.

Ao apresentar dados demográficos e reflexões sobre a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa, Dr. Alcântara problematizou avanços e desafios ainda existentes, destacando a fragilidade da institucionalização de conselhos e fundos municipais, bem como a falta de continuidade nas políticas de Estado. Em relação aos eixos temáticos da conferência, levantou questões centrais para o debate, reforçando a importância de ampliar o acesso a equipamentos, como ILPIs, Centros-Dia, serviços domiciliares e políticas de cuidado em sentido amplo.

Dr. Alexandre também destacou os principais desafios a serem enfrentados, como o enfrentamento à discriminação (idadismo e etarismo) e as questões relacionadas à acessibilidade, enfatizando a necessidade de assegurar uma linguagem que contemple as múltiplas velhices, bem como de garantir espaços acolhedores e participação social.

Na conclusão, relacionou envelhecimento, mudanças climáticas e desigualdade como a tríade central a ser enfrentada, trazendo como exemplo os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, que evidenciaram a vulnerabilidade das pessoas idosas e a insuficiência dos planos de contingência. Ressaltou, durante a conferência, que é essencial lembrar e discutir o drama vivido pela população de pessoas idosas nas inundações, refletir sobre as medidas de prevenção e quais planos de contingência estão sendo elaborados para essa população. Por fim, encerrou sua conferência com uma citação de Luís Fernando Veríssimo: “*Quando a gente acha que tem todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas”*.


7ª Conferência Estadual
da Pessoa Idosa do RS
CONFERÊNCIA DE ABERTURA
Envelhecimento Multicultural e Democracia:
Urgência por Equidade, Direitos e Participação
Dr. Alexandre Alcântara
Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF, promotor de Justiça do MP do Ceará e professor da ESMP/ESMEC. Possui mestrados em Direito (Unifor) e Filosofia (UFC), além de especializações em Direito e Gerontologia.
Atua em Direito Público, com foco em direitos fundamentais, pessoas idosas e grupos vulneráveis, acesso à justiça e associativismo.
Apoio:
PUCRS
Realização:
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RIO GRANDE DO SUL
Prezi


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO CEARÁ
60+
AMPID
60+
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
UNIFOR
PPGD
Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
SBGG
Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
NUTEAP
CNMP
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Prezi


OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO
30
ANOS
1994 - 2024
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA
20
ANOS
OPAS
Adicionar
vida aos anos.
Prezi


O QUE VAMOS DISCUTIR
1. A Importância das Conferências dos Direitos das Pessoas Idosas;
2. Objetivos da 6a Conferência;
3. Eixos Temáticos da 6a CONADIPI;
4. Contextualizando o Envelhecimento Multicultural;
4.1. As Múltiplas Velhices Segundo a Convenção Interamericana;
4.2. Dados do Envelhecimento no Brasil;
4.3. Dados do Envelhecimento no Rio Grande do Sul;
5. O Envelhecimento Enquanto um Direito e não um Privilégio;
5.1. As Múltiplas Velhices no Brasil;
5.2. O que pautar para discussão nos Eixos Temáticos da Conferência?
6. Conclusão. Cenário de Desafios diante da 6a CONADIPI.
Prezi

QUAL A IMPORTÂNCIA DAS CONFERÊNCIAS DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA?

- As Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa são um espaço democrático, deliberativo e inclusivo, onde pessoas idosas, especialistas, gestores e movimentos sociais se encontram para debater e formular propostas para melhorar a qualidade de vida das pessoas no processo de envelhecer, têm desempenhado um papel fundamental na promoção e garantia das Políticas Públicas voltadas para os direitos da pessoa idosa e para a temática do envelhecimento seguro, saudável e ativo.

- Ao longo dos anos, foram debatidos temas essenciais e as propostas e recomendações elaboradas vêm servindo como base para a criação e aprimoramento das políticas públicas, garantindo que necessidades e direitos da população idosa sejam reconhecidos e atendidos de forma mais eficiente.

Prezi

QUAL O TEMA DA 6ª CONADIPI?

ENVELHECIMENTO MULTICULTURAL E DEMOCRACIA: URGÊNCIA POR EQUIDADE, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO.

Prezi

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA 6ª CONADIPI?

1. Promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável.

2. Identificar os desafios do envelhecimento plural no país, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

3. Construir ações de equidade para a defesa, promoção e proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação interfederativa.

Prezi

QUAIS SÃO OS EIXOS TEMÁTICOS DA 6ª CONADIPI ?

- ✓ **Eixo 1** - Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais;
- ✓ **Eixo 2** - Fortalecimento de políticas para a proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa;
- ✓ **Eixo 3** - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa;
- ✓ **Eixo 4** - Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices;
- ✓ **Eixo 5** - Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do estado brasileiro.

Prezi

AS MÚLTIPLAS VELHICES SEGUNDO A CONVENÇÃO INTERAMERICANA

Artigo 5o – Igualdade e não discriminação por razões de idade

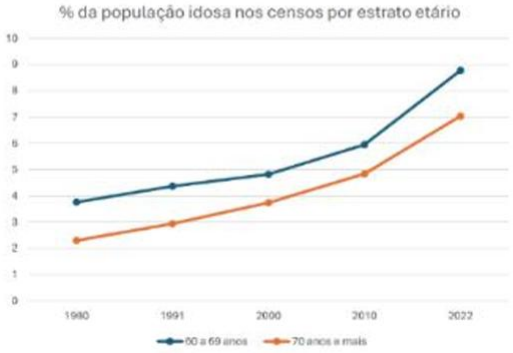
Fica proibida pela presente Convenção a discriminação por idade na velhice. Os Estados Partes desenvolverão enfoques específicos em suas políticas, planos e legislações sobre envelhecimento e velhice, com relação aos idosos em **condição de vulnerabilidade** e os que **são vítimas de discriminação múltipla**, incluindo as **mulheres**, as **pessoas com deficiência**, as pessoas de **diversas orientações sexuais** e **identidades de gênero**, as pessoas **migrantes**, as pessoas em **situação de pobreza** ou **marginalização social**, os **afrodescendentes** e as pessoas pertencentes a **povos indígenas**, as **pessoas sem teto**, as pessoas **privadas de liberdade**, as pessoas pertencentes a **povos tradicionais**, as pessoas pertencentes a grupos étnicos, raciais, nacionais, linguísticos, religiosos e rurais, entre outros.

Prezi

DADOS DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL

- 32.113.490 pessoas - 15,8 % da população. Desse total, 8,81% são mulheres.
- 8,18% são pessoas idosas brancas, 5,91% são pardas e 1,56% são pretas.

Série histórica da proporção da população idosa residente Brasil,1980/2022 (Censo 2022)



Prezi

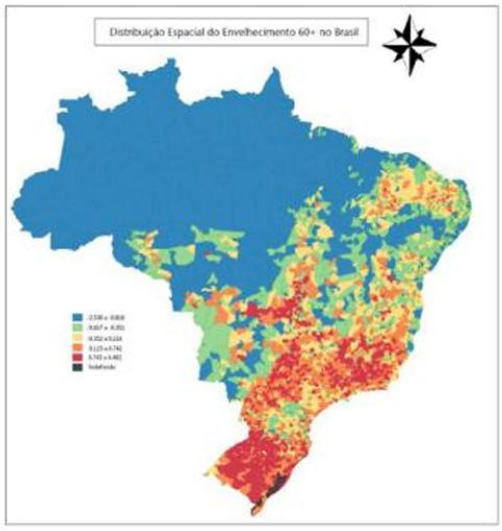
DADOS DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL

Para 2025,
as projeções são de 35.370.902 pessoas idosas, equivalendo a 16,6% da população brasileira.

Serão 4 milhões de mulheres idosas a mais que os homens.

A população de 80 e mais alcançará 4.956.211, equivalendo a 2,3% da população do Brasil.

Desse total, haverá 2 milhões a mais de mulheres idosas que homens.



Prezi

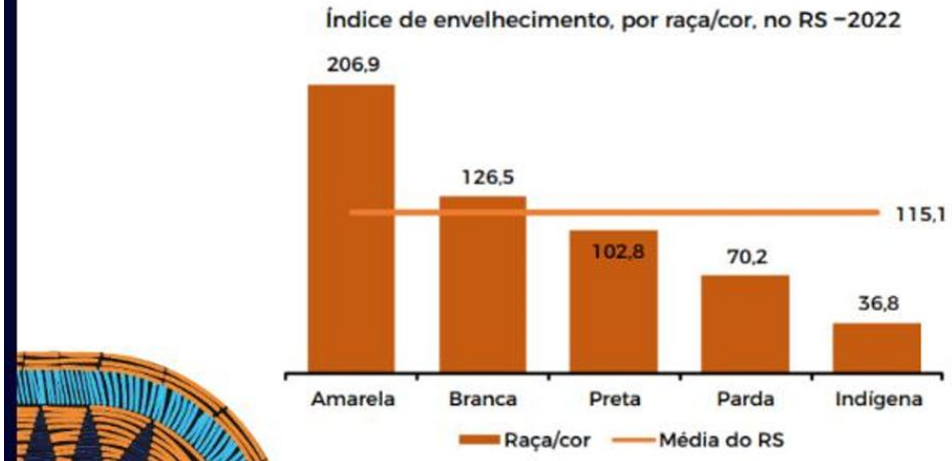
DADOS DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL

Assim, pode-se concluir que:

- **O que antes se considerava uma pirâmide etária**, agora se transforma em outra figura, com a base estreitando (menos crianças e adolescentes) e o topo alargando (mais pessoas idosas).
- As projeções do IBGE indicam que **em 2070, cerca de 37,8% da população brasileira será idosa**, o que representa um aumento significativo em relação ao passado.
- Esses dados apontam que a transição demográfica no Brasil já ocorreu e que ela já está produzindo impactos na sociedade brasileira e consequentemente nas políticas públicas.

Prezi

DADOS DO ENVELHECIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL



Prezi

DADOS DO ENVELHECIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

O índice de envelhecimento do Estado, que mostra quantos idosos (com 60 anos ou mais de idade) existem para cada 100 pessoas de 0 a 14 anos, passou de 40,1 em 2000 para **115,0 em 2022**.
O Rio Grande do Sul possui uma população **mais envelhecida que a média do Brasil**, já que o índice **nacional em 2022 foi de 80,0.**

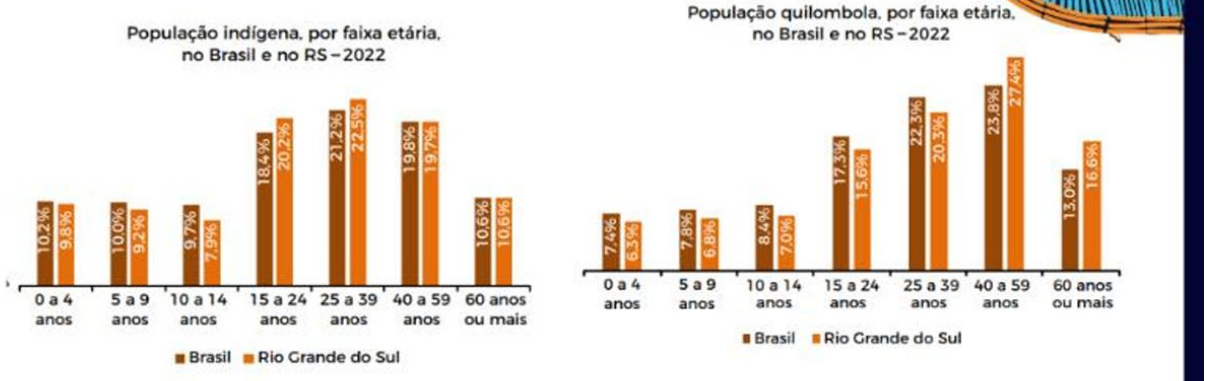
Número de habitantes, por faixa etária, nos municípios com maior índice de envelhecimento do RS – 2022

MUNICÍPIOS	DE 0 A 14 ANOS	DE 15 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	ÍNDICE DE ENVELHE-CIMENTO
Santa Tereza	153	799	553	361,4
Coqueiro Baixo	140	648	502	358,6
Três Arroios	261	1.457	873	334,5
União da Serra	134	590	446	332,8
Coronel Pilar	175	873	559	319,4
Floriano Peixoto	184	913	571	310,3
Relvado	210	942	644	306,7
Barra do Rio Azul	208	904	584	280,8
Guabiju	183	722	512	279,8
[illegible]	234	1.042	653	279,1

Número de habitantes, por faixa etária, nos municípios com menor índice de envelhecimento do RS – 2022

MUNICÍPIOS	DE 0 A 14 ANOS	DE 15 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	ÍNDICE DE ENVELHE-CIMENTO
Redentora	2.530	5.865	1.343	53,1
Barra do Quaraí	1.016	2.646	579	57,0
São José dos Ausentes	978	2.594	600	61,3
Lindolfo Collor	1.285	4.174	789	61,4
Candiota	2.270	6.944	1.496	65,9
Araricá	1.762	5.576	1.187	67,4
Nova Santa Rita	6.252	18.550	4.222	67,5
Parobé	10.435	34.182	7.441	71,3
Alvorada	38.705	120.655	27.955	72,2
Canela	9.722	32.162	7.062	72,6

Prezi



DADOS DO ENVELHECIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

Prezi

PRECISAMOS GARANTIR O ENVELHECIMENTO COMO UM DIREITO E NÃO COMO PRIVILÉGIO

Os dados revelados pelo **Censo Demográfico**, tanto em termos absolutos como a partir do índice do envelhecimento, precisam ser analisados a partir de algumas perspectivas:

- O **envelhecimento não ocorre de forma igual** para todos os grupos populacionais;
- Os marcadores de **raça, etnia, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe, deficiência, religião, território**, incidem de forma negativa ou positiva na expectativa de vida das populações;
- É fundamental, portanto, que esses determinantes sejam considerados na formulação das Políticas Públicas para que elas possam **garantir o envelhecimento saudável enquanto direito para todas as pessoas**.

Prezi

FOTOGRAFIAS DAS MÚLTIPLAS VELHICES

1. As **mulheres** representavam **55,7%** da população idosa, enquanto os **homens** representam **44,3%,** segundo o Censo 2022;
2. A **comunidade trans** no Brasil tem uma **expectativa de vida de apenas 35 anos**, ou seja, nem chegam na etapa do envelhecimento;
3. Do universo total de **pessoas vivendo na rua**, em 2022, **23.693** são pessoas idosas, o que representa **10%** dessa população, segundo o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População de Rua da UFMG;
4. Dos **18,6 milhões de pessoas com deficiência**, quase metade, ou seja, (**47,2%**) eram de pessoas idosas em 2023 (PNAD CONTINUA);
5. A população idosa em **privação de liberdade**, em 2023, representava um total de **12.409** pessoas, o que traduz **1,93% do universo prisional** (segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais);

Prezi

FOTOGRAFIAS DAS MÚLTIPLAS VELHICES

6. Quanto a população idosa que vive nos **territórios tradicionais - comunidades quilombolas, indígenas, do campo, da floresta e das águas**, podemos ver que:
   - A **população** indígena acima de 60 anos representava, em 2022, apenas **10,65%** de sua população.
   - A **quilombola** acima de 60 anos representava **13,03%**.
   - Quanto a **população idosa dos campos, águas e florestas**, o Censo Demográfico de 2022 não coletou informações, sendo uma lacuna significativa, considerando à importância crescente desse grupo demográfico.

Prezi

FOTOGRAFIAS DAS MÚLTIPLAS VELHICES

Desafios da população idosa considerando os fatores de sexo, raça/cor:

- Estudos indicam que idosos negros apresentam **piores condições de saúde e menor expectativa de vida** em comparação com a população não negra. Essa diferença é influenciada por fatores sociais, econômicos e raciais;
- O envelhecimento populacional tem implicações significativas na sociedade, como **o aumento da demanda por serviços de saúde e assistência social**, a necessidade de políticas públicas adaptadas à população idosa e a importância da participação ativa dos idosos na vida social;
- Assim, o **estudo do envelhecimento populacional no Brasil**, com foco em sexo, raça/cor e outras dimensões, é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias que visem garantir a qualidade de vida, o acesso a direitos e a inclusão social de idosos de diferentes grupos.

Prezi

VOLTEMOS AO TEMA DA 6ª CONADIPI ENVELHECIMENTO MULTICULTURAL E DEMOCRACIA: URGÊNCIA POR EQUIDADE, DIREITOS E PARTICIPAÇÃO.

EIXOS TEMÁTICOS

Prezi

Eixo 1

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AMPLIAÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Dialogar sobre a ampliação e o alcance dos direitos sociais, a promoção e a inclusão social da pessoa idosa, assegurando não apenas o acesso, mas a efetiva participação em programas e serviços que promovam a efetivação de seus direitos.

Perguntas motivadoras:
1.1. Você saberia dizer se no seu município/estado tem o Fundo da Pessoa Idosa?
1.2. Caso o seu município/estado ainda não tenha o Fundo da Pessoa Idosa, o que poderia ser feito para constituí-lo?
1.3. Na sua opinião, o governo (municipal/estadual/federal) tem investido o suficiente em políticas sociais para as pessoas idosas?
1.4. Na sua opinião, o que deveria constar como prioridade no orçamento público do município/estado/união para beneficiar a vida das pessoas idosas?
1.5. Na sua opinião, o que impede os governos municipais/estaduais/federal de investirem em ações para as pessoas idosas?
1.6. Quais ações podem ser adotadas pelos(as) gestores(as) do seu município/estado para aumentar a participação das pessoas idosas no processo de decisão sobre o orçamento público?

Prezi

Eixo 2

FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PARA A PROTEÇÃO À VIDA, À SAÚDE E PARA O ACESSO AO CUIDADO INTEGRAL DA PESSOA IDOSA

Discutir estratégias e ações para a garantia da proteção integral à vida, à saúde e ao cuidado integral das pessoas idosas, considerando os determinantes sociais e suas interseccionalidades.

Perguntas motivadoras:
2.1. Você se sente protegido e respeitado em sua comunidade?
2.2. Na sua opinião, quais ações ou serviços deveriam ser implementadas para garantir a proteção das pessoas idosas no seu município/estado?
2.3. Você conhece os seus direitos como pessoa idosa?
2.4. Você conhece os serviços do seu município/estado ou da união direcionados para as pessoas idosas?
2.5. Como você avalia a qualidade dos serviços que o seu município/estado oferece atualmente às pessoas idosas?
2.6. Como a comunidade pode ajudar a fortalecer as ações e serviços de proteção às pessoas idosas?

Prezi

Eixo 3

PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, ABANDONO SOCIAL E FAMILIAR DA PESSOA IDOSA

Estabelecer um ambiente seguro e acolhedor para as pessoas idosas, protegendo-as de qualquer forma de violência e implementar mecanismos eficazes de denúncia e resposta para garantir que casos de violência sejam prontamente identificados e abordados.

Perguntas motivadoras:
3.1. Você já presenciou alguma forma de violência ou discriminação contra uma pessoa idosa? Pode compartilhar essa experiência?
3.2. Você já sofreu alguma violência ou discriminação? Pode compartilhar sua experiência?
3.3. O que poderia ser feito para prevenir o abandono de pessoas idosas no seu município/estado?
3.4. Você conhece algum serviço ou órgão no seu município/estado que acolhe os casos de violência contra pessoas idosas? Se sim, quais?
3.5. Quais os sinais de violências que as pessoas idosas sofrem e que deveríamos ficar atentos para atuarmos de forma mais efetiva?
3.6. Como reduzir a violência estrutural e institucional contra as pessoas idosas?
3.7. Você já recebeu informações sobre como denunciar uma violência que ocorre com uma pessoa idosa?
3.8. Na sua opinião, como a comunidade pode ajudar a combater a violência contra as pessoas idosas?

Prezi

Eixo 4

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, PROTAGONISMO E VIDA COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DAS MÚLTIPLAS VELHICES

Estimular o debate sobre o protagonismo e o fortalecimento da vida comunitária das pessoas idosas, a partir da valorização de suas contribuições para a construção de políticas e programas que atendam às suas necessidades e aspirações.

Perguntas motivadoras:
4.1. Você participa ou já participou de grupos ou associações de pessoas idosas no seu município/estado? Pode compartilhar a sua experiência?
4.2. Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentados pelas pessoas idosas para se envolverem mais nos espaços coletivos de debate e decisão do seu município/estado? O uso da internet, de computadores, celulares para participar das reuniões seria um deles?
4.3. Como você vê a participação das pessoas idosas de determinados grupos (pessoas idosas LGBTQIAPN+, quilombolas, negras, indígenas e outros) na sua comunidade? Elas estão presentes? Elas sofrem mais preconceitos do que as outras pessoas idosas?
4.4. Na sua opinião, quais atividades comunitárias seu município/estado poderia desenvolver voltadas para pessoas idosas?
4.5. Você se sente ouvido nas decisões que influenciam as vidas das pessoas idosas do seu município/estado?
4.6. O que significa para você a frase: "nada sobre nós, sem nós", quando se for pensar e desenvolver as ações e serviços para as pessoas idosas?

Prezi

Eixo 5

CONSOLIDAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA COMO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO

Promover o debate sobre a efetiva consolidação e fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, garantindo sua atuação como uma política pública fundamental para a proteção e promoção dos direitos dessa população.

Perguntas motivadoras:
5.1. No seu município/estado tem conselho de direitos para as pessoas idosas?
5.2. Você conhece o conselho de direitos da pessoa idosa do seu município/ estado? O que sabe sobre eles?
5.3 Para você, quais seriam as funções de um conselho de direitos para as pessoas idosas?
5.4. Na sua opinião, quais melhorias poderiam ser realizadas na atuação do conselho de direitos da pessoa idosa do seu município/estado?
5.5. O que poderia ser feito para aumentar a participação das pessoas idosas nos vários conselhos de direito do município/estado/união? Exemplo: conselho das pessoas idosas, da mulher, da saúde, da educação, conselhos comunitários.
5.6. Para você, como o conselho de direito do município/estado/união poderia atuar de forma conjunta com outras ações e serviços destinados à pessoa idosa?

Prezi

Eixo 5



Prezi

QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DA 6ª CONADIPI ?

- **Enfrentar a discriminação** que está relacionada ao processo de envelhecimento, ou seja, a discriminação por idade, que também é chamada de **idadismo**. O idadismo prejudica a participação ativa e o exercício pleno da cidadania das pessoas idosas.
- **Acessibilidade**: criar ferramentas que sejam utilizadas por esse grupo populacional, com linguagens diversas que contemplem a comunicação e mobilização das múltiplas velhices;
- **Assegurar um espaço acolhedor** para que as diversidades de raça, etnia, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe, deficiência, religião, território se encontrem na perspectiva do diálogo respeitoso;
- **Regras e dinâmicas de participação social** que não provoquem insegurança e dificuldades para que as pessoas idosas possam manifestar suas opiniões.

Prezi

Conclusão: Cenário de Desafios diante da 6ª CONADIPI

O drama dos idosos nas inundações do Rio Grande do Sul: 'Parecem deixados de lado'



Ir Fernandes, 78, só teve tempo de pegar um saco de remédios e algumas roupas antes de ser jatada por um trator, em Porto Alegre

Prezi

"Um levantamento feito por entidades do Rio Grande do Sul, como a Universidade Lasalle e a Cruz Vermelha, estima que ao menos 202,5 mil idosos do Estado sofreram algum tipo de impacto com as chuvas dos últimos dias".

Conclusão: Cenário de Desafios diante da 6ª CONADIPI

CRISE CLIMÁTICA

Idosos resistem a sair de suas casas apesar dos riscos durante as enchentes no Rio Grande do Sul

Resgates das faixas etárias mais velhas exigem paciência e diálogo por parte dos familiares e das equipes de socorro



"Os casos de resgate destas pessoas são complexos. Exigem muita paciência, diálogo, explicações demoradas, como foi feito com uma médica idosa de 75 anos do bairro Menino Deus. Não queria sair. Relutou, mas finalmente aceitou os argumentos do filho. Acabou indo para um hotel da zona Sul"



Conclusão: Cenário de Desafios diante da 6ª CONADIPI

POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Com maior proporção de idosos do país, RS só tem 2 abrigos exclusivos

Unidades para acolhimento emergencial foram montadas após enchentes



"População altamente vulnerável a catástrofes climáticas e que demandam cuidados específicos, as pessoas idosas no Rio Grande do Sul só contam, até o momento, com dois abrigos provisórios exclusivos para acolher quem teve que sair de casa por causa das enchentes das últimas semanas, que devastaram o estado".



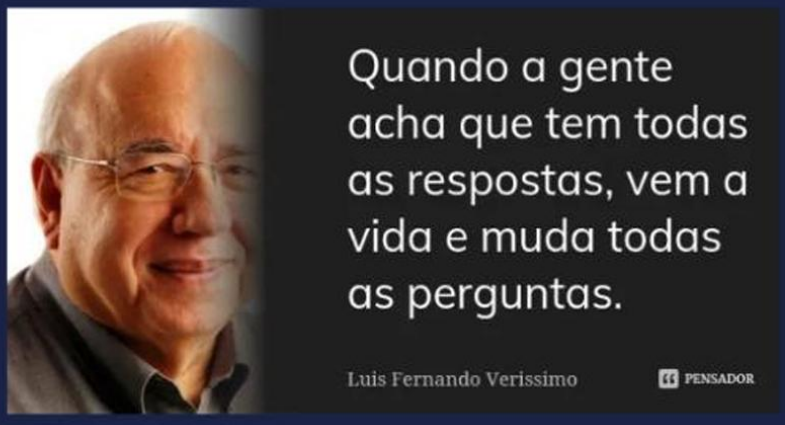
Conclusão: Cenário de Desafios diante da 6ª CONADIPI













Obrigado!

Alexandre de Oliveira Alcântara

alexandre.alcantara@mpce.mp.br

www.linkedin.com/in/alexandreoliveiraalcantara

2. Painelista 1- Envelhecimento no Rio Grande do Sul - Drª Vania Herédia

Vania Herédia agradece o convite da coordenação do evento e relembra seu ingresso no tema do envelhecimento em 1992. Destaca a importância do tema *Envelhecimento no Rio Grande do Sul* e afirma que o estado do RS se destaca, em sentido corporativo, dentre outros estados do Brasil. A década de 1970 reconhece a era da longevidade e àquela época o Rio Grande do Sul já tinha dados sobre o Estado. Contudo, a pirâmide etária se modificou. O Censo de 2022 traz dados surpreendentes em relação ao de 2010.

De modo geral, para a compreensão do crescimento da população idosa deve-se considerar que, à medida que diminui a taxa de fecundidade, a população idosa aumenta. Antes tínhamos uma pirâmide e hoje é um formato distinto. Para calcular o índice de envelhecimento da população utilizam-se os dados da pirâmide.

A palestrante considera a importância das estimativas populacionais para aproximar as políticas públicas da realidade. Dos 20 municípios mais velhos do Brasil, 18 estão no RS. Dos 497 municípios do RS, 335 municípios têm menos de 10 mil habitantes. Porto Alegre e Caxias têm as maiores taxas de envelhecimento.

Pautando, especificamente, a pirâmide etária do RS, observa-se um significativo aumento de 2010 para 2020 no que concerne aos longevos. Há dados absolutos a respeito de homens e mulheres; instrução e renda. Esses dados são fundamentais para subsidiar programas específicos de intervenção. Por exemplo: o Conselho Nacional desenvolve um programa de alfabetização para a população idosa.

Ao pautar o fator da faixa de pobreza, considera-se a relevância de um possível Laboratório de Desigualdade.

Dos municípios do RS 18 municípios não chegam a ter 2.000 habitantes.

Dos 497 municípios do RS 223 têm conselhos ativos.

Para as políticas públicas é muito importante os dados demográficos. Temos uma dívida com as pessoas idosas.

7ª Conferência Estadual
da Pessoa Idosa do RS

Políticas para o envelhecimento/ contextualização: Envelhecimento no Rio Grande do Sul

Vania Beatriz Merlotti Herédia
RS- 2025

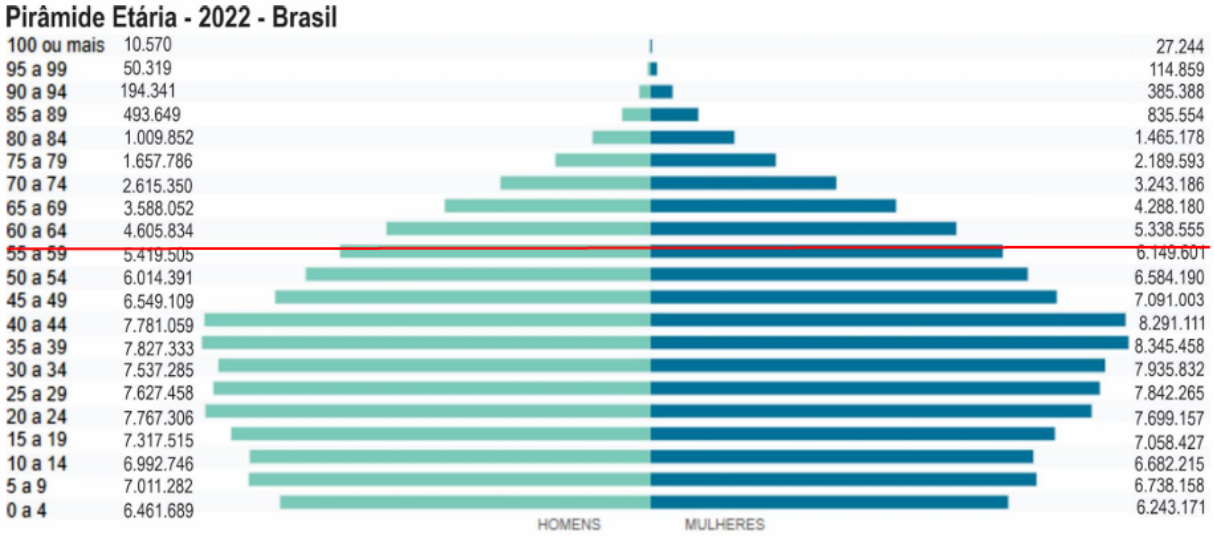
"Envelhecer é um privilégio, uma oportunidade de viver. É uma jornada repleta de aprendizados, experiências, sabedoria e memórias que enriquecem a vida".
Maysa Kairalla, médica geriatra

- O contexto do século XX, da **Revolução da Longevidade** é utilizado em comparação aos séculos anteriores, um século de mudanças sociais que afetaram as estruturas de vida coletiva, marcado por revoluções no modo de produção, pelas guerras e invasões militares, pela expansão de mercados e territórios, pelo avanço na ciência e nas concepções científicas decorrentes de pesquisa, de análises e de críticas.
- A própria sociedade mundial por meio da Organização das Nações Unidas, declara que o pós-guerra, anuncia a Era da Longevidade. Vamos ver que a partir da década de 70 do século XX, começa uma preocupação com o crescimento da população que já não morre como antes.



- De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população do Brasil era de 203.080.756 habitantes, conforme dados divulgados pelo IBGE. Este número representa um crescimento de 6,5% em relação ao Censo de 2010, totalizando um acréscimo de 12,3 milhões de pessoas no período (IBGE, 2024).
- No Censo de 2010, a população idosa brasileira era de **20,6 milhões**, sendo 9,15 milhões de homens e 11,4 milhões de mulheres; 2,9 milhões possuíam mais de 80 anos e 24 mil mais de 100 anos. Desses 11,5 milhões viviam com seus cônjuges e desses 11,5 milhões eram brancos, 9 milhões pretos ou pardos e 66 mil indígenas.(IBGE, Revista fev., p. 25, 2019).
- Em 2022, o Brasil contava com **32,1 milhões** de pessoas com 60 anos ou mais, o que representava 15,8% da população total, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE. Esse número demonstra um aumento significativo em relação a 2010, quando a população idosa era de 20,6 milhões, correspondendo a 10,8% do total, e reflete o envelhecimento acelerado da população brasileira.
- A taxa de fecundidade no Brasil, segundo o Censo de 2022 do IBGE, atingiu o menor índice da série histórica, com 1,55 filho por mulher. No Rio Grande do Sul, a tendência de queda é semelhante, com a taxa diminuindo de 2,5 filhos por mulher em 2010 para 2 filhos por mulher em 2022.

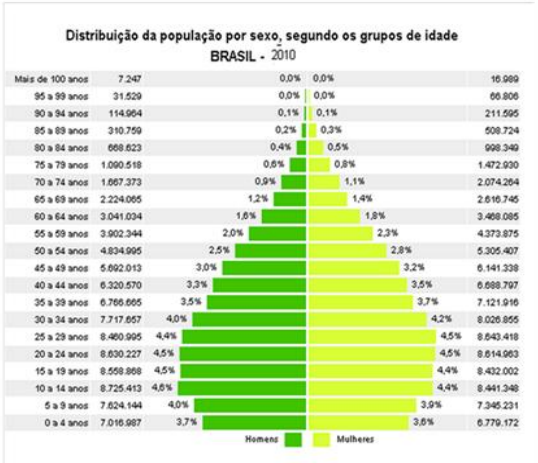
Distribuição etária da população por sexo no Brasil -2022

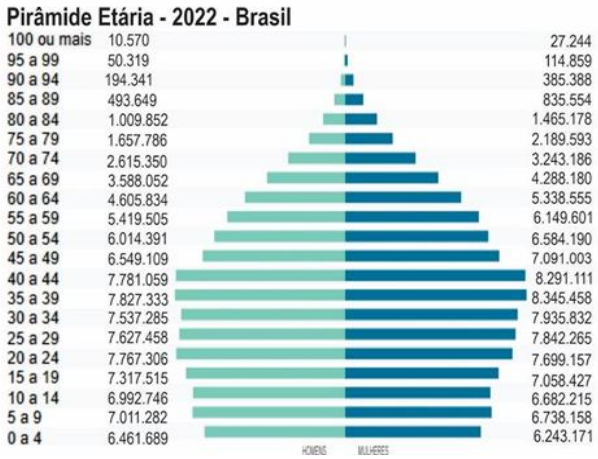


Fonte: IBGE, 2024.

- As estimativas populacionais são tão importantes quanto a projeção a mais longo prazo. “Se conseguirmos antever esses desafios, podemos aproveitar melhor essa característica da população atual que envelhece. “É fundamental que a gente tenha esses números, para saber quem somos, que idade temos, como a gente se distribui no território brasileiro”. (Marri, 2019) .
- Na gestão pública, as alterações demográficas interferem diretamente em seu planejamento. As políticas de diversas áreas como saúde, trabalho, seguridade social e previdência social podem contribuir nos cuidados específicos com a população que envelhece.

- O início do processo de envelhecimento da população no Brasil foi marcado pela queda nas taxas de fecundidade, somada ao aumento da expectativa de vida. A região Sul, de modo geral, é precursora desse processo. Já faz muitos anos que a população gaúcha é mais envelhecida do que a do restante do Brasil“ (Ricardo de Sampaio Dagnino).
- Segundo o especialista, além da queda do número de filhos, outro possível fator para explicar o envelhecimento gaúcho é a migração de jovens para outros estados. No passado, o Rio Grande do Sul, conhecido por perder habitantes para regiões como o Centro-Oeste.
- "O Rio Grande do Sul, além de ter começado a redução da fecundidade antes, com número menor de nascimentos, é um estado com saldo migratório negativo” (Marri, IBGE).





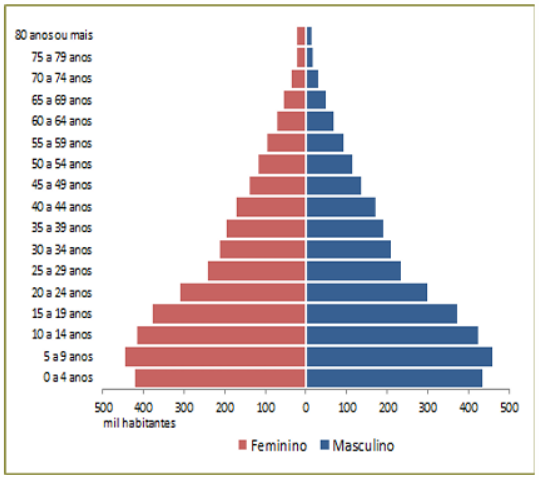
Estados mais populosos do Brasil (1950 a 2022)

Estados	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Brasil	**51.944.397**	**70.992.343**	**94.508.583**	**121.150.573**	**146.917.459**	**169.799.170**	**190.755.799**	**203.080.756**
São Paulo	9.134.423	12.974.699	17.958.693	25.375.199	31.546.473	37.032.403	41.262.199	44.411.238
Minas Gerais	7.782.188	9.960.040	11.645.095	13.651.852	15.731.961	17.891.494	19.597.330	20.539.989
Rio de Janeiro	4.674.645	6.709.891	9.110.324	11.489.797	12.783.761	14.391.282	15.989.929	16.055.174
Bahia	4.834.575	5.990.605	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.070.250	14.016.906	14.141.626
Paraná	2.115.547	4.296.375	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.563.458	10.444.526	11.444.380
Rio Grande do Sul	**4.164.821**	**5.448.823**	**6.755.458**	**7.942.722**	**9.138.670**	**10.187.798**	**10.693.929**	**10.882.965**
Pernambuco	3.395.766	4.138.289	5.253.901	6.244.275	7.122.548	7.918.344	8.796.448	9.058.931
Ceará	2.695.450	3.337.856	4.491.590	5.380.432	6.362.620	7.430.661	8.452.381	8.794.957
Pará	1.123.273	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.192.307	7.581.051	8.120.131

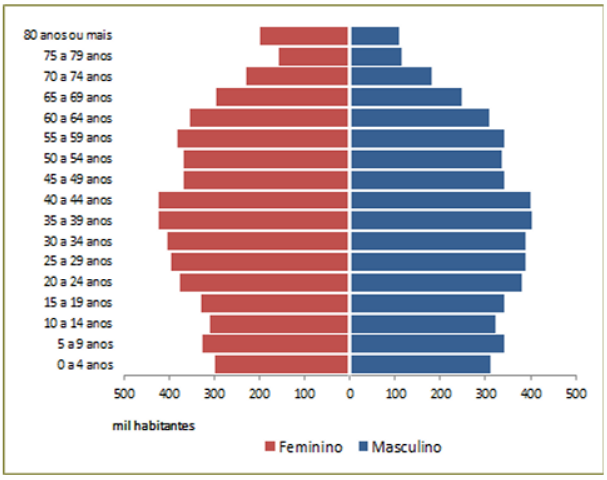
Fonte: IBGE/Censos Demográficos Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades. Acesso em 01/09/2025

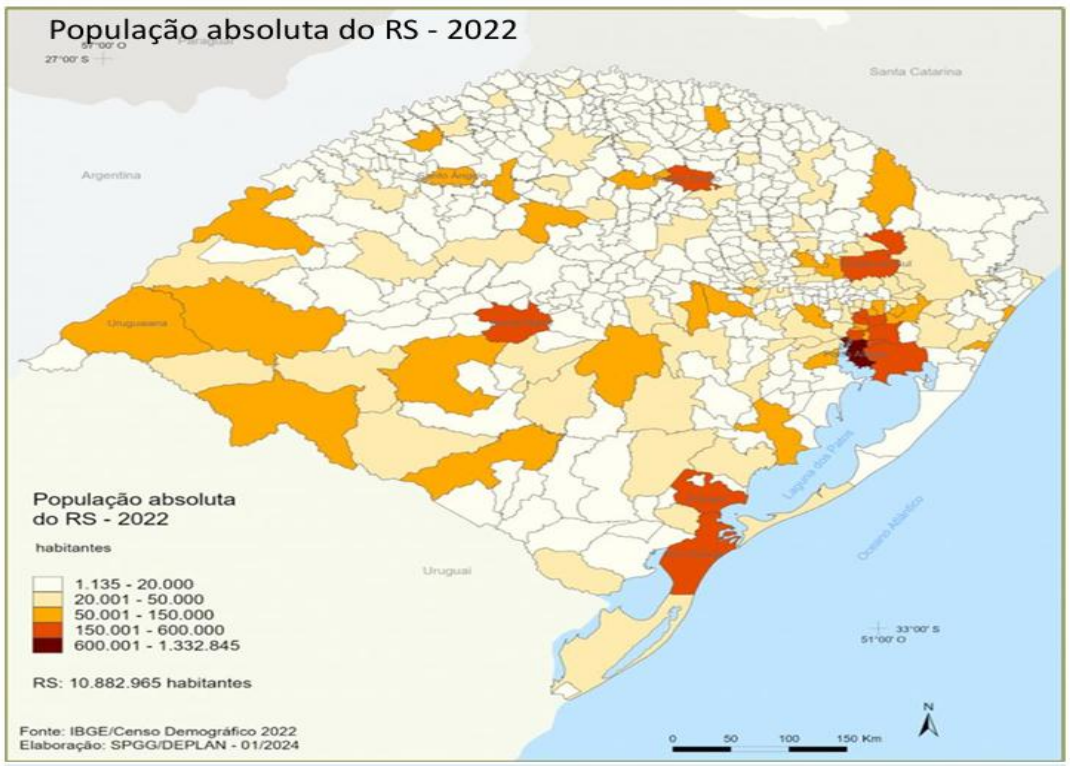
Na década de 70, o Rio Grande do Sul apresentava uma distribuição etária com 39,0% da população na faixa de zero a 14 anos, 55,2% na faixa de 15 a 59 anos e **5,8%** acima de 60 anos. Esses valores em 2022, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 somam 2.184.356 gaúchos com mais de 60 anos, representando um percentual de **20,07%** da população total.

Pirâmide etária do RS - 1970



Pirâmide etária do RS - 2022

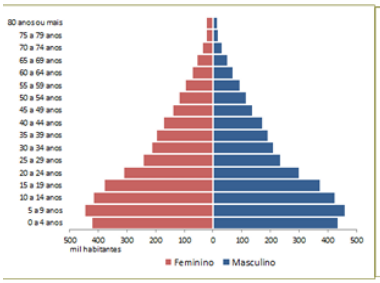




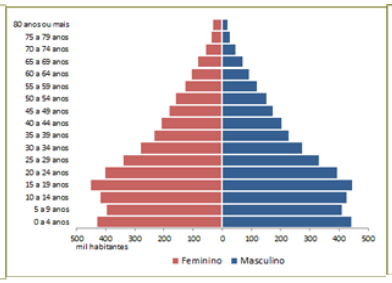
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades. Acesso em 01/09/2025.

Pirâmide etária no RS (1970-2022)

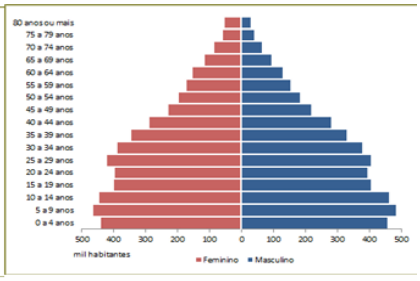
1970



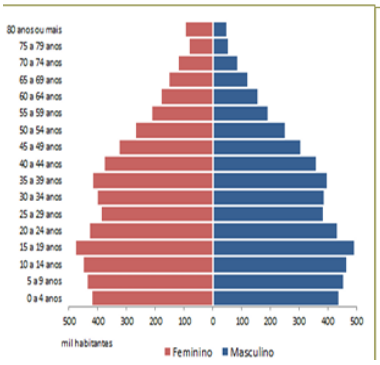
1980



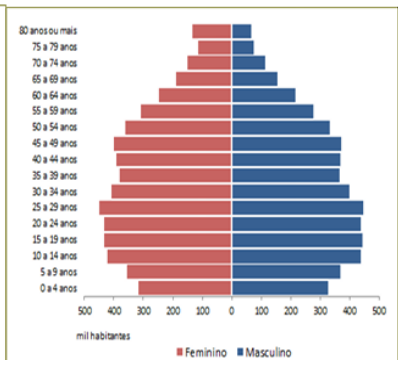
1991



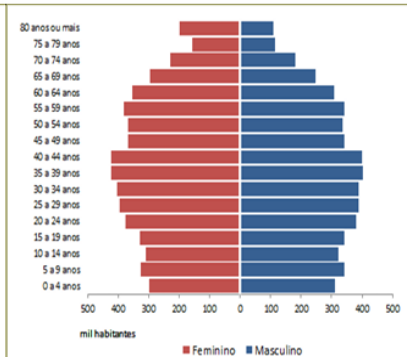
2000



2010

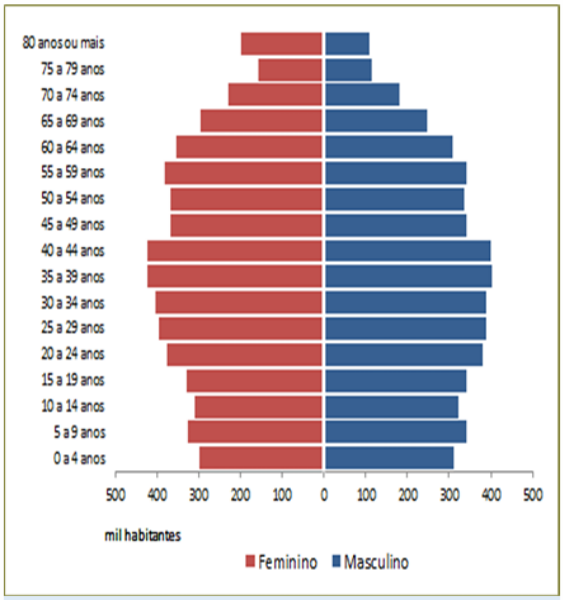


2022



- A população na faixa acima dos 60 anos triplicou nestes últimos 50 anos, passando dos 5,8% na década de 70 para 18,8% em 2022.
- Elevada proporção da população na faixa entre 15 a 59 anos, a chamada idade ativa, e a maior proporção de mulheres nas faixas etárias mais altas.
- O Índice de envelhecimento apresentou alteração, tanto no Brasil quanto no estado. No Rio Grande do Sul em 1970 tinha-se uma proporção de 14,8 idosos (60 anos e mais de idade) para cada 100 jovens (de 0 a 14 anos).
- O Censo Demográfico (2022), o estado apresentou o maior Índice de envelhecimento dos estados, sendo de 80,35 idosos para cada 100 jovens, representando o valor mais alto do país.

Pirâmide etária do RS em 2022



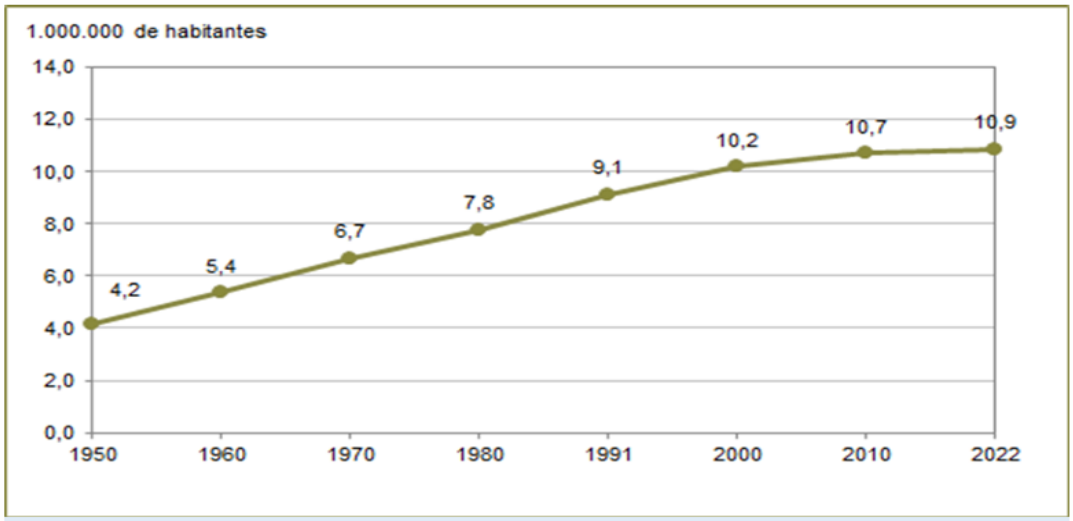
Fonte: IBGE/Censos Demográficos Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades. Acesso em 01/09/2025

- Segundo o IBGE, **a esperança de vida ao nascer** no RS, para ambos os sexos, passou de 72,4 em 2000 para 78,3 em 2018. Os estudos de evolução demográfica demonstram que, no Rio Grande do Sul, a transição demográfica começou mais cedo em relação a maior parte dos estados brasileiros e tornou-se mais evidente nas últimas décadas, caracterizando-se pelo rápido aumento absoluto e relativo das faixas de população adulta e idosa.

- **A esperança de vida ao nascer** no Rio Grande do Sul foi de 76,38 anos em 2021, uma redução de 1,07 anos em relação a 2020, segundo dados do Portal do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Em 2021, a expectativa para as mulheres foi de 79,88 anos e para os homens, de 72,86 anos.

- Em relação ao sexo, estas diferenças ficam ainda mais evidentes quando se constata a maior esperança de vida ao nascer das mulheres. Como resultado, o número de mulheres é superior ao número de homens, principalmente nas faixas de idade mais avançadas.

Evolução da população do RS 1950-2022



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades. Acesso em 01/09/2025

Municípios do RS por faixas de número de habitantes – 1980-2022

Classes	1980		1991		2000		2010		2022	
	nº muni	População	nº muni	População	nº muni	População	nº muni	População	nº muni	População
Total do Estado	333	7.773.837	333	9.138.670	496	10.187.798	496	10.693.929	497	10.882.965
menos de 10 mil hab	170	961.611	163	903.319	333	1.375.944	331	1.381.649	335	1.369.915
10 a 50 mil hab	128	2.504.888	131	2.693.504	121	2.472.546	123	2.648.307	119	2.717.627
50 a 100 mil hab	24	1.600.786	23	1.555.047	25	1.733.019	24	1.663.011	24	1.668.730
mais de 100 mil hab	11	2.706.552	16	3.986.800	17	4.606.289	18	5.000.962	19	5.126.693

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades. Acesso em 01/09/2025

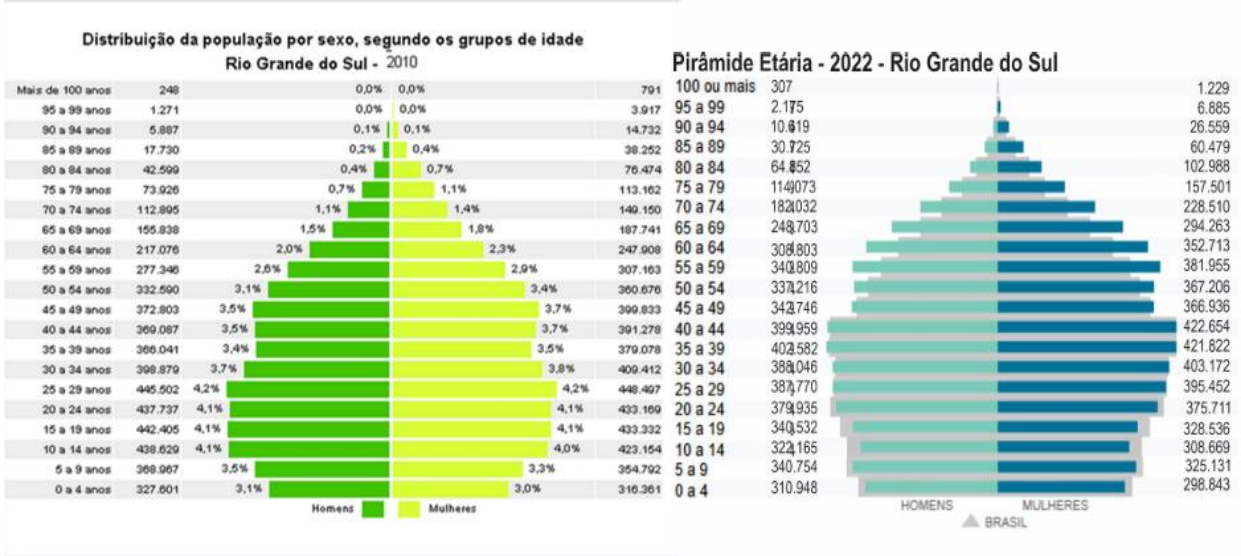
- A distribuição da população no território gaúcho também não é uniforme. O eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul constitui a área mais povoada do estado. Conforme dados do Censo Demográfico de 2022, 67,4% dos municípios gaúchos possuem população menor de 10 mil habitantes.
- Os municípios com população entre 10 e 50 mil habitantes somam 119 (23,9%) e aqueles com população entre 50 e 100 mil são em 24 (4,8%). E, finalmente, somente 19 municípios possuem população superior a 100 mil habitantes, no entanto concentram 47% da população total do estado.

Municípios com população superior a 100 mil habitantes do RS (2022)

Município	COREDE	População
Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	1.332.845
Caxias do Sul	Serra	463.501
Canoas	Vale do Rio dos Sinos	347.657
Pelotas	Sul	325.685
Santa Maria	Central	271.735
Gravataí	Metropolitano Delta do Jacuí	265.074
Novo Hamburgo	Vale do Rio dos Sinos	227.646
Viamão	Metropolitano Delta do Jacuí	224.112
São Leopoldo	Vale do Rio dos Sinos	217.409
Passo Fundo	Produção	206.215
Rio Grande	Sul	191.900
Alvorada	Metropolitano Delta do Jacuí	187.315
Cachoeirinha	Metropolitano Delta do Jacuí	136.258
Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo	133.230
Sapucaia do Sul	Vale do Rio dos Sinos	132.107
Bento Gonçalves	Serra	123.151
Bagé	Campanha	117.938
Uruguaiana	Fronteira Oeste	117.210
Erechim	Norte	105.705

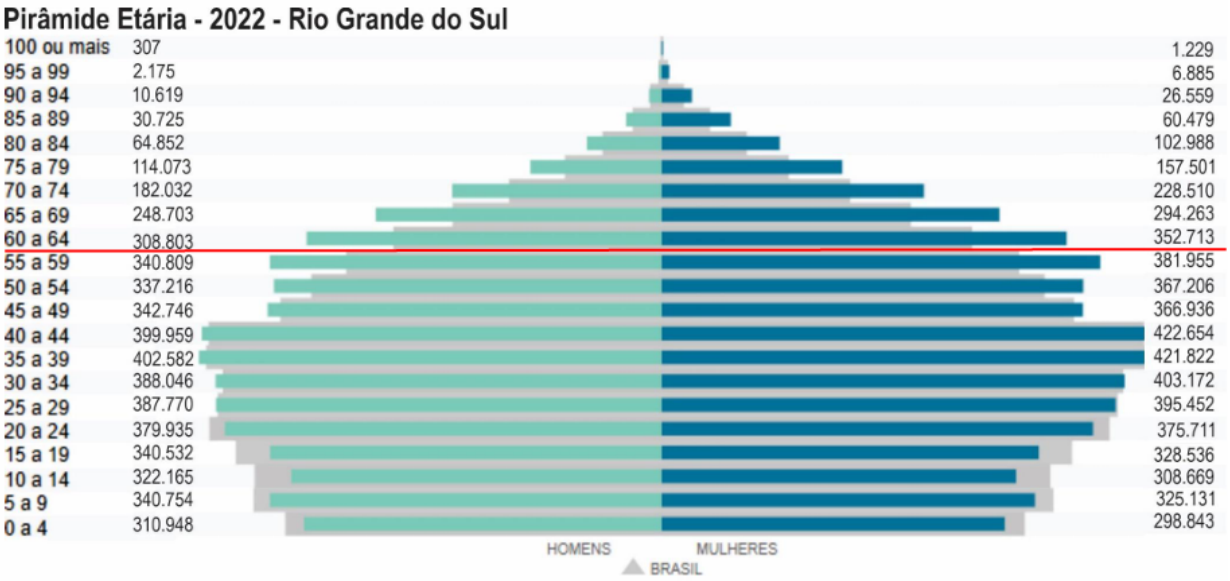
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades. Acesso em 01/09/2025.

Distribuição etária da população por sexo no Rio Grande do Sul - 2010/2022



Fonte: IBGE, 2011 e 2024.

Distribuição etária da população por sexo no Rio Grande do Sul - 2022



Fonte: IBGE, 2024.

Distribuição da população por grupo de idade - Brasil

	Mulheres		Homens		Total Brasil	
Grupo de idade	**Pessoas**	**%**	**Pessoas**	**%**	**Pessoas**	**%**
100 anos ou mais	27.244	0,013	10.570	0,005	37.814	0,019
95 a 99 anos	114.859	0,057	50.319	0,025	165.178	0,081
90 a 94 anos	385.388	0,190	194.341	0,096	579.729	0,285
85 a 89 anos	835.554	0,411	493.649	0,243	1.329.203	0,655
80 a 84 anos	1.465.178	0,721	1.009.852	0,497	2.475.030	1,219
75 a 79 anos	2.189.593	1,078	1.657.786	0,816	3.847.379	1,895
70 a 74 anos	3.243.186	1,597	2.615.350	1,288	5.858.536	2,885
65 a 69 anos	4.288.180	2,112	3.588.052	1,767	7.876.232	3,878
60 a 64 anos	5.338.555	2,629	4.605.834	2,268	9.944.389	4,897
55 a 59 anos	6.149.601	3,028	5.419.505	2,669	11.569.106	5,697
50 a 54 anos	6.584.190	3,242	6.014.391	2,962	12.598.581	6,204
45 a 49 anos	7.091.003	3,492	6.549.109	3,225	13.640.112	6,717
40 a 44 anos	8.291.111	4,083	7.781.059	3,832	16.072.170	7,914
35 a 39 anos	8.345.458	4,109	7.827.333	3,854	16.172.791	7,964
30 a 34 anos	7.935.832	3,908	7.537.285	3,711	15.473.117	7,619
25 a 29 anos	7.842.265	3,862	7.627.458	3,756	15.469.723	7,618
20 a 24 anos	7.699.157	3,791	7.767.306	3,825	15.466.463	7,616
15 a 19 anos	7.058.427	3,476	7.317.515	3,603	14.375.942	7,079
10 a 14 anos	6.682.215	3,290	6.992.746	3,443	13.674.961	6,734
5 a 9 anos	6.738.158	3,318	7.011.282	3,452	13.749.440	6,770
0 a 4 anos	6.243.171	3,074	6.461.689	3,182	12.704.860	6,256
TOTAL	**104.548.325**	**51,481**	**98.532.431**	**48,519**	**203.080.756**	**100,000**

Fonte: IBGE, 2024.

Distribuição da população por grupo de idade – Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul						
	Mulheres		Homens		Total RS	
Grupo de idade	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
100 anos ou mais	1.229	0,011	307	0,003	1.536	0,014
95 a 99 anos	6.885	0,063	2.175	0,020	9.060	0,083
90 a 94 anos	26.559	0,244	10.619	0,098	37.178	0,342
85 a 89 anos	60.479	0,556	30.725	0,282	91.204	0,838
80 a 84 anos	102.988	0,946	64.852	0,596	167.840	1,542
75 a 79 anos	157.501	1,447	114.073	1,048	271.574	2,495
70 a 74 anos	228.510	2,100	182.032	1,673	410.542	3,772
65 a 69 anos	294.263	2,704	248.703	2,285	542.966	4,989
60 a 64 anos	352.713	3,241	308.803	2,837	661.516	6,078
55 a 59 anos	381.955	3,510	340.809	3,132	722.764	6,641
50 a 54 anos	367.206	3,374	337.216	3,099	704.422	6,473
45 a 49 anos	366.936	3,372	342.746	3,149	709.682	6,521
40 a 44 anos	422.654	3,884	399.959	3,675	822.613	7,559
35 a 39 anos	421.822	3,876	402.582	3,699	824.404	7,575
30 a 34 anos	403.172	3,705	388.046	3,566	791.218	7,270
25 a 29 anos	395.452	3,634	387.770	3,563	783.222	7,197
20 a 24 anos	375.711	3,452	379.935	3,491	755.646	6,943
15 a 19 anos	328.536	3,019	340.532	3,129	669.068	6,148
10 a 14 anos	308.669	2,836	322.165	2,960	630.834	5,797
5 a 9 anos	325.131	2,988	340.754	3,131	665.885	6,119
0 a 4 anos	298.843	2,746	310.948	2,857	609.791	5,603
TOTAL	**5.627.214**	**51,707**	**5.255.751**	**48,293**	**10.882.965**	**100,000**

Fonte: IBGE, 2024.

Distribuição por números absolutos-Nível de Instrução - Pessoas com 60 anos ou mais

	Brasil			Rio Grande do Sul		
Nível de Instrução	60 a 69 ano	70 a 79 ano	80 anos ou mais	60 a 69 ano	70 a 79 ano	80 anos ou mais
Sem instrução e fundamental incompleto	9.528.190	6.391.701	3.454.919	625.917	434.547	222.215
Fundamental completo e médio incompleto	2.270.358	948.126	374.322	180.742	77.650	29.101
Médio completo e superior incompleto	3.658.829	1.335.113	447.012	241.493	93.975	29.423
Superior completo	2.409.984	1.082.653	327.375	157.872	78.892	23.800
Total	17.867.361	9.757.593	4.603.627	1.206.024	685.064	304.539

Censo 2022 - IBGE

- "Na qualidade do envelhecimento cabem ao menos dois marcadores a serem destacados. O primeiro relacionado à educação, onde os dados do IBGE (2022) nos mostram que a população analfabeta no Brasil se concentra em 48.6% na faixa de pessoas idosas, com prevalência do analfabetismo entre as mulheres e pessoas negras.
- Já o segundo está relacionado a renda, onde o estudo Incidência de Pobreza entre os idosos: 2012 – 2022, mostrou que em 2022, 12,6% da população idosa, ou seja, 2,8 milhões viviam abaixo da linha de pobreza e 1,8%, ou seja, 410 mil pessoas idosas se encontravam na extrema pobreza" (Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS, 2022 apud CEI, 2025,p.12).

Distribuição em números absolutos por religião: 60 anos ou mais – Brasil/RS

Religião - Pessoas com 60 anos ou mais

Religião	Brasil			Rio Grande do Sul		
	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais
Católica Apostólica Romana	11.605.531	6.703.803	3.315.786	829.145	494.073	226.471
Evangélicas	4.091.261	2.053.748	872.863	229.866	125.165	52.243
Espírita	474.732	225.699	93.466	42.350	19.485	7.392
Umbanda e Candomblé	128.075	49.995	18.391	23.124	8.780	3.007
Tradições indígenas	4.430	2.246	1.546	187	114	41
Outras religiosidades	628.406	313.103	141.654	31.284	15.645	7.243
Sem religião	915.811	399.066	154.212	49.561	21.550	7.892
Não sabe	4.596	2.557	1.998	196	79	179
Sem declaração	14.520	7.374	3.711	312	176	72
Total	17.867.362	9.757.591	4.603.627	1.206.025	685.067	304.540

Censo 2022 - IBGE

Conforme o Censo 2022, dos dez maiores índices de envelhecimento do Brasil, nove são de municípios gaúchos. No indicador da idade mediana, o quadro se repete: das dez mais elevadas do País, nove pertencem a cidades gaúchas.

Importante lembrar que além da queda da taxa de fertilidade para explicar o envelhecimento gaúcho é a migração de jovens outro fator. "O Rio Grande do Sul, além de ter começado a redução da fecundidade antes, com número menor de nascimentos, é um estado com saldo migratório negativo", diz Izabel Marri, gerente de estudos e análises da dinâmica demográfica do IBGE.

Índice de Envelhecimento - Brasil

	Município	Razão	Idade Mediana (anos)
1	Coqueiro Baixo (RS)	277,14	53
2	Santa Tereza (RS)	264,05	52
3	Três Arroios (RS)	245,98	51
4	União da Serra (RS)	243,28	53
5	Coronel Pilar (RS)	230,29	51
6	Relvado (RS)	228,57	50
7	Floriano Peixoto (RS)	225,54	50
8	Monte Belo do Sul (RS)	214,65	49
9	Ivorá (RS)	209,83	48
10	Turmalina (SP)	205,38	51
11	Guabiju (RS)	204,92	50
12	Travesseiro (RS)	201,14	49
13	Barra do Rio Azul (RS)	199,52	49
14	Porto Lucena (RS)	193,02	51
15	Vespasiano Corrêa (RS)	191,18	47
16	Forquetinha (RS)	189,47	48
17	Águas de São Pedro (SP)	189,07	47
18	Canudos do Vale (RS)	182,59	48
19	Doutor Ricardo (RS)	182,01	46
20	Montauri (RS)	180,54	47

Censo 2022 - IBGE

Índice de Envelhecimento é uma razão demográfica, que representa o número de pessoas idosas (com 65 anos ou mais) em relação a um grupo de 100 crianças (de 0 a 14 anos), indicando a proporção de idosos por jovens. Ele é calculado pela fórmula: (População de 65 anos ou mais / População de 0 a 14 anos) x 100.

Conselhos municipais e fundos municipais no RS em 2025

Municípios do RS						
Com Conselho Municipal do Idoso						Sem Conselho Municipal do Idoso
245						
Ativo		Inativo		Sem resposta		
223		4		18		252
Com Fundo	Sem Fundo	Com Fundo	Sem Fundo	Com Fundo	Sem Fundo	
206	17	0	4	7	11	
Total: 497						

Fonte: Cadastro do Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul, 2025.

- O município gaúcho de Coqueiro Baixo (a 173 km de Porto Alegre) é o mais envelhecido do Brasil, segundo indicadores do Censo Demográfico 2022.
- No Brasil, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais é de 10,9%.
- Coqueiro Baixo também tem o maior índice de envelhecimento no País, alcançando 277,14 no Censo 2022. O resultado significa que havia 277,14 idosos de 65 anos ou mais para cada grupo de 100 crianças e jovens de 0 a 14 anos. Quanto maior o valor do indicador, mais envelhecida é a população. A média nacional foi de 55,2 em 2022.

Coqueiro Baixo é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. Sua população estimada em 2010 era de 1.528 habitantes.
Área: 112.322 km²
Área total: 112,439 km²
IDH (2010): 0,692 — médio
PIB (2020): R$ 43 495,81 mil
População total (2021): 1 490 hab



https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades.

https://www.jornaldocomercio.com/geral/2023/10/1128724-tem-19-das-20-cidades-com-mais-idosos-proporcionalmente-pais-segundo-ibge.

Algumas considerações

- Para pensar as políticas públicas, é importante demarcar os grupos populacionais e identificar o grau de heterogeneidade, para saber quem precisa e do que precisa. Conhecer as características, as semelhanças e as diferenças de cada grupo é um passo imprescindível para elaborar políticas e estratégias de intervenção, já que propicia identificar os condicionantes e os determinantes das condições de vida e do estado de saúde da população em foco.



- As políticas públicas devem tanto responder às demandas dos indivíduos que buscam o envelhecimento ativo como, também, tentar atender às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidade trazida pela idade avançada." (Camarano; Pasinato, 2004,p. 10).
- As políticas públicas reforçam a família como cuidadora dos seus idosos. Entretanto, quando muitos chegam à idade mais avançada, já perderam os filhos e precisam de suporte fora da família. Esse dado não pode ser menosprezado na agenda das políticas com o questionamento de quem será o cuidador.
- Estímulo para a criação de conselhos municipais nos municípios que ainda não possuem CMI e também programas de capacitação com intuito de atender demandas da população idosa.



- **Dívida social com a população idosa**: inclusão da preparação para o envelhecimento na educação básica. Educação que não prepara para o envelhecimento enfrenta graves conflitos intergeracionais. A inclusão do tema do envelhecimento na educação é urgente. Já prevista pelo Estatuto do Idoso, a falta da educação na formação, não prepara o cidadão para a convivência social e agudiza o problema da discriminação social (Giacomin, 2020);
- **A banalização da velhice**, da doença, de situação de conflitos estruturais, evidenciam que é uma tática usada pelo sistema para dizer que está sendo feito algo ao invés do investimento massivo na educação, em programas de sensibilização e conscientização.
- A presença de diversas **políticas etaristas** que legitimam a discriminação em diversas áreas. (Valor da aposentadoria do brasileiro comum - pensões abaixo do salário mínimo).
- Investir na **capacidade funcional do profissionais-** Educação continuada- Aprendizagem ao longo da vida.
- Lutas sociais pelas **políticas públicas**, luta pelos direitos humanos.



Referências

AGLIARDI, Délcio A., HEREDIA, Vania B.M. (Org.). **Cidade e envelhecimento**: uma experiência de pesquisa interdisciplinar. Caxias do Sul: Educs, 2025.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS. In: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/grafico-rs-faixas-idades.

FALEIROS, Vicente de Paula, RAPOZO, Janeska M.T. Efetividade da rede de atenção à saúde e à assistência social à pessoa idosa na expressão de usuários e gestores – o caso de Boa Vista/RR. In: *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 356 - 370, ago./dez. 2011

BRASIL, 1999. Política Nacional de Saúde do Idoso, aprovada pela Portaria no 1.395, de 9 de dezembro de 1999. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, no 237-E, pp. 20-24, 13 dez. Seção 1.

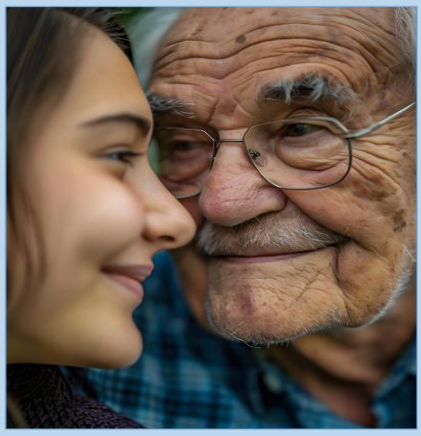
Cadastro do Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul, Conselhos municipais, 2025.

CAMARANO, Ana Amélia, KANSO, Solange e LEITÃO e MELLO, Juliana. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros? p.77-106. In: CAMARANO, Ana Amélia. *Os novos idosos brasileiros*: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
Censo Demográfico de 2022. Disponível: https://cidades.ibge.gov.br/

ENVELHECIMENTO ATIVO: uma política de saúde. World Health Organization; trad. Suzana Contijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=destaques

Revista Retratos. R.J. IBGE, nº16, fev.2019.Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/revista-retratos.html



Muito obrigado!

vbmhered@gmailcom

3. Painelista 2 - Envelhecimento e a Política de Saúde - Vanessa Rossoni de Oliveira

Vanessa Rossoni de Oliveira inicia sua exposição observando que se sente honrada em participar do evento. Faz uma breve contextualização sobre o tema do envelhecimento e a política de saúde no Rio Grande do Sul. Afirma que as pessoas idosas são "SUS-dependente". A palestrante considera que é imperativo olhar para os dados. De modo específico, é imperativo olhar para as condições socioeconômicas dos vulneráveis para fundamentar sistemas mais equitativos. Deve-se promover estratégias para o envelhecimento saudável em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Ao pautar o envelhecimento e a política de saúde, a palestrante considera os objetivos e ações para essa pauta. Fortalecer as ações intersetoriais. Considerando o contexto da pandemia, deve-se ater aos processos primários. Cidades Amigáveis. Incentivo Financeiro. Avaliação multidimensional. Conhecer o perfil. Enfoque na capacidade funcional. Morbidades são os principais fatores de envelhecimento. Em seguida, a palestrante pauta o *Programa Saúde 60 do RS*. Acesso aos serviços. Consulta *recall*. Destaca os objetivos: exercer a função de retaguarda; reduzir casos de hospitalização. Afirma que o grande desafio que se coloca é a transferência de cuidado. Fala ainda do apoio em termos de qualificação profissional; equipes e profissionais. Trata, ainda, do cuidado efetivo; custeio; desafios; demências. Objetivo responder às demandas.

Mais de 30 instituições ajudam no cumprimento das metas e ações: 27 metas e 36 ações. O Conselho faz parte do plano. A palestrante destaca: o *Canal Saúde da Pessoa I*dosa e outras ações diretivas, como: qualificação de graduandos; elaboração de normas técnicas; cursos; estágios; educação; curso de cuidador: 64 horas teórica, 16 horas presencial; monitoria; matriz avaliativa. A palestrante finalizou sua apresentação considerando a Política Estadual de Saúde e ações diretivas e com um agradecimento a todos e a equipe.

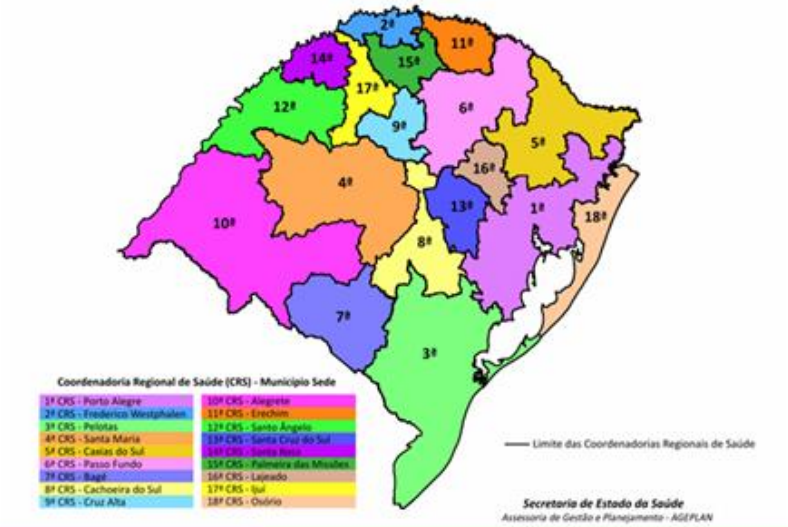
Política de Saúde da Pessoa Idosa

Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde
Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul



RIO GRANDE DO SUL

Coordenadorias regionais de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul



RIO GRANDE DO SUL

População Idosa no Rio Grande do Sul



- **O Rio Grande do Sul é o estado mais envelhecido do país**, com **20,15%** de sua população com 60 anos ou mais - totalizando 2.193.416 pessoas (Censo 2022).
  - Entre 2010 e 2022, **a população idosa no RS aumentou 50%**
- O envelhecimento traz desafios, como **a maior incidência de demências** e de outras condições crônicas que podem comprometer a **autonomia e independência**.
- Quase 80% da população 60+ do RS **depende exclusivamente** de ações e serviços de saúde ofertados através do **Sistema Único de Saúde.**

RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

Saúde da Pessoa Idosa

Esse acelerado envelhecimento da população não deve ser considerado um problema, mas exige atenção e traz importantes desafios para a sociedade.

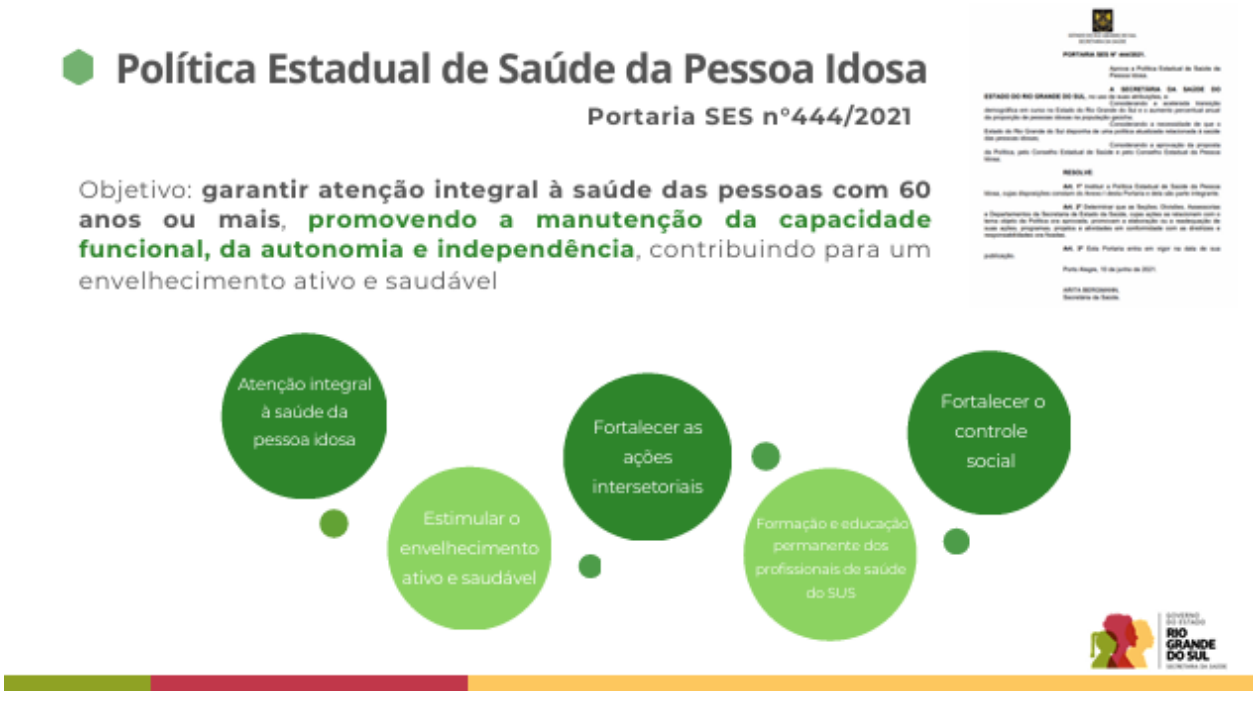


- Com o envelhecimento **podem surgir incapacidades**, **comprometendo a autonomia e/ou independência das pessoas** em viverem plenamente suas vidas.
- muitas pessoas idosas nas Américas encontram-se em **situações socioeconômicas e familiares complexas e de vulnerabilidade:**

A forma/ambiente/condições em vivemos contribui para como envelhecemos




MAPA ESTRATÉGICO DA SES
MISSÃO
VISÃO
VALORES
SOCIEDADE
PROCESSO
GESTÃO
FINANCEIRO
Promover estratégias visando o envelhecimento saudável
GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL


Política Estadual de Saúde da Pessoa Idosa
Portaria SES nº444/2021
Objetivo: garantir atenção integral à saúde das pessoas com 60 anos ou mais, promovendo a manutenção da capacidade funcional, da autonomia e independência, contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável
Atenção integral à saúde da pessoa idosa
Estimular o envelhecimento ativo e saudável
Fortalecer as ações intersetoriais
Formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS
Fortalecer o controle social
GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Ações



Certificação UBS Amiga da Pessoa Idosa

389 UBS certificadas

1º ciclo temático RBC/RS 2022-2023

(A meta PPA 2020-2023 era certificar 250 UBS)

Seminário de entrega do Selo Ouro Unidade Básica de Saúde da Pessoa Idosa e Mostra de Experiências Rede Bem Cuidar RS



Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa

A Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa (AMD) é uma ferramenta essencial à APS, que permite **identificar as necessidades de saúde da população idosa** levando em conta a heterogeneidade no processo de envelhecimento entre as pessoas - e a partir disto ofertar um cuidado adequado a cada uma delas.

A AMD aborda as múltiplas dimensões da pessoa idosa, com enfoque para a avaliação da **CAPACIDADE FUNCIONAL** - norteadora das ações direcionadas à saúde desta população, mostrando a necessidade de **superar o modelo que considera a idade e as morbidades como os principais fatores de adoecimento.**

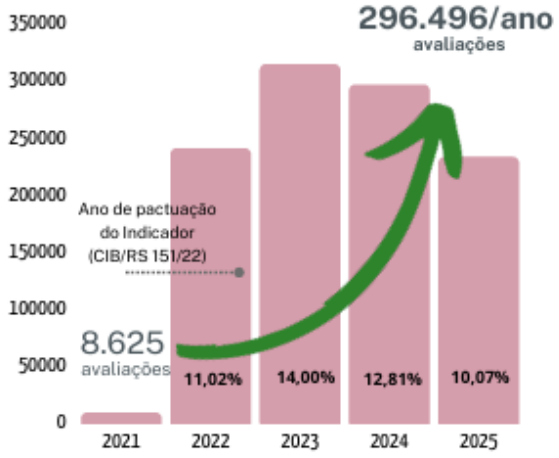


IVCF-20



Indicador de Saúde Estadual nº 13

Avaliação multidimensional da Pessoa Idosa



Meta 2025 16%

Essencial para direcionar o cuidado e os recursos adequados a cada pessoa idosa, oportunamente.

Fonte: Portal BI RS, 05/09/2025, dados de julho

Saúde 60+ **RS**
Serviço Especializado
de Saúde da Pessoa Idosa



- **Projeto estratégico de Governo**: compõe o Plano Plurianual e Plano Estadual de Saúde - 2024-2027

Meta: implantar 20 serviços

Público-alvo do Saúde 60+:

- Pessoas com 60 anos ou mais, estratificadas pela APS com o **perfil clínico-funcional frágil e/ou com diagnóstico de demência**.
- O acesso ao Saúde 60+ RS será encaminhado pela APS e regulado via sistema GERCON. **O cuidado das pessoas atendidas no Saúde 60+ RS segue compartilhado com APS**.

Saúde 60+ **RS**
Serviço Especializado
de Saúde da Pessoa Idosa

Objetivos e Impactos esperados

- Ofertar cuidado **especializado e multidisciplinar** continuado às pessoas idosas no RS.
- Exercer a função de **retaguarda da APS** e qualificar o atendimento prestado por ela às pessoas idosas frágeis e/ou com demência.
- **Reduzir casos de hospitalização** na população idosa.
- Ofertar **atendimento qualificado à pessoa com demência** e sua rede de cuidado.
- **Redução das filas** na atenção especializada.



Composição das equipes

- Os serviços irão contar com uma entre duas opções de equipe:

1.Equipe com médico (a) de Família e Comunidade ou Generalista

- Médico MFC ou Generalista 40h
- Neurologista 8h
- Enfermeiro (a) 40h
- Técnico (a) de enfermagem 40h
- Psicólogo (a) 40h
- Fisioterapeuta 40h
- Assistente Social 40h

+2 profissionais 20h entre os núcleos:

- Farmácia
- Fonoaudiologia
- Terapia Ocupacional
- Nutrição
- Gerontologia

Custo mensal da equipe: R$ 120.000,00

OU

2.Equipe com médico (a) Geriatra

- Geriatra 40h
- Neurologista 8h
- Enfermeiro (a) 40h
- Técnico (a) de enfermagem 40h
- Psicólogo (a) 40h
- Fisioterapeuta 40h
- Assistente Social 40h

+2 profissionais 20h entre os núcleos:

- Farmácia
- Fonoaudiologia
- Terapia Ocupacional
- Nutrição
- Gerontologia

Custo mensal da equipe: R$ 130.000,00

Plano Estadual de Cuidado Integral em Demências (PECID)

Estabelecer uma Política pioneira no Brasil.

Objetivos:

- Responder às demandas por **diagnóstico e cuidado integral em Demências**;
- **Implementar a Política Estadual de Enfrentamento à Doença de Alzheimer e outras Demências** (Lei nº 15.820/2022), de acordo com o Plano de Ação Global da OMS 2017- 2025 e a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências (Lei Federal 14.878/2024).

2023	Elaboração do Plano e estruturação dos eixos.
2024	27 de setembro de 2024: Lançamento do Plano
2025 em diante	Desenvolvimento e monitoramento das ações

Conheça o Plano Estadual de Cuidado Integral em Demências

Plano Estadual de Cuidado Integral em Demências





Canal Saúde da Pessoa Idosa SES-RS



Valorização da vida e promoção da saúde mental na população idosa

722 visualizações • Transmitido há 2 semanas



INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM PESSOAS IDOSAS

829 visualizações • Transmitido há 4 meses



IVCF-20

1,4 mil visualizações • Transmitido há 6 meses



USO DE CHÁS PELA POPULAÇÃO IDOSA NA APS: cuidados e potencialidades

1 mil visualizações • Transmitido há 6 meses





Live de Abertura do Curso Introdutório à Doença de Alzheimer para Agentes...

1,6 mil visualizações • Transmitido há 11 meses



Oficina de Saúde Mental e Demência nas Pessoas Idosas

984 visualizações • Transmitido há 1 ano

Educação em Saúde

Elaboração de guias, Notas Técnicas, oficinas e eventos











Curso de Introdução à doença de Alzheimer
para Agentes Comunitários de Saúde

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Curso Cuidador da Pessoa Idosa/ESP

- Curso POA - 12 turmas concluídas
  13ª em andamento
- Regionalizado - 1 turma concluída na 11ª CRS em 2023
  1 turma concluída na 18ª CRS em 2024

223 concluintes



Carga horária: 80 horas > **64 h – Capacitação teórica**
16 h - Capacitação presencial

curso gratuito



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE



Monitoramento

Matriz avaliativa

- A matriz **tem como objetivo avaliar o andamento das ações e estratégias promovidas pela Política** em relação à saúde das pessoas idosas no RS, **para direcionar ações cada vez mais eficientes no cuidado a esta população.**
- Está em seu **3º ciclo avaliativo**, e conta com **24 indicadores**: 16 municipais e 8 regionais, que avaliam ações desenvolvidas: no âmbito da APS e da Atenção Especializada, ações de capacitação, vigilância em saúde e intersetoriais;



Obrigada!

Equipe técnica

Evelyn Caroline Freitas Lucena
Jordana Wizoreke Carvalho
Luana Fioravanti Roland
Luíza Campos Menezes
Rosângela Machado Moreira (Coord.)
Sara Brunetto
Taína Scheid
Vanessa Rossoni de Oliveira

Contato:

saudedoidoso@saude.rs.gov.br



4. Painelista 3 - Envelhecimento e a Política Social - Beto Fantinel

O Secretário de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, Beto Fantinel, cumprimenta o público presente. Manifesta a sua felicidade em participar do evento. Apresenta dados do Rio Grande do Sul: há 480 mil famílias cadastradas no CadÚnico.

Destaca a Rede de Proteção. Por ser um contexto que nos desafia, a discussão deve ser intersetorial. Afirma que o estado do Rio Grande do Sul não pode copiar uma política pública. De acordo com ele, temos a obrigação de construir políticas públicas que sirvam de inspiração para o Brasil. O Plano Plurianual inclui Centro-Dia, equipamentos de centros de convivência.

O secretário reflete a respeito da participação da população idosa em eleições, posto que participar das eleições é participar dos espaços de tomadas de decisão; inclusive, sobre políticas públicas e orçamento. A participação faz parte dos avanços.

Tendo por referência os eventos climáticos, o secretário pontua que a reação do Estado diante dos eventos climáticos deve contemplar espaços de dignidade. Ganha destaque o programa *Cuidar Tchê 60* +, que apoia mais de 2.000 pessoas idosas, permitindo autonomia, dignidade, esperança e sobrevivência.

Considerando a política para a pessoa idosa, o secretário especifica o Fundo Nacional da Pessoa Idosa (FUNEPI) e afirma que o edital de 2025 prevê 20 milhões de reais para projetos para a pessoa idosa. É uma conquista de investimentos importantes. Os passos importantes são: incentivar municípios; fazer aportes; captar recursos; criação de conselhos da pessoa idosa.

O Secretário afirma que a Conferência é um espaço de consolidação de acesso a direitos. A Conferência é o momento de avaliar o caminho percorrido. Desafios da multidiversidade. É fundamental avançar mais nesse sentido. Fecha sua fala com entusiasmo e agradece a oportunidade.

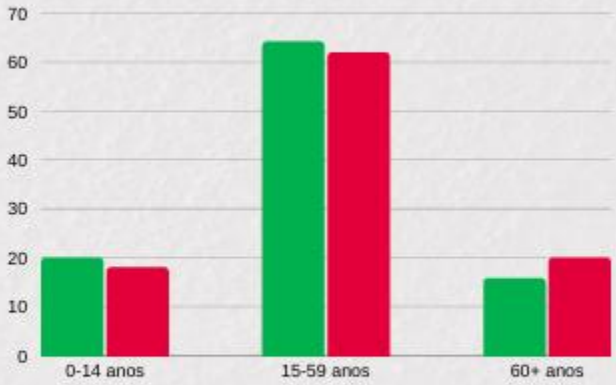


Contexto do Envelhecimento no RS

Brasil: 32,1 milhões de pessoas idosas (15,8% da população) – crescimento de 56% em relação a 2010

RS: Estado com maior proporção de pessoas idosas do país – 20% da população

Cadastro Único (RS):
480.112 famílias acima de 60 anos
592.133 pessoas



Rede de Proteção e Papel do Estado

- Constituição Federal e Estatuto da Pessoa Idosa: protagonismo do Estado na proteção da pessoa idosa
- Gestão estadual: investimento e fortalecimento da Rede de Proteção
- Ações de prevenção, articulação e encaminhamento de situações de risco
- Garantia de um envelhecimento digno, com orçamento público destinado às políticas sociais



Investimentos Política da Pessoa Idosa

Recursos oriundos do FUNEPI

Cuidar Tchê 60+

- Investimento R$ 6 milhões
- Quase 2 mil pessoas idosas atingidas pelos eventos climáticos foram beneficiadas.
- Entrega de kits personalizáveis de até R$ 3 mil nas categorias cozinha, dormitório, mobilidade e eletroeletrônicos de itens essenciais.



Investimentos Política da Pessoa Idosa

Recursos oriundos do FUNEPI

29 projetos em 2024

- 2,6 milhões

Em 2025 serão destinados 20 milhões

- 10 milhões para sociedade civil
- 10 milhões para Municípios



Investimentos Política da Pessoa Idosa

Investimentos para Centros de Convivência referenciados ao CRAS em 2024 e 2025

Investimento em **10** Reformas
R$ 2.500.00,00
(dois milhões e quinhentos mil reais)

Investimento em **20** construções
R$ 10.000,000,00
(dez milhões)



Política Estruturante: Centro Dia

- Implantação de 46 Centros Dia em todo o RS
- Investimento aproximado de R$ 40 milhões (2024-2025)
- Espaço de acolhimento, cuidado e socialização para pessoas idosas
- Apoio às famílias e prevenção da institucionalização precoce



Caminhos para Equidade e Inclusão

- Políticas públicas essenciais para assegurar direitos e acesso a bens e serviços
- Fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa
- Enfrentamento da violência, abandono social e familiar
- Promoção da participação social e comunitária
- Reconhecimento das múltiplas velhices (raça, gênero, classe social, territórios)



Muito obrigado

Beto Fantinel
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

5. Painelista 4 - Orçamento e financiamentos das políticas públicas no Rio Grande do Sul - Luciana Gianluppi

Luciana Gianluppi deu as boas-vindas à mesa e aos participantes do evento. Estruturou a sua fala pensando em como as pessoas vão ter direitos se não conhecem os fluxos do serviço público. É necessário conhecer os próprios direitos.

Etapas da Política Pública: identificação do problema.; inclusão na agenda governamental; planejamento; trabalhos das equipes técnicas; orçamentação; execução; monitoramento; saber quais são os resultados; avaliação.

Planejar e estar preparado para a oportunidade. Como estruturar uma política pública: primeiro fazer um diagnóstico; o que a gente precisa fazer; como o público-alvo está sentindo. Objetivos: o que eu quero fazer. As metas. Os beneficiários. Colocar em marcha passo a passo a política. Identificação e riscos. Onde pode dar errado. A gente se prepara. Quanto custa para colocar a política em prática.

Plano plurianual. É elaborado no primeiro ano do governo. Tem tudo o que o estado faz. Agenda Transversal. Boa parte dos órgãos do Estado tem alguma coisa que influência nessa agenda. Outras secretarias. Cada vez mais estamos tentando aprimorar. Para que seja uma agenda mais completa e dar mais respostas à sociedade.

Orçamento estadual 2025: 69 bilhões. Grupos de despesas (com quem eu gastei). O maior gasto é com pessoal. aposentados e pensionistas. Manutenção e custeio da máquina pública. Tudo o que não é pessoal, é investimento.

Dívida. A Lei prevê que o Estado do RS não precisa pagar a dívida até metade de 2027. Exigir que o Governo Federal abra possibilidade de negociação. O Orçamento é deficitário.

Comentou a respeito das emendas parlamentares e ensinou que cada deputado trabalha com 2 milhões de reais. É importante para as pessoas idosas terem contato com seus deputados.


Financiamento de Políticas Públicas à Pessoa Idosa
Luciana Dal Forno Gianluppi
Analista de Planejamento e Orçamento
Diretora de Planejamento Governamental
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
RIO GRANDE DO SUL


Etapas da Política Pública
IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA
INCLUSÃO NA AGENDA GOVERNAMENTAL
PLANEJAMENTO DA POLÍTICA
ORÇAMENTAÇÃO
EXECUÇÃO
MONITORAMENTO
AVALIAÇÃO
RIO GRANDE DO SUL

Planejar é estar preparado para a oportunidade.



Planejamento: Base dos Recursos

Realização de um bom diagnóstico

Definir quais são as reais necessidades do público-alvo, causas dessas necessidades, quem são eles, quantos são, onde estão localizados no território.

Definição de objetivos claros

Estabelecer metas e prioridades é fundamental para direcionar os recursos públicos de maneira eficiente e estratégica.

Delimitação dos beneficiários

Selecionar entre o público-alvo quem irá receber a política pública de acordo com as condições de quem executa.





Planejamento: Base dos Recursos

Organização das etapas

Planejar o como serão alcançados os objetivos.

Identificação dos riscos

Planejar implica em verificar quais são os riscos para prevenir problemas, priorizar ações e saber o que fazer caso eles ocorram.

Delimitação dos custos

Apurar quanto custará a política e se haverá despesas posteriores a implantação. Ou seja, é necessário saber se o valor empregado gera uma despesa continuada de manutenção.

Primeiro passo: Inserir no PPA

O que é o PPA?

O Plano Plurianual é previsto pela Constituição Estadual, art. 149. É uma lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, que contempla todas as ações do governo estadual.

Quando ele é planejado?

O PPA é planejado no primeiro ano de um governo e votado na Assembleia nesse mesmo ano e tem sua vigência por quatro anos a contar do segundo ano do governo que o envia ao parlamento.

PPA 2024-2027

É a lei 16.005/2023 e está disponível no site da Secretaria do Planejamento (planejamento.rs.gov.br/plano-plurianual)





Inclusão na Lei Orçamentária Anual

Previsão de Receitas e Fixação de Despesas

A LOA é elaborada pelo Governo e enviada para a Assembleia até o dia 15 de setembro de cada ano. Ela tem vigência a partir de 01 de janeiro do ano seguinte a sua elaboração. É uma lei que faz a previsão das receitas que devem ingressar nos cofres públicos e autoriza a execução das despesas planejadas.

Vinculação com o PPA

Uma despesa só pode ser orçada na LOA se estiver planejada no PPA.

Alterações durante a execução

Caso uma despesa não tenha sido prevista na elaboração, a LOA deverá ser alterada durante a execução para incorporar a nova despesa.

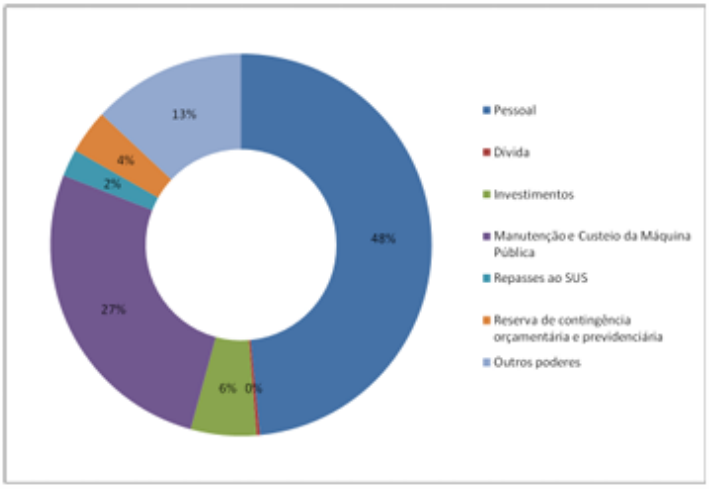



Institucional
Subsecretarias
Comunicação
Serviços
+ SPGG
Projetos e Programas
Você está aqui: Início > Subsecretarias > Planejamento > Orçamento do Estado
Voltar
Imprimir
Orçamento do Estado
Porto Alegre
Lei Orçamentária Anual - LOA
A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende as receitas e despesas da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul, seus fundos, órgãos, inclusive suas fundações e autarquias. Elaborado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), o orçamento deve ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A proposta é encaminhada pelo governador à Assembleia Legislativa até o dia 15 de setembro de cada ano.
Notícias
Governo publica atualizações na tabela de temporalidade e na classificação dos documentos oficiais do Estado
SPGG conclui participação no 14º Congresso Consad de Gestão Pública
Rio Grande do Sul avança em inclusão e acessibilidade com lançamento de sistema digital do Passe Livre e da Ciptea
MAIS NOTÍCIAS


Política para a Pessoa Idosa: Agenda Transversal
Integração Setorial
A política para idosos envolve diversos setores governamentais, promovendo colaboração entre saúde, assistência social e direitos humanos.
Garantia de Qualidade de Vida
A agenda transversal busca assegurar qualidade de vida aos idosos, integrando serviços essenciais e promovendo bem-estar.
Respeito e Dignidade
A atuação conjunta valoriza o respeito e a dignidade da pessoa idosa, atendendo suas demandas de forma eficaz.
RIO GRANDE DO SUL



LOA 2025 (grupos de despesa)





Financiamento de Projetos e Política para a Pessoa Idosa – onde buscar recursos

Recursos do Orçamento do Estado (2025): R$ 20,8 bilhões (Tesouro-livre)

FUNEPI – Fundo Estadual da Pessoa Idosa (2025): R$ 11,8 milhões

Emendas Parlamentares (2025)

Emendas estaduais: R$110 milhões

Emendas federais: R$ 528 milhões

Transferências Voluntárias da União

Transferências voluntárias diversificam e ampliam as fontes de financiamento, fortalecendo políticas e projetos para idosos.

RIO GRANDE DO SUL

Finalizando...

1. Esforço para qualificar políticas públicas para idosos;
2. Expandir a agenda transversal na administração pública estadual;
3. Melhorar os sistemas de planejamento do PPA e da LOA;
4. Melhorar os sistemas de monitoramento do PPA, LOA e projetos especiais;
5. Aprimorar a transparência das informações.



Obrigada

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: Eduardo Leite

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO • SPGG
Secretária: Danielle Calazans
Subsecretário de Planejamento, em exercício: Alessandro Martins

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL • DEPLAN
Diretora: Luciana Dal Forno Gianluppi
deplan@spgg.rs.gov.br
Luciana-gianluppi@spgg.rs.gov.br

/SPGG.RS
@spgg_rs
@SPGG_RS
/@spgg_rs

RIO GRANDE DO SUL

6. Palestra – Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

Conferencista: Dr. Johannes Doll

A palestra do Dr. Johannes Doll, realizada em 9 de setembro de 2025, durante a VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa, trouxe uma reflexão profunda sobre o papel da pessoa idosa na sociedade contemporânea, destacando avanços, desafios e perspectivas para o envelhecimento ativo e participativo.

Evolução histórica do papel das pessoas idosas

O palestrante iniciou contextualizando como, desde 1960, a sociedade passou por mudanças significativas nos papéis sociais. Antes, havia roteiros bem definidos para cada função (pai, mãe, professor), mas as pessoas idosas não tinham espaços claros na sociedade industrializada. Com o tempo, surgiram iniciativas, como grupos de convivência no SESC (1977), escolas abertas e universidades para a terceira idade (anos 80), além de avanços legislativos, como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa (2003), que reconheceram essa parcela da população como sujeitos de direitos e protagonistas na comunidade.

Diversidade e heterogeneidade das velhices

O Dr. Doll enfatizou que essa faixa etária é extremamente heterogênea, variando em saúde, condição financeira e experiências de vida. Destacou as novidades positivas do envelhecimento, como maior longevidade e saúde, mas também os desafios, como dependência, solidão e sobrecarga das cuidadoras, geralmente mulheres.

Protagonismo e vulnerabilidade

O protagonismo da pessoa idosa foi abordado, como a responsabilidade de assumir tarefas e ocupar espaços na sociedade, especialmente em ambientes públicos seguros e com oportunidades de formação e letramento. Por outro lado, há vulnerabilidades, como a necessidade de proteção contra violência, exploração financeira e o cuidado com quem cuida.

Letramento e educação

O palestrante destacou a importância do letramento para a participação comunitária, indo além da alfabetização tradicional. Inclui nutrição, saúde, habilidades digitais e, principalmente, letramento financeiro, já que quase metade da população idosa brasileira está endividada. Mudanças rápidas nas regras bancárias e publicidade agressiva de crédito tornam a pessoa idosa vulnerável, sendo fundamental investir em educação financeira.

Economia da longevidade

O envelhecimento populacional foi apresentado como uma conquista, não como um problema. Países que se organizam melhor para a longevidade, como o Japão, servem de referência, embora enfrentem seus próprios desafios culturais e sociais.

Conclusões

A palestra reforçou que envelhecer é uma conquista coletiva e que o protagonismo da pessoa idosa depende de políticas públicas, educação, inclusão e respeito à diversidade. O desafio é transformar o envelhecimento em oportunidade de participação ativa, garantindo direitos e qualidade de vida para todos.



Tópicos

Avançamos:

- Do papel sem papel ao protagonismo

A pessoa idosa não existe!

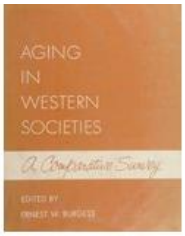
Protagonismo – vulnerabilidade

Perspectivas

Avançamos!

1960

- Ernest W. Burgess (1960)
  - Papel – script que orienta o comportamento
  - Sociedade organizado por papeis: mãe, pai, profissional, ...
  - Meio rural – pessoas idosas continuam tendo papeis interessantes
  - Sociedade industrializada e urbanizada – sem papeis para pessoas idosas depois da sua aposentadoria







Pessoa idosa:
"**Papel sem papel**"
(*Roleless role of the aging*)

1963



- No Brasil, confirmação do "papel sem papel" das pessoas idosas
  - Uma resposta do SESC: Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI) em 1963 (60+ anos – 5%)
  - Busca de preencher o vazio da velhice por atividades sócio-educativas – grupo de convivência



Novo papel da pessoa idosa:
participantes de grupo de convivência

1977



- O trabalho social com pessoas idosas se torna educativo: Escolas abertas da Terceira Idade
  - Cursos de pequena duração: encadernação; eletricidade doméstica ... e trabalhos manuais (papel, madeira, sucata).
  - Oferecidos por diferentes grupos do SESC
  - Início em 1977 em Campinas

A partir de 1985 – Universidades da Terceira Idade (UFSC, UFSM, PUC Campinas, UERJ, ...



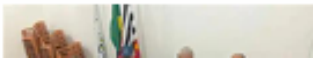
Novo papel da pessoa idosa:
estudante

1988

- Nova Constituição
  - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), com participação ativa da discussão sobre a nova constituição
  - Conquistas
    - Melhoria no sistema de previdência (não menos de um salário mínimo)
    - artigo 230: Cabe à família, à sociedade e ao Estado "(...) o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".



Ulisses Guimarães, 72 anos



1994

- Lei 8842/94 – Lei da Política Nacional do Idoso
  - Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Lei importante, mas na época, o público em geral ainda não tomou conhecimento da questão do envelhecimento!

Novo:
Legislação específica para pessoas idosas



2003

- Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)
  - Participação da COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas)
  - O envelhecimento se torna um tema importante para a sociedade

Novos papeis:
Pessoa idosa como lider
Pessoa idosa como consumidor



Resumindo



- Da velhice como espaço social sem papel
- Para a conquista de novos papeis
  - Inicialmente mais como "objetos" de animação
    - Grupo de convivência
    - Aluna/o
  - Depois participação ativa como protagonista
    - Conselhos
    - No contexto político
    - No cuidado
    - Liderança
    - Consumidor
    - Trabalho voluntário







2. A pessoa idosa não existe!

- Heterogeneidade
  - Idades (60 a mais que 100 anos)
  - Saúde
  - Relações sociais
  - Condições financeiras
  - Classe social
  - Raça
  - Gênero









Terceira e Quarta Idade

As boas novidades da Terceira Idade (velhice inicial)

- Aumento na expectativa de vida: mais pessoas vivendo mais
- Melhor competência física e mental na velhice nas novas gerações de pessoas 60+
- Reservas cognitivo-emocionais da inteligência na velhice
- Mais pessoas envelhecendo bem
- Altos níveis de bem-estar emocional e pessoal (plasticidade do *self*)
- Estratégias efetivas para administrar ganhos e perdas da velhice

As novidades não-assim-tão boas: a Quarta Idade (velhice avançada)

- Consideráveis perdas em potencial cognitivo e em capacidade para aprender
- Aumento na síndrome de estresse crônico
- Considerável prevalência de demência (cerca de 50% entre os nonagenários)
- Altos níveis de fragilidade, disfuncionalidade e multimorbilidade
- Morrer em idade avançada: com dignidade?

Baltes, Smith, 2006

	2020	2060	aumento
Homens 60-79	11,6	25,4	**2,2 vezes**
Homens 80+	1,7	7,2	**4,2 vezes**
Mulheres 60-79	14,1	29	**2,1 vezes**
Mulheres 80+	2,8	11,9	**4,3 vezes**

Dados em milhões

Fonte de dados: IBGE, projeções; 2018, atualizado 2020; elaboração própria

Desafios da velhice avançada

- Dependência antes de morrer
  - Brasil: 4,2 anos (homens), 4,9 anos (mulheres)
- Idosos vivem mais sozinhos
  - Homens (idosos: 12%; muito idosos:18%)
  - Mulheres (idosas: 26%; muito idosas: 36%)
- Razão de suporte
  - Mulheres entre 50 e 59 anos/ pessoas acima de 75 anos –
  - hoje em torno de 3
  - em 2035 perto de 1





Sociedade envelhecida

Diversidade das velhices



3. Protagonismo – Vulnerabilidade

- **Protagonismo**
  - Responsabilidade
    - Desafio para pessoas idosas ativas
    - Assumir tarefas e funções na comunidade
  - Espaços de atuação
    - Espaços estimulantes na comunidade
    - Espaços públicos seguros e interessantes
    - Transportes
  - Oportunidades
    - Formação
    - Letramento
      - Nutricional
      - Financeiro
      - Digital
- **Vulnerabilidade**
  - Proteção
    - Diferentes formas de violência
    - Exploração no mundo capitalista
  - Cuidado
    - Estruturas
    - Cuidado com o cuidador
    - Lei 15.069/2024 da Política Nacional de Cuidados

4. Perspectivas e desafios



Letramento no mundo de hoje

- Participação ativa na sociedade exige letramento em
  - Questões nutricionais e da saúde
  - Uso de equipamentos eletrônicos
  - Questões financeiras
- Letramento – ter competência de compreender as estruturas maiores e seu lugar nestas estruturas – saber ler o mundo (Paulo Freire)







Endividamento de pessoas idosas

- Dados de junho/2025
  - 77,8 milhões de pessoas são inadimplentes (dívidas não pagas) – 33% da população total
  - 14,9 milhões deste grupo tem 60 anos ou mais (47% da população idosa)
  - De 2023 a 2025, o número de pessoas idosas inadimplentes aumentou em quase 2 milhões (1,93 milhões)
  - Contas não pagas
    - Dívidas do banco ou cartão de crédito – 27,5%
    - Água, luz e telephone – 20,7%
    - Instituições financeiras – 19,4%

Dados: Serasa, Mapa da inadimplência, junho 2025.



Letramento financeira – desafios para pessoas idosas

- Problema para pessoas idosas
  - Mudanças rápidas das regras bancárias
  - Publicidade agressiva e invasive para créditos
  - Pessoas idosas como suporto financeiro para famílias Brasileiras
- Necessidade
  - Informação e alerta para armadilhas
  - Educação financeira
  - Proteção legal







Endividamento de pessoas idosas

- Dados de junho/2025
  - 77,8 milhões de pessoas são inadimplentes (dívidas não pagas) – 33% da população total
  - 14,9 milhões deste grupo tem 60 anos ou mais (47% da população idosa)
  - De 2023 a 2025, o número de pessoas idosas inadimplentes aumentou em quase 2 milhões (1,93 milhões)
  - Contas não pagas
    - Dívidas do banco ou cartão de crédito – 27,5%
    - Água, luz e telephone – 20,7%
    - Instituições financeiras – 19,4%

Dados: Serasa, Mapa da inadimplência, junho 2025.



Letramento financeira – desafios para pessoas idosas

- Problema para pessoas idosas
  - Mudanças rápidas das regras bancárias
  - Publicidade agressiva e invasive para créditos
  - Pessoas idosas como suporto financeiro para famílias Brasileiras
- Necessidade
  - Informação e alerta para armadilhas
  - Educação financeira
  - Proteção legal







Cuidado

- **O cuidado e a cuidadora**
  - Grande maioria necessita alguma forma de cuidado nos últimos anos de vida
  - Tarefa tradicional – trabalho não pago – de mulheres (esposa, filha, nora)
    - Mulheres – 21,3h/semanais para cuidados
    - Homens – 11,7h/semanais para cuidados
      - (Dados: IBGE 2022)
  - Invisibilidade e falta de valorização do trabalho de cuidado
  - Razão de suporte
    - Mulheres entre 50 e 59 anos/ pessoas acima de 75 anos
    - hoje em torno de 3
    - em 2035 perto de 1
  - Lei 15.069/2024 da Política Nacional de Cuidados
    - Necessidade de implantação



Nova perspectiva econômica

- **Economia da longevidade**
  - Aqueles países capazes de inovar e produzir com mais rapidez as mercadorias que atenderão às necessidades dos consumidores mais longevos e de suas famílias, garantirão parcela maior.
  - "Este não é um novo setor da economia, mas sim uma ampla gama de produtos e serviços relacionados à idade em muitos setores existentes"
  - Necessidade da construção de uma estratégia de economia da longevidade
  - Uma economia solidária, social, do cuidado (care)
  - Gerontecnologia

- "Tsunami dos velhos"
  - Envelhecimento percebido como problema, como carga (bomba relógio)
  - Consequências:
    - Demontagem dos direitos sociais
    - Estado fiscalizador
    - Estado "magro"





FELIX, Jorge. Economia da longevidade: um caminho para o desenvolvimento econômico. Ideias 80. Estudos sobre Envelhecimento, vol. 29, nº 71, abril 2019, p. 8-31.

O envelhecimento da sociedade precisa ser pensado como uma conquista, como uma chance!

O valor de uma sociedade pode ser percebido pela forma como ela trata os seus membros mais fracos.

(Ideia aparece no livro "A Velhice" de Simone de Beauvoir, a frase mesma e atribuída a Gustav Heinemann, Presidente da Alemanha entre 1969 e 1974)

Muito obrigado pela sua atenção!

10 ORIENTAÇÕES PARA OS GRUPOS DE TRABALHO

O trabalho em grupos é um dos momentos mais importantes da Conferência, pois é nele que os(as) delegados(as) têm a oportunidade de expressar e defender as posições do segmento e do município que representam quanto à execução das ações voltadas à pessoa idosa. Esses espaços têm como objetivo identificar e avaliar os avanços na implementação das políticas para a pessoa idosa no Estado, permitindo a reorientação e redefinição de prioridades com base nos conteúdos apresentados na Conferência de abertura, nos painéis temáticos e na Sistematização das Deliberações das Conferências Municipais ou Regionais.

Serão constituídos 10 grupos de trabalho, com a participação de até 40 pessoas por grupo, sendo dois grupos para cada eixo temático, conforme abaixo:

- Eixo 1: Financiamento para ampliação e garantia dos direitos sociais.
- Eixo 2: Fortalecimento de políticas para proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.
- Eixo 3: Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.
- Eixo 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.
- Eixo 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do Estado brasileiro.

Cada grupo terá até 150 minutos para discutir e aprofundar as deliberações sistematizadas, tanto em âmbito estadual quanto federal. Essas deliberações poderão ser ajustadas, modificadas ou rejeitadas, sendo vedada a apresentação de novas propostas.

Além disso, cada grupo deverá indicar 5 (cinco) prioridades por eixo, com base nas discussões realizadas. As moções propostas pelas conferências municipais deverão ser apresentadas e aprovadas pela maioria dos grupos de trabalho, não sendo mais discutidas nem submetidas à Plenária Final, apenas apresentadas para conhecimento.

- Composição de cada Grupo de Trabalho

Facilitador(a): indicado(a) pela Comissão Organizadora. É responsável por orientar as discussões de acordo com o eixo temático previamente estabelecido, reorientar os debates

quando necessário, e apoiar o(a) Relator(a) no registro das discussões e na identificação das cinco prioridades.

Coordenador(a): escolhido(a) pelo grupo. Tem como funções conduzir as discussões observando o tempo disponível, controlar a ordem das manifestações, garantir o tempo de até 2 minutos por intervenção verbal, promover a escolha do(a) Relator(a) e assinar o relatório final juntamente com o(a) Facilitador(a) e o(a) Relator(a).

Relator(a): escolhido(a) pelo grupo. É responsável por registrar as discussões e as cinco prioridades definidas. Ao final dos trabalhos, deve apresentar os registros para aprovação do grupo, preencher o relatório conforme modelo fornecido e entregá-lo à Comissão de Sistematização.

11 DELIBERAÇÕES PRIORIZADAS - NÍVEL ESTADUAL

Eixo 1: Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais da Pessoa Idosa – Nível Estadual

1) Criar, regulamentar e ampliar linhas de crédito e financiamento para infraestrutura, habitação, autonomia e inovação, garantindo orçamento, destinando parcelas do ICMS e Imposto de Renda aos Fundos da Pessoa Idosa, com repasse automático e incentivos fiscais e programas de cidadania.

2) Cofinanciar equipes multiprofissionais com a implantação de centros especializados em saúde da pessoa idosa e com a promoção de campanhas de prevenção; a expansão de ambulatórios, leitos geriátricos e serviços de cuidados paliativos regionais, além da ampliação do acesso às consultas, exames e medicamentos, o fortalecimento da Farmácia Popular e a redução das filas de espera.

3) Criar linhas de crédito, financiamento e captar recursos para infraestrutura, habitação, autonomia e inovação para Instituições de Longa Permanência - ILPIs, Centros Dia, inclusão digital e mobilidade.

4) Criar rubricas específicas e instituir a Secretaria Estadual da Pessoa Idosa, sistematizando dados de vulnerabilidade (Observatório), aprimorando a gestão e a fiscalização dos Fundos da Pessoa Idosa e fortalecendo a transparência e o controle social.

5) Ampliar a atenção domiciliar, apoiar financeiramente as famílias cuidadoras e valorizar a atividade ocupacional do cuidador.

Eixo 2: Fortalecimento de Políticas para Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa – Nível Estadual

1) Ampliar o cofinanciamento de Centros Dia, Centros de Convivência, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, atividades culturais, serviços domiciliares, academias convencionais e ao ar livre.

2) Ampliar as equipes multiprofissionais, as equipes da Atenção Primária à Saúde – APS, com destaque aos Agentes Comunitários de Saúde, bem como expandir telemedicina e tele consultas descentralizadas.

3) Criar Centros de Referência regionais e programas específicos voltados ao envelhecimento e às múltiplas velhices. Criar e fortalecer delegacias e/ou cartórios especializados, Patrulha 60+, canais de denúncia com acessibilidade universal (Libras e outros) e protocolos de enfrentamento à violência.

4) Criar e cofinanciar Centros de Referência com equipe multiprofissional, fortalecendo linhas de cuidado integral em geriatria, gerontologia e saúde mental.

5) Priorizar pessoas idosas em emergências e calamidades climáticas e estimular programas de emprego e renda 60+, consolidar governança intersetorial, transparência e Controle Social.

Eixo 3: Proteção e Enfrentamento contra Violências, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa – Nível Estadual

1) Ampliar repasses e cofinanciamento para acolhimento, Centros Dia e políticas de proteção.

2) Garantir atendimento prioritário e especializado no Sistema Único de Saúde - SUS, ampliar leitos e agilizar consultas e exames no sistema da fila de atendimento das especialidades no Gerenciamento de Consultas - GERCON/SUS, com fiscalização por parte do Ministério Público e Conselhos Setoriais.

3) Proporcionar capacitações contínuas aos profissionais que atendem a pessoas idosas, considerando os diferentes contextos do envelhecimento e garantir a Lei da Acessibilidade e a presença dos intérpretes de Libras nos espaços de atendimento.

4) Aprimorar o Plano Estadual de Combate a todos os tipos de violência, com campanhas socioeducativas permanentes, qualificações para técnicos/servidores e forças de segurança, observatório, comitê de monitoramento e articulação Estado - Municípios.

5) Expandir e equipar as Delegacias e/ou Cartórios especializados, Patrulha 60+ e núcleos de atendimento, criando ouvidorias e ampliando as Promotorias de Direito à Pessoa Idosa, com acessibilidade universal e intérprete de libras e profissionais capacitados para atender às necessidades da pessoa idosa por meio da escuta qualificada e do treinamento específico.

Eixo 4: Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices – Nível Estadual

1) Assegurar atendimento humanizado, combatendo o etarismo em serviços públicos e privados, com locais adequados, acessibilidade universal e a presença de Intérprete de Libras.

2) Criar e ampliar recursos municipais e estaduais fortalecendo Fundos e cofinanciamento para projetos, serviços e políticas específicas; cofinanciar Centros Dia, Centros de Convivência, atividades esportivas, culturais e ocupacionais, com editais, prêmios e bolsas de incentivo, ampliando recursos Fundo a Fundo, garantindo incentivos fiscais e isenção de impostos a empresas que promovam o envelhecimento ativo.

3) Ampliar a oferta de especialidades de saúde para consultas e exames com agendamento simplificado, integrando educação continuada para cuidados em saúde, manutenção e reabilitação, com acompanhamento domiciliar e políticas de saúde mental, inclusive modelo hospitalar interdisciplinar e intersetorial.

4) Desenvolver campanhas permanentes contra o etarismo e a violência, além de protocolos estaduais de proteção às pessoas idosas.

5) Elaborar e implementar o Plano Estadual Inclusivo para as Múltiplas Velhices, com metas, indicadores e transparência na gestão de recursos, além de implantar espaços

de debates, escuta ativa, fóruns regionais e plataformas digitais como “Acessa RS 60+”, com acessibilidade universal e Libras.

Eixo 5: Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro – Nível Estadual

1) Ampliar arrecadação e destinar mais recursos aos Fundos Estadual e Municipais da Pessoa Idosa, com editais, incentivos fiscais, campanhas de doação e repasses regulares.

2) Incluir Conselhos de Pessoas Idosas como instâncias de acompanhamento das políticas de saúde, integrados à Rede Bem Cuidar, Centros-Dia e programas como Saúde 60+, desenvolvendo capacitações para conselheiros em saúde pública, SUS e políticas de atenção integral.

3) Atualizar a legislação estadual; implantar observatório de dados; definir metas e indicadores; promover capacitação continuada e assegurar transparência, controle social e participação dos conselhos da pessoa idosa nos processos orçamentários; implantar plataformas digitais com equipe, acessibilidade universal e intérprete em Libras integradas para gestão, indicadores e comunicação entre os conselhos em diferentes níveis.

4) Garantir a fiscalização e o acompanhamento por meio do Conselho Estadual da Pessoa Idosa a fim de estabelecer critérios de infraestrutura adequada aos Conselhos (espaço físico, secretaria, equipe, equipamentos), desenvolvendo qualificações para conselheiros da Política da Pessoa Idosa.

5) Potencializar a representatividade das múltiplas velhices, considerando questões étnico-raciais nos Conselhos, promovendo o reconhecimento e a participação dos diversos grupos.

12 MOÇÕES PARA O ESTADO

MOÇÃO 01

Entidade Proponente: COMID Santo Ângelo – RS

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Ministério Público Estadual

Texto da Moção:

Solicitação de criação de Promotoria Especializada no atendimento de casos de violência e violação dos direitos da Pessoa Idosa.

A Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) asseguram a proteção integral, a prioridade de atendimento e dignidade da pessoa idosa.

Diante do exposto, estamos requerendo para a cidade de Santo Ângelo - RS, que seja avaliada e implementada a criação de uma Promotoria Especializada de Defesa da Pessoa Idosa, com atribuições específicas para apuração de casos de violência, maus tratos e violação de direitos, e que essa Promotoria estabeleça “protocolos de atendimento prioritário e humanizado”, em parceria com órgãos de saúde, assistência social e segurança pública.

Número de assinaturas: 30

Data: 09/09/2025 – Homologada.

MOÇÃO 02

Entidade Proponente: Coordenadoria Pessoa Idosa – Caxias do Sul

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Secretaria Estadual de Segurança Pública

Texto da Moção:

Criação de uma patrulha específica de defesa à integridade e à segurança da pessoa idosa (Patrulha 60+). Viatura específica com a criação de um ramal específico para denúncias de violência à pessoa idosa. Será uma ferramenta para proteger as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, violência, abandono ou negligência, garantindo seus direitos e bem-estar. Atuará por meio de ações preventivas e de acompanhamento regular, como visitas domiciliares e encaminhamentos das pessoas idosas para o órgão competente quando necessário.

Número de assinaturas: 30

Data: 09/09/2025 – Homologada.

MOÇÃO: 03

Entidade Proponente: Conselho Municipal do Idoso de Viamão

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: SEDAC/RS

Texto da Moção:

Propomos a criação de um espaço permanente destinado à promoção de atividades culturais, artísticas e profissionais para a população idosa, contemplando oficinas de artesanato, programas de geração de renda, capacitações e qualificações voltadas à inserção e reinserção no mercado de trabalho. Esse espaço deverá articular ações que valorizem o protagonismo da pessoa idosa, ampliando sua autonomia e participação social, em consonância com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei N. 10.741- 2003) e com as diretrizes da Política Nacional do Idoso (Lei N. 8.842-1994), bem como aproveitando os mecanismos de fomento previstos na Lei de Incentivo à Cultura (lei N. 8.313-1991 - Lei Rouanet) e outras leis de cultura. Além disso, propomos que o referido espaço contemple iniciativas de inclusão digital e tecnológica, possibilitando que as pessoas idosas tenham acesso a formações que ampliem suas oportunidades no mundo contemporâneo. Para tanto, recomenda-se parcerias com universidades, escolas técnicas e outros, criando um polo de valorização do envelhecimento ativo.

Número de Assinaturas – 33 - Homologada.

MOÇÃO: 04

Entidade Proponente: Conselho Municipal de Campo Bom

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Ministério Público

Texto da Moção:

Os delegados apresentam a presente moção para reivindicar treinamento e aumento dos profissionais qualificados para atuarem com as pessoas idosas do nosso estado.

Nº de assinaturas: 29

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 05

Entidade Proponente: Conselho Municipal de Campo Bom

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Secretaria Estadual de Educação

Texto da moção:

Os delegados reivindicam a criação de cursos profissionalizantes de curta duração voltados à pessoa idosa, que observem suas particularidades e sejam presenciais ou semipresenciais.

Nº de assinaturas: 25

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 06

Entidade Proponente: Conselho Municipal Do Idoso de Uruguaiana

Tipo de Moção: (x) Apoio ( ) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: SUS/SUAS

Texto da Moção:

Construção de um hospital federal do Pampa, exclusivamente do SUS (Sistema Único de Saúde), no campus regional de medicina de Uruguaiana – RS. Contamos com curso de medicina (campus Uruguaiana) formando médicos de excelência, sem local para residência dos alunos. Somos obrigados a nos deslocar mais de 630 km com pacientes para atendimento. Conforme Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, deve-se garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, como está no artigo 9º da Lei dos direitos fundamentais.

Nº de assinatura: 135

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 07

Entidade Proponente: Conselho Municipal dos Direitos da pessoa Idosa de Sapucaia do Sul

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Conselho Estadual da Pessoa Idosa

Texto da Moção

Elaboração de um fluxo de denúncias que direcione os conselhos municipais quanto ao tratamento das denúncias recebidas pelos canais de comunicação dos conselhos, sejam denúncias advindas da sociedade civil ou da área de saúde.

Número de Assinaturas – 30

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 09

Entidade Proponente: Conselho Municipal de Campo Bom

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Secretaria Estadual de Saúde

Texto da Moção:

Os delegados vêm buscar apoio da Secretaria Estadual de Saúde, reivindicando que seja publicada orientação/resolução para o uso do SUS e SUAS pela pessoa idosa institucionalizada, garantindo a aplicação prática do princípio de universalidade do SUS.

Nº de assinaturas: 25

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 10

Entidade Proponente: Conselho Municipal Pessoa Idosa – Sagrada Família

Tipo de Moção: ( ) Apoio ( ) Reivindicação (X) Repúdio

A que órgão se destina a Moção:

Texto da Moção

Moção de repúdio aos municípios que não mandaram seus delegados, alegando falta de recurso financeiro e transporte.

Número de Assinaturas – 30

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 11

Entidade Proponente: Prefeitura municipal de Caxias do Sul

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção: Ministério dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Texto da Moção

Criação de Programa Nacional de Cuidado subsidiado para pessoas idosas em domicílio através da família natural, biológica, família extensa ou ampliada, rede de apoio, curador com fiscalização dos conselhos municipais da pessoa idosa e órgão da administração pública municipal.

Número de Assinaturas - 30

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 12

Entidade Proponente: Casa da 3ª idade do surdo

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção:

Texto da Moção:

Reconhecendo como marco, nesta 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa, a participação de uma pessoa surda, fortalecendo a representatividade das pessoas idosas com deficiência.

Reivindicamos que, nos próximos espaços, sejam garantidas acessibilidade plena e inclusão efetiva, com as adaptações necessárias e, em caso de dúvidas, consultar as instituições representativas, assegurando o cumprimento da legislação e o respeito às MÚLTIPLAS VELHICES.

Nº de assinaturas: 25

Data: 09/09/2025 - Homologada.

MOÇÃO: 13

Entidade Proponente: Conselho Estadual da Pessoa Idosa

Tipo de Moção: ( ) Apoio (x) Reivindicação ( ) Repúdio

A que órgão se destina a Moção:

Texto da Moção:

Os 247 delegados da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Estado do RS vem reivindicar ao governo federal a ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.

Nº de assinaturas: 50

Data: 09/09/2025 - Homologada.

Observação: as moções 08, 14 e 15 foram retiradas pela mesa.

13 DELIBERAÇÕES PRIORIZADAS - NÍVEL FEDERAL

Eixo 1: Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais da Pessoa Idosa – Nível Federal

1) Ampliar e diversificar a captação de recursos com incentivos fiscais; ampliação da destinação do Imposto de Renda - IR, portais de doações, financiamento de campanhas permanentes e parcerias público-privadas; e regulamentar mecanismos de financiamento da política da pessoa idosa, fortalecendo o Fundo Nacional e os Fundos Estaduais/Municipais, com percentuais fixos no orçamento, repasses Fundo a Fundo automáticos e cofinanciamento tripartite.

2) Garantir financiamento contínuo da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, integrando Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com protocolos de atendimento e programas preventivos (na área medicamentosa por meio do Programa Farmácia Popular, terapias nutricionais, fraldas geriátricas, órteses, próteses, cuidados paliativos e atenção domiciliar), ampliando a atenção primária e especializada, implementando políticas de educação permanente em saúde para formação multiprofissional em geriatria e gerontologia.

3) Garantir serviços de acolhimento de alta complexidade em todas as modalidades, inclusive SUS e SUAS, para pessoas idosas em situação de violência, com acessibilidade universal e Libras, abandono ou vulnerabilidade social, assim como financiar adequações em moradias e serviços públicos, incluindo reformas, acessibilidade e instalações.

4) Financiar campanhas nacionais de enfrentamento ao etarismo, à violência e de valorização da pessoa idosa, além de apoiar projetos culturais, esportivos e de inclusão digital.

5) Destinar emendas parlamentares e rubricas específicas em diferentes áreas, além de alterar legislações para ampliar fontes de financiamento (apostas on-line, financiamentos habitacionais, inclusão de Instituição de Longa Permanência – ILPIs públicas e filantrópicas no Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS).

Eixo 2: Fortalecimento de Políticas para Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa – Nível Federal

1) Criar mecanismos orçamentários e fiscais como Piso Federal per capita e fundos específicos para envelhecimento saudável.

2) Fortalecer a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso, com financiamento, formação e metas em municípios com alta proporção de pessoas idosas.

3) Garantir cofinanciamento para Instituição de Longa Permanência - ILPIs públicas e filantrópicas e demais serviços de Alta Complexidade.

4) Criar Plano Nacional de Combate à Violência Financeira e Observatório Intersetorial de Monitoramento de Pessoas Idosas em vulnerabilidade, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados.

5) Incentivar a capacitação em geriatria e gerontologia, ampliar residências médicas, multiprofissionais e uniprofissionais em saúde, com a formação sobre acessibilidade universal e curso de Libras, assim como a qualificação por meio de educação continuada de profissionais, conselheiros e cuidadores.

Eixo 3: Proteção e Enfrentamento contra Quaisquer Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa – Nível Federal

1) Consolidar uma política nacional de enfrentamento às múltiplas violências, promovendo campanhas permanentes contra a violência e o etarismo com enfoque nas violências de gênero, sexualidades, população LGBTQIAPN+, étnico-racial e contra povos e comunidades tradicionais, com serviços especializados e responsabilização de agressores, além de inclusão de conteúdos obrigatórios sobre envelhecimento, múltiplas velhices e cidadania em currículos de todos os níveis de ensino.

2) Proteger contra violência patrimonial e golpes, com regulamentação da publicidade para crédito por parte das instituições financeiras, fiscalização de consignados, proibição do uso do Benefício de Prestação Continuada - BPC como garantia e sistemas de alerta.

3) Implantar e cofinanciar serviços no Sistema Único de Saúde - SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de atenção domiciliar, proteção social básica e acompanhamento dos casos de risco, ofertando qualificação permanente e apoio a cuidadores familiares e formais, incluindo benefícios e cuidadores temporários.

4) Garantir e ampliar financiamento federal e cofinanciamento tripartite para Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Centros Dia, cuidado subsidiado e Instituição de Longa Permanência - ILPIs e no SUS, com repasses contínuos Fundo a Fundo.

5) Garantir prioridade e acesso a consultas, exames e cirurgias, ampliar Estratégia de Saúde da Família - ESF e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - EACS e a oferta de especialistas e médicos conveniados no SUS, garantindo atendimento em municípios sem serviços para reduzir a judicialização.

Eixo 4: Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices – Nível Federal

1) Ampliar o cofinanciamento federal para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Centros Dia, Centros de Convivência, Instituições de Longa Permanência - ILPIs públicas e filantrópicas e atenção domiciliar, assegurando repasses Fundo a Fundo, proporcionais à demanda. Estabelecer parcerias com Universidades, Institutos, sociedade civil e setor privado, concedendo incentivos fiscais e linhas de crédito para empreendimentos 60+, podendo reaproveitar prédios federais para atividades dedicadas às pessoas idosas.

2) Implantar o Plano Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e políticas de envelhecimento ativo, fortalecendo ações de prevenção e promoção ao longo da vida; priorizar e financiar programas de saúde mental, práticas integrativas e campanhas permanentes sobre envelhecimento saudável; ampliar consultas, exames e especialidades no SUS (Terapia Ocupacional, geriatria, neurologia, saúde bucal, fisioterapia, nutricionista e entre outros); reduzir filas e garantir atendimento humanizado, acessibilidade universal e intérprete de LIBRAS; ampliar a Farmácia Popular e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME, incluindo insumos essenciais e tecnologias assistivas.

3) Implantar Centros Dia e Instituições de Longa Permanência - ILPIs públicas regionais, unidades de acolhimento e rede de proteção especializada e ampliar equipamentos comunitários tais como: academias de saúde, espaços de convivência e cinemas de rua, sempre com profissionais habilitados (prof. Educação física, por exemplo).

4) Criar plataformas de participação como “Voz da Pessoa Idosa” e ouvidorias digitais com acessibilidade universal e com a presença do intérprete de LIBRAS; estabelecer observatórios e metas de participação social; revisar o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso; fortalecer programas de articulação federativa e integração intersetorial, garantindo a representatividade mínima e diversidade das múltiplas velhices em conselhos e políticas públicas.

5) Realizar conferências, fóruns e encontros intergeracionais, instituir a Semana Nacional da Pessoa Idosa e campanhas de valorização do protagonismo e expandir universidades abertas, cursos formais e livres, inclusão digital universal e com a presença do intérprete de LIBRAS, e programas de empreendedorismo 60+.

Eixo 5: Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro – Nível Federal

1) Ampliar e descentralizar o financiamento dos Conselhos em todos os níveis, com repasses regulares Fundo a Fundo, dotação orçamentária própria, critérios de partilha vinculados ao funcionamento efetivo e campanhas de arrecadação.

2) Garantir consulta prévia aos conselhos em cortes orçamentários, cumprimento das deliberações das Conferências, formação continuada (escola/plataforma nacional) e integração federativa entre conselhos municipais, estaduais, nacional e a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa - RENADI, fortalecer mecanismos de fiscalização e denúncia, com ouvidorias específicas, prevenção de fraudes e penalidades efetivas em casos de violação de direitos.

3) Implantar plataformas digitais integradas para registro, monitoramento e indicadores, ampliando a transparência e garantindo comunicação acessível.

4) Ampliar a divulgação do papel dos Conselhos como espaços democráticos, por meio de campanhas nacionais, materiais educativos e comunicação pública inclusiva, com acessibilidade universal e com a presença do intérprete de LIBRAS.

5) Estimular a participação das múltiplas velhices nos conselhos, fóruns e movimentos, com conferências, encontros e integração aos conselhos setoriais.

14 ATA DE ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO À 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento ao disposto no Of. Circ. Nº 23/2024/CNDPI/SNDPI/MDHC, de 11 de setembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a Plenária Final da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul elegeu entre os Delegados estaduais presentes representantes dos segmentos abaixo descritos, aqueles que ocuparão as 55 vagas, da Delegação do RS à 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, cuja realização será nos dias 16 a 19 de dezembro de 2025 em Brasília/DF. Os Delegados foram reunidos por segmentos de acordo com o **Artigo 25**, do Regimento interno da 7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa do RS e procederam a escolha dos eleitos, assim distribuídos: **a) Representantes do Conselho Estadual da Pessoa Idosa** Sociedade Civil, **Presidente:** Ivanir Maria Argenta dos Santos – Emater/RS - Ascar; **Grupos de Pessoas Idosas – Titulares:** Eunice da Cunha Luz, Gilberto Klein e Saul Ivan de Lima Fontoura, como **Suplente:** Valci Paulo Haas; **Profissionais da Área – Titular:** Luciana Araújo Vieira – ABEN; I**nstituição de Ensino Superior, Titular:** Anelise Crippa Silva - PUCRS, e como **Suplente:** Lérida Pivoto Pavanelo, FETAG; **Governamental – Titulares:** Bibiana Veríssimo Bernardes – Defensoria Pública do Estado, Vitor Hugo Roehe – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Profissional e Viviane de Lima Leal – Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura; **b) Presidentes de Conselhos Municipais da Pessoa Idosa – Segmento Sociedade Civil – Titulares:** Noemia Maria Werle – Nova Petrópolis, Janete Batista da Rosa – Esteio, Igne Maria Steffens – São Pedro do Butiá, Terezinha Mattos de Medeiros – Sapucaia do Sul, Antonio Altamar Carmo da Silveira - São José do Norte, Willi Wetzel Júnior – Pelotas, Marilia Morás Seganfredo – Guaporé; e Vilma Pimentel Siqueira – Alegrete, e como **Suplentes:** Leny Camargo Fisch - Novo Hamburgo, Tatiana Livonia Brum Vianna – Viamão, e Celi Teresinha Backers Bohrer - Campo Bom; **Segmento Governamental – Titulares**: Tânia Angélica Cardoso Pereira – Uruguaiana, Tereza Rozeli Flores Reis – Santo Ângelo; Roseli Bess – Santa Rosa; Melissa Pessato Cornutti – Farroupilha, Priscila Froemming – Santa Cruz do Sul, Carla Giovana Zitzke Alba – Erechim, e como **Suplentes:** Alaíde de Almeida Dias – Tapejara e Elieser Becker Damé - São Lourenço do Sul; **c) Gestor Estadual – Titulares** – Cátia Elizandra Siqueira – Secretaria de Desenvolvimento Social e Marcelo Lima da Silva – Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; **d) Gestor Municipal e Representante Governamental – Gestor Municipal: Titulares** Fernando Maciel Fonseca -

Santa Rosa e Bruno Teixeira da Rosa - Ibirapuitã, e como **Suplentes:** Gilberto Roodes Rodrigues – Sagrada Família e Camila Cristini da Silva Ferreira – Canoas; **Representante Governamental – Titulares:** Sandra Abel de Souza – Campo Bom, e Lucimara Balhego Fão Wailla – Pelotas, como **Suplentes:** Maria Lúcia de Oliveira Rodrigues – São Leopoldo e Daniela Patricia Baierle Beskon – Candelária; **e) Grupos de Pessoas Idosas – Titulares:** Carlos Alberto Goes - Porto Alegre, Júlio Correia – Montenegro, Ana Saling – Santa Rosa, Antônia Geni Vieira – Carazinho, Cacilda Rodrigues Barcelos – São Leopoldo, Edeni Lopes da Silva – Taquari, Jolanda Eli Vieira – Carazinho, Marisa Hatwig – Osório, Raimundo da Silveira Neto – Santa Maria, Maria Denise da Silva – São Leopoldo, Dulce Rosa Müller – Novo Hamburgo, e como **Suplentes:** Vander Manoel Freitas Côrrea – Uruguaiana, Wilson David – Santa Cruz do Sul, Albino Antunes Fogassa – Passo Fundo, Annelise Maria Stroschoen – Santa Cruz do Sul, Alexandre Rodrigues Jaques – Porto Alegre, João Fernando da Silva Farias – Novo Hamburgo, Irani Rohde – Farroupilha, Maria Clélia de Cesaro Castro – Erval Seco, Yara Garcia de Oliveira – Rio Pardo, Dilma Borges Kersting – São Leopoldo e Mara Rejane Farias Garin – Cachoeira do Sul; e conforme o § 2º do mesmo artigo, das letras “f” ao “o” as 12 vagas restantes**: Prestadores de Serviços Municipais Sociedade Civil – Titular:** Igarete Maria da Silva Rodrigues – São Lourenço do Sul, e como **Suplente:** Izabel Teresinha de Souza de Oliveira – São Leopoldo, e **Governamental – Titular:** Tobias Uptmoor Pauly – São Leopoldo, e como **Suplente:** Beatriz Regina Garcia – Montenegro. **Profissionais da Área municipais – Titulares:** Kelly Rieger Avancini da Silva - Caxias do Sul, Caciana Pavi – Cachoeirinha, Magali Renata da Silva – Campo Bom; e como **Suplentes:** Paulo Sérgio Stuart Mariano – Montenegro, Cristian de Oliveira Vieira – Caxias do Sul, e Maiara Hermes do Nascimento - Arroio do Tigre. **Representantes das Instituições de Ensino Superior – Titular:** Mônica Tavares Mazina – Pelotas, e, como **Suplente:** Solange Beatriz Billing Garces – Cruz Alta. **Representantes de Sindicatos – Titular:** Clarisse Nunes Haack - Santo Ângelo e como **Suplente:** Márcia Ferro Amaro – Pelotas. **Representante do Movimento Negro – Titular:** Lisandra Corrêa Ferreira, Cachoeira do Sul**. Representante do Movimento LGBTQIAPN+ – Titular:** Gustavo de Oliveira Duarte – Santa Maria e como **Representante de Partidos Políticos – Titular:** Leidinara Ferreira Marques - Cachoeira do Sul. Nada mais havendo a tratar, a Plenária Final foi encerrada e os membros da Mesa subscreveram a presente Ata.

15 FOTOS DA 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA DO RIO GRANDE DO SUL








CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO


CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO


CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO
MUNICÍPIOS
A - E












Quer um conselho?
Guia prático para a criação de conselhos e fundos estaduais e municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa


7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa /RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação
Apoio:
PUCRS
Realização:
Conferência Estadual da Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação


7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa /RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação
Apoio:
PUCRS
Realização:
Conferência Estadual da Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação




7ª
Conferência
Estadual da
Pessoa Idosa-RS
Envelhecimento Multicultural e
Democracia: Urgência por
Equidade, Direitos e Participação
PUCRS


7ª
Conferência
Estadual da
Pessoa Idosa-RS
Envelhecimento Multicultural e
Democracia: Urgência por
Equidade, Direitos e Participação
PUCRS




SAÍDA




Conferência Estadual
dos Direitos da Pessoa Idosa


7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa /RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação
Apoio:
PUCRS
Realização:
Conferência Estadual da Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicultural e Democra
Urgência por Equidade, Direitos e Partici


Realização:
INSTITUTO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA
SECRETARIA DE ENVOLVIMENTO SOCIAL
Apoio:
PUCRS






Investimentos Política da Pessoa Idosa
Recursos oriundos do FUNEPI
Cuidar Tchê 60+
Investimento R$ 6 milhões
Quase 2 mil pessoas idosas atingidas pelos eventos climáticos foram beneficiadas.
Entrega de kits personalizáveis de até R$ 3 mil nas categorias cozinha, dormitório, mobilidade e eletroeletrônicos de itens essenciais.
7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação
Apoio:
PUCRS
Realização:








Realização:
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL


7ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa /RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação
Apoio:
PUCRS
Realização:
7 Conferência Estadual da Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação


SAÍDA


Apoio:
PUCRS




Conferência
Estadual da
Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicultural e
Urgência por Equidade, Direitos






Apoio:
INSTITUTO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA
PUCRS
Realização:
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Envelhecimento Multicultu


COMISSÃO ORGANIZADORA

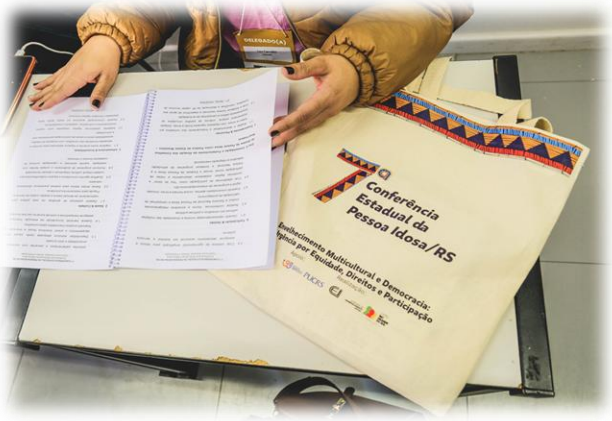











Conferência
Estadual da
Pessoa Idosa/RS






















Teatro
Centro de Ciências e Cultura
Elevadores
Sanitários
Lanchonia
A vida é mais fascinante do que você im ngina.


Conferência
Estadual da
Pessoa Idosa/RS
Envelhecimento Multicult
e Democracia: Urgência
uidade, Direitos e Partic
Apoio:
PUCRS
Realização:
PUCRS


MDHC




INSCRIÇÕES
PARA OFICINA
INSCRIÇÕES
PARA OFICINA



16 APÊNDICES

16.1 Orientações para a organização das conferências municipais da pessoa idosa 2025

No Estado do Rio Grande do Sul, encontramo-nos no momento da preparação da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa, a realizar-se nos dias 08, 09 e 10 de setembro de 2025. Fazem parte dos preparativos para realização da Conferência Estadual, as orientações para a organização das Conferências Municipais e ou/ Regionais da Pessoa Idosa, que, em sendo adequadamente realizadas nos municípios ou nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, serão responsáveis por indicar os(as) delegados(as) para a Conferência Estadual e encaminhar suas deliberações para discussão no âmbito estadual. O período de realização das conferências municipais e ou/ regionais será até 30 de junho de 2025.

A sociedade e os governos em geral precisam compreender a realidade do envelhecimento da população quanto as diversidades, as desigualdades de acesso, oportunidades, ações e serviços. É fundamental estarem preparados para o fato de que na medida em que as pessoas envelhecem, diversos aspectos de suas vidas são modificados; é urgente e necessária a garantia do direito à segurança, à proteção social e às políticas públicas como saúde, previdência, educação, assistência social, moradia, esporte, lazer, segurança pública, entre outras.

As Conferências são instâncias máximas de discussão, definição e deliberação das prioridades para o atendimento das necessidades das pessoas idosas:

I - Tema da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa

"Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação".

II - Eixos:

Eixo 1 - Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais.

Eixo 2 - Fortalecimento de Políticas para proteção à Vida, à Saúde e para o acesso ao cuidado integral da Pessoa Idosa.

Eixo 3 - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

Eixo 4 - Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

Eixo 5 - Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro.

III - Objetivos:

a) Promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável.

b) Identificar os desafios do envelhecimento plural no país, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

c) Construir ações de equidade para a defesa, promoção e proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação Inter federativa.

O presente documento contém as informações necessárias para a realização das Conferências Municipais e/ou Regionais da Pessoa Idosa. Recomendamos aos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa que leiam este documento com atenção e, em caso de dúvidas sobre a realização de suas Conferências Municipais, comuniquem-se com o CEI-RS, preferencialmente, através do e-mail cei-rs@social.rs.gov.br

1. O QUE SÃO AS CONFERÊNCIAS

As Conferências da Pessoa Idosa são instâncias de debate, de formulação e de avaliação sobre temas específicos e de interesse público, voltados à temática do envelhecimento e aos direitos das pessoas idosas.

Essas Conferências contam com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil, sendo espaços amplos e democráticos de reflexão, discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas públicas.

Em resumo, a Conferência é o fórum legítimo e democrático para a discussão, revisão e avaliação das ações desenvolvidas para as pessoas idosas. Assim, suas deliberações devem apontar as demandas das pessoas idosas nas áreas de: Assistência Social, Educação,

Cultura, Esporte, Habitação, Lazer, Meio Ambiente, Previdência, Saúde, Sustentabilidade, Trabalho, Transporte, entre outras. Como há muitas necessidades envolvidas, deve ser deliberado sobre o que é prioritário e urgente. As prioridades resultam dos grupos de trabalho, dos quais participam os(as) delegados(as) e convidados(as).

A organização da Conferência é de responsabilidade do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, ou de Conselhos de uma mesma região, compartilhada com o(as) Gestores(as) municipais aos quais os Conselhos se vinculam.

Na inexistência ou desarticulação do Conselho da Pessoa Idosa, cabe ao gestor municipal a promoção de um Fórum de discussão do tema proposto para a Conferência ou de Conferência Livre (anexo I) - Material Orientador – Conferências Livres) para discutir a situação das pessoas idosas no respectivo município. No caso em que as discussões assumirem este formato, o município poderá enviar suas propostas e indicar seus representantes, que não serão delegados(as), mas participantes, da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa.

2. DOCUMENTOS BÁSICOS DE DISCUSSÃO

a) Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842/1994.

b) Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – Portaria MS nº 2.528/2006.

c) Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741/2003.

d) Deliberações das Conferências Municipais ou Regionais 2018-2019.

e) Deliberações da VI Conferência Estadual - 2019:
https://social.rs.gov.br/v-conferencia-estadual-do-idoso-rs

f) V Conferência Nacional - 2019:
file:///N:/21_DOWNLOADS/anais-da-5-cndpi-final-compressed.pdf

g) Política Estadual do Idoso/RS – Lei nº 11.517/2000.

h) Política Estadual de Saúde da Pessoa Idosa - Portaria SES/RS n° 444/2021.

i) Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Organização Mundial da Saúde (2015):
https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf

j) Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH3:
https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1002/2/Programa%20Nacional%20de%20Direitos%20Humanos%20-%20PNDH3.pdf

k) Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010.

l) Década do Envelhecimento Saudável: https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030

m) Texto Base da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (anexo II).

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerando que a população brasileira está vivendo mais, há de se tornar com maior autonomia, dignidade e respeito com condições de envelhecer, em todas as fases da vida. Essa autonomia, dignidade e respeito é garantida, na medida em que forem assegurados os direitos fundamentais a cada um dos indivíduos que envelhecem. Para tanto, requer que o Estado garanta às pessoas em todas as fases de suas vidas e às pessoas idosas em especial, bem como às suas famílias, programas, ações e serviços capazes de efetivar os direitos de promoção, proteção e defesa.

Para o alcance dos objetivos de uma Conferência Municipal, é importante que todos os participantes conheçam:

a) A legislação pertinente às pessoas idosas.

b) O perfil das condições de vida da população idosa do seu município.

c) As instituições públicas e privadas que atuam no sentido de promover, proteger e defender os direitos da pessoa idosa, bem como seus programas, projetos, ações e serviços.

d) Os mecanismos (CMI, Conferências, etc.) e instrumentos (Planos Plurianuais, Planos de Ação, Orçamentos e Fundos) de gestão e de controle social.

Ainda, é importante lembrar que a Conferência não termina com a sua realização propriamente dita. É aí que ela inicia, uma vez que nesse espaço se avalia a execução das ações da Política Municipal da Pessoa Idosa, bem como são apontadas novas demandas e prioridades que precisam ser incorporadas pelo Governo nas três esferas e materializadas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Municipal de Atenção à Pessoa Idosa, com suas respectivas metas e recursos financeiros alocados. Estes Planos elaborados pelo Governo com a participação e parceria de instituições não governamentais deve ser apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhados e fiscalizados na sua execução.

Vale lembrar que o grande desafio posto é fazer com que as deliberações apontadas, a partir das demandas da população, sejam incorporadas nas agendas do Governo. Entretanto, é responsabilidade de todos os atores envolvidos dar sua contribuição para que essas deliberações sejam transformadas em programas, projetos, ações, serviços, visando melhor qualidade de vida da população idosa.

4. PÚBLICO DAS CONFERÊNCIAS

Todas as pessoas interessadas em participar da Conferência Municipal serão delegados(as) com direito a voz e voto, desde que tenham se registrado/inscrito para participar da Conferência, em local e hora determinado pelo regimento interno.

Delegados(as): O conjunto dos(das) Delegados(das) às Conferências Municipais será composto por:

a) Membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

b) Membros designados pelos órgãos governamentais, mediante ofício.

c) Membros indicados, por ofício, pelas instituições da sociedade civil.

d) Pessoas idosas.

e) Pessoas interessadas.

Observação: A escolha dos delegados da sociedade civil para a Conferência Municipal deverá assegurar a participação de:

Representantes de usuários (Grupos de Pessoas Idosas e Associações de Aposentados).

Representantes de Prestadores de Serviços.

Representantes de Profissionais da área, Instituições Científicas e de Ensino Superior.

5. OPERACIONALIZAÇÃO

A decisão de realização da Conferência Municipal ou Regional é tomada mediante deliberação da plenária do CMI e publicação de Resolução. (Anexo III).

No caso das Conferências Regionais o(a) Presidente de cada Conselho Municipal da Pessoa Idosa deverá assinar Resolução Conjunta.

Após a publicação da Resolução que decide pela realização da modalidade de Conferência, definindo data, hora, local, tema e objetivo, deve ser constituída a Comissão

Organizadora que elaborará o projeto com a respectiva planilha de necessidades de recursos humanos, materiais e financeiros a ser encaminhado ao Órgão ao qual o Conselho está vinculado. O Chefe do Poder Executivo deverá ratificar a realização da Conferência através de ato administrativo.

No caso das Conferências Regionais, a Comissão Organizadora deverá ser composta por pelo menos um membro de cada Conselho Municipal participante e o ato do Chefe do Poder Executivo que ratifica a realização da Conferência Regionalizada deverá ser promulgado pela Prefeitura que a sediará.

Ainda, para o caso de realização de Conferência Regional, a Comissão Organizadora deverá contar com a participação de representantes de todos os municípios envolvidos, cabendo ao município anfitrião, definir o local e oferecer a infraestrutura necessária.

É importante salientar que os municípios participantes de uma Conferência Regional devem individualmente garantir, minimamente, a representação dos diferentes segmentos envolvidos com o atendimento as pessoas idosas.

A Conferência poderá ser precedida de pré-conferências, ou eventos temáticos, ou encontros, etc., como estratégia para ampliar a discussão e participação popular, e eleger representantes para serem delegados na Conferência Municipal ou Regional.

À Comissão Organizadora caberá ainda definir as subcomissões necessárias para assegurar o bom andamento dos trabalhos na Conferência, tais como: divulgação, recepção, logística, administrativa, sistematização, dentre outras, assim como o envolvimento de um maior número possível de representantes institucionais e de segmentos. A função principal dessa Comissão é fazer a coordenação geral do evento, definindo os critérios e condições de sua realização.

Ainda, cada Conferência Municipal ou Regional terá sua especificidade definida, de acordo com as condições existentes na respectiva esfera de Governo. No entanto, é necessário que haja um desenvolvimento metodológico básico centrado na seguinte dinâmica:

a) Inscrição dos participantes e credenciamento dos Delegados(as) (anexo IV) que devem representar os segmentos governamentais e não governamentais, atentando para que nesta representação estejam os prestadores de serviços às pessoas idosas; as instituições técnico-científicas dedicadas ao envelhecimento; instituições de ensino superior que desenvolvam programas voltados às pessoas idosas; as instituições que

congregam profissionais que atuam junto às pessoas idosas e, especialmente, as próprias pessoas idosas organizadas em associações e/ou movimentos sociais.

b) Plenária para leitura e aprovação do regimento interno (anexo V).

c) Cerimônia de abertura com presença de autoridades locais e/ou regionais.

d) Palestras ou Painéis expositivos que abordem o tema e os eixos propostos para a Conferência, integrados por profissionais com domínio e conhecimento da temática. As palestras ou painéis deverão contemplar um tempo de debate dos participantes com os palestrantes, já que este é o momento de consolidar compreensão e conhecimento.

e) Grupos de trabalho para discutir e aprofundar a avaliação dos avanços e desafios da implementação das deliberações da última Conferência, reiterando e redefinindo as prioridades, à luz dos conteúdos contidos no tema e eixos da Conferência.

f) No caso de uma Conferência Regional, os grupos de trabalho deverão ser organizados por município, para que se tenha uma definição de prioridades locais.

g) Após a realização da Conferência, o município ou a região terão o prazo de até 15 dias para a entrega das deliberações ao CEI/RS. O envio do Relatório Final conforme modelo fornecido pelo CEI/RS (anexo VI) deverá ser enviado em cópia física para o endereço: CEI/RS, Av. Borges de Medeiros, 1501/ 8º andar, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS cep 90119 – 900, por meio eletrônico via: e-mail: cei-rs@social.rs.gov.br ou forms: https://forms.office.com/r/VbZSujiRPJ acompanhado de ofício assinado pelo(a) Presidente do Conselho Municipal ou da Comissão Organizadora Regional endereçado à Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa e

h) O relatório final da Conferência Regional será o somatório dos relatórios de cada município participante, sendo de responsabilidade do município anfitrião o envio do documento final à Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa cópia física para o endereço: CEI/RS, Av. Borges de Medeiros, 1501/ 8º andar, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS cep 90119 – 900 e por meio eletrônico via: e-mail: cei-rs@social.rs.gov.br ou forms: https://forms.office.com/r/VbZSujiRPJ acompanhado de ofício assinado pelo(a) Presidente do Conselho Municipal ou da Comissão Organizadora Regional endereçado à Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa.

i) Cada grupo de trabalho terá um tempo para discussão e, ao final, deverá entregar à Comissão de Sistematização o seu Relatório, contendo as deliberações, as quais comporão o documento que será discutido e aprovado na Plenária Final;

j) Plenária Final com conclusões, propostas e moções a serem pactuadas e aprovadas pelos(as) Delegados(as) credenciados(as) e presentes: As propostas, ou seja, as deliberações da Plenária Final correspondem às prioridades de ações de atendimento à pessoa idosa, na respectiva instância municipal, estadual ou nacional. Constituem-se também, em indicativos para a política da esfera imediatamente acima daquela que realiza a Conferência.

Dos 5 (cinco) eixos discutidos pelos grupos, a plenária final deverá eleger somente 05 (cinco) deliberações a serem incluídas no relatório final.

k) Eleição dos(as) delegados(as) para a Conferência Estadual da Pessoa Idosa, conforme segue:

Municípios/população	Nº de delegados por município
Até 50.000 habitantes	2
De 50.001 a 100.000 habitantes	4
De 100.001 a 200.000 habitantes	6
Mais de 200.000 habitantes	8
Capital	10

Ø No caso de realização de Conferência Regional, esta deverá eleger o mesmo número de delegados definidos para as Conferências Municipais. Ex.: Se é composta por 4 municípios no porte de até 50 mil habitantes, cada um dos municípios elegerá 2 delegados para a Conferência Estadual.

Ø A escolha dos(das) Delegados(das) deve contemplar, quando possível, a representatividade dos segmentos mencionados no item 4.1 e, ainda, a paridade entre governamentais e sociedade civil.

Ø Deverá ser escolhido sempre um titular e um suplente.

6. GRUPOS DE TRABALHO

O trabalho em grupo é um dos momentos mais importantes da Conferência, pois é no grupo que os(as) delegados(as) podem expressar e defender suas posições sobre a execução das ações voltadas à pessoa idosa.

É nos grupos de trabalho que serão identificados e avaliados os avanços na implementação das deliberações da última Conferência, reorientando e redefinindo as prioridades, à luz dos conteúdos apresentados nas palestras, a partir dos eixos temáticos.

Os grupos de trabalho serão definidos por ocasião do credenciamento. A inscrição prévia nos grupos procurará contemplar a área temática de interesse do participante para discussão, desde que respeitado o limite máximo das acomodações.

Os grupos se constituirão de acordo com os 05 eixos:

Eixo 1 - Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais.

Eixo 2 - Fortalecimento de Políticas para proteção à Vida, à Saúde e para o acesso ao cuidado integral da Pessoa Idosa.

Eixo 3 - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa.

Eixo 4 - Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

Eixo 5 - Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro.

Cada grupo contará com 1 coordenador(a) e um (1) relator(a), escolhidos(as) pelo grupo, podendo ainda dispor de um (1) facilitador(a) indicado pela Comissão Organizadora. O grupo poderá, a seu critério, indicar relatores adjuntos.

É de competência do(a) coordenador(a) propor as questões a serem discutidas pelo grupo, de acordo com o eixo previamente definido, observando o cumprimento do tempo estabelecido para as intervenções verbais dos participantes.

Os relatores terão a função de fazer o registro das discussões do grupo.

Ao término do trabalho, cada grupo deverá apresentar o quadro resumo, conforme segue:

Eixo 1 - Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais

Eixo 1. Financiamento das Políticas Públicas para ampliação e garantia dos Direitos Sociais (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				

5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 2 - Fortalecimento de Políticas para proteção à Vida, à Saúde e para o acesso ao cuidado integral da Pessoa Idosa

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				

3.				
4.				
5.				

Eixo 3 - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa

Eixo 3- Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 4 - Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices

Eixo 4 – Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices. (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				

2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 5 - Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro

Eixo 5 – Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Por fim, destacamos que este documento é um orientador à realização das Conferências da Pessoa Idosa e o município tem a liberdade de adaptar a partir de sua realidade.

Desejamos a todos(as) uma excelente Conferência e nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas.

Documentos anexos:

Anexo I - Material Orientador – Conferências Livres

Anexo II - Texto Base da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Anexo III - Modelo Resolução

Anexo IV - fichas de inscrição dos(as) participantes conferência municipal

Anexo V - minuta de Regimento interno da VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa

Anexo VI - Relatório Final da conferência municipal

Anexo VII - ficha de avaliação

16.2 Apresentação padrão CEI para as conferências municipais da pessoa idosa





O fortalecimento dos direitos da pessoa idosa no Brasil exige um esforço conjunto do Estado, da sociedade civil e das próprias pessoas idosas. É fundamental garantir o financiamento adequado das políticas públicas, proteger a vida e a saúde, combater a violência, promover a participação social e fortalecer os Conselhos da Pessoa Idosa nos Municípios, Estado e Nação.

O Brasil Envelhecido: Desafios e Oportunidades

O Censo Demográfico de 2022 revelou um aumento de 56% na população idosa em relação a 2010, com um índice de envelhecimento que dobrou no mesmo período. Essa transição demográfica exige uma análise aprofundada das realidades múltiplas que incidem na qualidade de vida das pessoas idosas, considerando fatores como educação, renda, gênero, raça, orientação sexual, território e privação de liberdade.

População do Estado do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul é dividido em **497 municípios**, conforme Censo Demográfico do IBGE 2022, a população total é de **10,8 milhões de habitantes,** destes 20% são pessoas idosas, sendo o Estado mais envelhecido do País,

O Estado ocupa o sexto lugar entre os mais populosos do Brasil, sendo superado por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná.

Fortalecimento dos Direitos da Pessoa Idosa no Brasil

As Conferências tem o papel de discutir os desafios e as oportunidades para a proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa no Brasil, nos Estados e em especial nos Municípios com foco em cinco eixos principais.

Eixo 1 – Financiamento para Ampliação e Garantia doas Direitos Sociais.

Eixo 2 – Fortalecimento de Políticas para a proteção à vida, a Saúde e para o acesso aos cuidados integral da Pessoa Idosa.

Eixo 3 – Proteção e enfrentamento a quaisquer forma de violência e abandono social e familiar da Pessoa Idosa.

Eixo 4 – Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

Eixo 5 – Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro.

Eixo 1 – Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais

Fundo Público

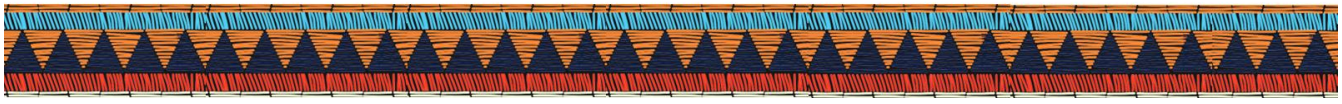
e

Fundos Especiais



Fundo Público

Orçamento público é a expressão mais visível do fundo público, possibilitando a efetividade das ações planejadas pelo Estado e retratadas nas políticas públicas priorizadas pelo governo.



Fundos Especiais

Fundos da Pessoa Idosa Nacional, Estaduais e Municipais.

As principais fontes de captação de recursos do fundo são:

- ✓ Recursos advindos da dotação orçamentária do governo
- ✓ Dotações provenientes das diferentes esferas de governo
- ✓ Doações de pessoas físicas ou jurídicas
- ✓ Multas aplicadas nos termos previstos Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741 de 01/10/2003)

Perguntas motivadoras:
1.1. Você saberia dizer se no seu município/estado tem o Fundo da Pessoa Idosa?
1.2. Caso o seu município/estado ainda não tenha o Fundo da Pessoa Idosa, o que poderia ser feito para constituí-lo?
1.3. Na sua opinião, o governo (municipal/estadual/federal) tem investido o suficiente em políticas sociais para as pessoas idosas?
1.4. Na sua opinião, o que deveria constar como prioridade no orçamento público do município/estado/união para beneficiar a vida das pessoas idosas?
1.5. Na sua opinião, o que impede os governos municipais/estaduais/federal de investirem em ações para as pessoas idosas?
1.6. Quais ações podem ser adotadas pelos(as) gestores(as) do seu município/estado para aumentar a participação das pessoas idosas no processo de decisão sobre o orçamento público?

Eixo 2 – Fortalecimento de Políticas para a Pessoa Idosa

Estratégias e ações para a garantia da proteção integral à vida, à saúde e ao cuidado integral das pessoas idosas, considerando os determinantes sociais e suas interseccionalidades.

Políticas públicas essenciais: educação, cultura, mobilidade urbana, assistência social, previdência social, esportes, lazer e inclusão tecnológica.

População Idosa e proteção social:

- ✓Crescimento Demográfico
- ✓Desigualdades sociais impactando a qualidade dos serviços e atendimentos.
- ✓Vulnerabilidades (falta de renda, a ameaça ou violação de direitos, a violência, a discriminação, o isolamento e a falta de serviços especializados)

Cuidado Integral

O cuidado integral é fundamental para promover a saúde e o bem-estar das pessoas idosas, considerando os aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais.

A importância das políticas públicas para garantir um envelhecimento saudável

Perguntas motivadoras:
2.1. Você se sente protegido e respeitado em sua comunidade?
2.2. Na sua opinião, quais ações ou serviços deveriam ser implementadas para garantir a proteção das pessoas idosas no seu município/estado?
2.3. Você conhece os seus direitos como pessoa idosa?
2.4. Você conhece os serviços do seu município/estado ou da união direcionados para as pessoas idosas?
2.5. Como você avalia a qualidade dos serviços que o seu município/estado oferece atualmente às pessoas idosas?
2.6. Como a comunidade pode ajudar a fortalecer as ações e serviços de proteção às pessoas idosas?

Eixo 3 – Proteção e enfrentamento a quaisquer forma de violência e abandono social e familiar da Pessoa Idosa.

Violência contra a Pessoa Idosa

A violência contra a pessoa idosa é um problema complexo, com diferentes tipos de violência, incluindo estrutural, institucional e familiar.

Políticas Sociais

Devem ser específicas para as pessoas idosas.

Compreendendo a Complexidade da Violência Contra a Pessoa Idosa

Desafios na Identificação

A identificação da violência contra a pessoa idosa pode ser desafiadora, pois muitas vezes ocorre em ambientes familiares ou institucionais, onde a vítima pode ter dificuldade em denunciar o agressor.

Diversas Formas de Violência

A violência contra a pessoa idosa pode se manifestar de diversas formas, incluindo física, psicológica, sexual, financeira e negligência. É crucial reconhecer a complexidade do problema e a necessidade de ações abrangentes para combatê-la.

Tipos de Violência Contra a Pessoa Idosa

Violência Estrutural

Decorrente das desigualdades sociais e discriminações, como o idadismo, que afeta as pessoas idosas.

Violência Institucional

Ocorre dentro de serviços públicos ou privados, por meio de omissões, negligências, ineficiência de políticas públicas e falta de recursos.

Violência Familiar

Acontece dentro do lar, com agressores sendo membros da família ou cuidadores contratados, impactando a saúde física e mental da vítima.

A Importância das Políticas Sociais

Proteção

As políticas sociais devem garantir a proteção da pessoa idosa contra todas as formas de violência, promovendo a sua segurança e bem-estar.

Acesso à Justiça

É fundamental garantir o acesso à justiça para as pessoas idosas vítimas de violência, assegurando que seus direitos sejam respeitados e que os agressores sejam responsabilizados.

Apoio Social

As políticas sociais devem oferecer apoio social às pessoas idosas, incluindo serviços de saúde, assistência social, moradia e atividades de lazer, promovendo a sua inclusão social e qualidade de vida.

A Importância da Implementação das Leis

Apesar da existência de legislações importantes, como a Constituição Federal, a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa, a sua implementação eficaz ainda é um desafio. A ausência de uma aplicação efetiva dessas normas contribui para a persistência de violências e abusos contra as pessoas idosas, comprometendo a efetividade das medidas de proteção estabelecidas.

Ações Estratégicas para o Enfrentamento à Violência

Promoção: Promover a conscientização sobre os direitos da pessoa idosa e a importância de um envelhecimento saudável e livre de violência.

Prevenção: Desenvolver programas de prevenção à violência contra a pessoa idosa, incluindo ações de educação, capacitação e mobilização social.

Registro e Acompanhamento: Implementar sistemas eficientes de registro e acompanhamento de casos de violência contra a pessoa idosa, garantindo a coleta de dados e a análise de tendências.

Enfrentamento: Desenvolver ações de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, incluindo medidas de proteção, assistência e responsabilização dos agressores.

Um Envelhecimento Digno e Saudável

O respeito pela vida, pela integridade e pela garantia de condições de um envelhecimento digno e saudável são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e inclusiva. É preciso garantir que as pessoas idosas tenham seus direitos respeitados e que possam viver com dignidade e segurança.

Perguntas motivadoras:
3.1. Você já presenciou alguma forma de violência ou discriminação contra uma pessoa idosa? Pode compartilhar essa experiência?
3.2. Você já sofreu alguma violência ou discriminação? Pode compartilhar sua experiência?
3.3. O que poderia ser feito para prevenir o abandono de pessoas idosas no seu município/estado?
3.4. Você conhece algum serviço ou órgão no seu município/estado que acolhe os casos de violência contra pessoas idosas? Se sim, quais?
3.5. Quais os sinais de violências que as pessoas idosas sofrem e que deveríamos ficar atentos para atuarmos de forma mais efetiva?
3.6. Como reduzir a violência estrutural e institucional contra as pessoas idosas?
3.7. Você já recebeu informações sobre como denunciar uma violência que ocorre com uma pessoa idosa?
3.8. Na sua opinião, como a comunidade pode ajudar a combater a violência contra

Eixo 4 – Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.

A importância da participação ativa em políticas públicas, a necessidade de combater a discriminação por idade e a construção de uma sociedade inclusiva que valorize a experiência e a sabedoria das pessoas mais velhas.

Participação Social e Protagonismo

Participação Social
A participação social é fundamental para o fortalecimento do processo democrático, mas as pessoas idosas enfrentam desafios para se engajar em espaços públicos.

Participação Comunitária
As pessoas idosas devem ter a oportunidade de participar ativamente em grupos e ações comunitárias, contribuindo com seus conhecimentos e experiências.

Combate à Discriminação
É fundamental combater o idadismo e outras formas de discriminação para garantir a participação e o protagonismo das pessoas idosas.

Desafios da Participação Social

Obstáculos Individuais

Condições de saúde, insegurança em sair sozinho(a) e horários de reuniões podem dificultar a participação de pessoas idosas.

Obstáculos Coletivos

Cidades não adaptadas para diferentes idades, regras e dinâmicas de participação que geram insegurança e dificuldades na expressão de opiniões.

O Que é Participação no Envelhecimento?

Integração Social

Participação ativa na formulação e implementação de políticas que afetam o bem-estar das pessoas idosas.

Transmissão de Conhecimento

Compartilhar conhecimentos e habilidades com as gerações mais jovens.

Voluntariado

Prestar serviços à comunidade de acordo com interesses e capacidades.

Participação Social e Comunitária

Conselhos da Pessoa Idosa

Espaços de participação e controle social para a promoção e gestão democrática das políticas públicas do envelhecimento.

Conferências Nacionais

Instâncias de debate, formulação e avaliação sobre temas específicos e de interesse público relacionados à pessoa idosa.

Tecnologia e Participação Social

Plataformas Digitais

Facilitar e ampliar o acesso da população à participação em políticas públicas, como o Brasil Participativo.

Espaços Presenciais

Consultas públicas, fóruns de debates, oficinas de formação, atividades culturais e de lazer para fortalecer os laços comunitários.

Combater a Discriminação por Idade

Idadismo: Prática discriminatória direcionada às pessoas com base na sua idade, dificultando sua participação ativa.

Danos à Cidadania: Prejudica o exercício da cidadania e a efetiva implementação dos direitos das pessoas idosas.

Legislação: A Constituição e o Estatuto da Pessoa Idosa consideram o idadismo um crime.

Construindo uma Sociedade Inclusiva

A participação social na perspectiva das múltiplas velhices só será efetiva se os espaços coletivos oferecerem dinâmicas que favoreçam o acolhimento das diferenças sem discriminação. É fundamental reconhecer a experiência e a sabedoria das pessoas idosas, garantindo sua participação ativa e constante nos processos de tomada de decisão. Juntos, podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente da idade, possam exercer sua cidadania e contribuir para o bem comum.

Perguntas motivadoras:
4.1. Você participa ou já participou de grupos ou associações de pessoas idosas no seu município/estado? Pode compartilhar a sua experiência?
4.2. Na sua opinião, quais são as dificuldades enfrentados pelas pessoas idosas para se envolverem mais nos espaços coletivos de debate e decisão do seu município/estado? O uso da internet, de computadores, celulares para participar das reuniões seria um deles?
4.3. Como você vê a participação das pessoas idosas de determinados grupos (pessoas idosas LGBTQIAPN+, quilombolas, negras, indígenas e outros) na sua comunidade? Elas estão presentes? Elas sofrem mais preconceitos do que as outras pessoas idosas?
4.4. Na sua opinião, quais atividades comunitárias seu município/estado poderia desenvolver voltadas para pessoas idosas?
4.5. Você se sente ouvido nas decisões que influenciam as vidas das pessoas idosas do seu município/estado?
4.6. O que significa para você a frase: "*nada sobre nós, sem nós*", quando se for pensar e desenvolver as ações e serviços para as pessoas idosas?

EIXO 5 – Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro

Papel dos Conselhos: são órgãos de controle social, com o objetivo de supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas para as pessoas idosas.

Estratégias de Fortalecimento: a implementação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI) é uma das principais estratégias de fortalecimento dos Conselhos.

Gestão Participativa: os conselhos devem participar do processo institucional de gestão participativa, como as Conferências, para o debate e controle social das políticas públicas.

Desafios e Oportunidades

Conhecimento sobre o Envelhecimento

A falta de conhecimento sobre os fatores que envolvem o envelhecimento pode fragilizar a atuação dos Conselhos, transformando-os em espaços de consulta e referendo, ao invés de instâncias deliberativas.

Participação da Sociedade Civil

A dificuldade de composição das vagas direcionadas à sociedade civil nos Conselhos prejudica a perspectiva da paridade, comprometendo o controle social.

Fortalecimento dos Conselhos

A consolidação dos Conselhos, com a garantia de sua autonomia e capacidade de ação, é fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas para a pessoa idosa.

Exercício da Democracia Participativa

Efetivação Política Pública

Conselho

É um espaço de interface entre o Estado e a sociedade, assumindo a cogestão da política social pública para as pessoas idosas.

Criados, na Constituição de 1988, como canais de participação popular direta da sociedade nas decisões do governo e espaços de democracia participativa.

O Controle Social

É a participação de setores organizados da sociedade na formulação e efetivação de políticas públicas:

- ✓ elaboração dos planos, programas e projetos;
- ✓ acompanhamento e avaliação.

RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Fundamentação legal do controle social

- ✓ Constituição Federal de 1988.
- ✓ Política Nacional da Pessoa Idosa - Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994.
- ✓ Estatuto da Pessoa Idosa - Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.
- ✓ Política Estadual da Pessoa Idosa/RS – Lei Estadual 11.517/2000
- ✓ Decreto nº 44.655/2006. Dispõe sobre a execução de ações relativas à Política Estadual da Pessoa Idosa no RS.

(Conselho Estadual e Conselhos Municipais)

Perguntas motivadoras:
5.1. No seu município/estado tem conselho de direitos para as pessoas idosas?
5.2. Você conhece o conselho de direitos da pessoa idosa do seu município/estado? O que sabe sobre eles?
5.3 Para você, quais seriam as funções de um conselho de direitos para as pessoas idosas?
5.4. Na sua opinião, quais melhorias poderiam ser realizadas na atuação do conselho de direitos da pessoa idosa do seu município/estado?
5.5. O que poderia ser feito para aumentar a participação das pessoas idosas nos vários conselhos de direito do município/estado/união? Exemplo: conselho das pessoas idosas, da mulher, da saúde, da educação, conselhos comunitários.
5.6. Para você, como o conselho de direito do município/estado/união poderia atuar de forma conjunta com outras ações e serviços destinados à pessoa idosa?

Obrigada!

IVANIR MARIA ARGENTA DOS SANTOS – Sociedade Civil
(Ascar/Emater-RS) 51 – 9917-6990

Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI/RS
Endereço: Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, 1501, 8º andar
e-mail: cei-rs@social.rs.gov.br
telefone: (51) 3288-6560

16.3 Modelo de relatório para as conferências municipais da pessoa idosa

Município:

.....

1. Informações básicas da Conferência

1.1. Nome da Conferência:

1.2. Local e data:

1.3. Composição da Comissão Organizadora:

1.4. Número total de participantes na Conferência:

1.4.1. Número total de participantes do governo:

1.4.2. Número de participantes da sociedade civil:

2. Resultados da Conferência Municipal

2.1. Faça o resumo geral da Conferência utilizando o máximo de 5 páginas, seguindo o seguinte roteiro:

· Breve avaliação da Conferência, ressaltando os pontos fortes e os desafios enfrentados tanto na sua organização, quanto durante a sua realização.

· Breve relato sobre o debate realizado na Conferência de abertura, Painél e Palestra.

· Número de delegados(as) eleitos(as) para a Conferência Estadual e respectivos segmentos que representam.

2.2. Anexar os seguintes documentos:

2.2.1. Decreto ou instrumento legal que convocou a Conferência

2.2.2. Decreto ou instrumento legal que instituiu a Comissão Organizadora

2.2.3. Regimento interno da conferência.

2.2.4. Lista de presença dos(as) participantes

2.2.5. Ata de eleição dos(as) delegados(as).

2.2.6. Anexar cópia de todo material produzido para a Conferência e matérias que saíram na mídia.

2.3.Comentários (não obrigatório): Caso deseje fazer alguma observação, sugestão, crítica, este é um espaço livre para isso. Utilize no máximo duas páginas.

3. Deliberações Finais

Eixo 1 - Financiamento para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais.

Eixo 1. Financiamento das Políticas Públicas para ampliação e garantia dos Direitos Sociais (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 2 - Fortalecimento de Políticas para proteção à Vida, à Saúde e para o acesso ao cuidado integral da Pessoa Idosa

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 3 - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa

Eixo 3- Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 4 - Participação Social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices

Eixo 4 – Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices. (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

Eixo 5 - Consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como política do Estado Brasileiro.

Eixo 5 – Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro (5 propostas para cada esfera de governo)				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
Prioridades para a União				
Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				

16.4 Ficha de inscrição dos(as) delegados à VII Conferência Estadual da Pessoa Idosa

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. CATEGORIA

( ) Delegado(a) ( ) Titular ou ( ) Suplente

( ) Convidado(a) ( ) Observador(a)

( ) Conselheiro Estadual/Delegado Nato da VII Conferência Estadual

1.2. COMO VOCÊ SE IDENTIFICA:

( ) Instituição Prestadora de Serviços

( ) Instituição de Ensino Superior

( ) Instituição de Profissionais da Área

( ) Instituição Técnico-Científica

( ) Associação de Aposentados

( ) Associações/Grupos/Clubes de Terceira Idade

( ) Trabalhadores Rurais

( ) Sindicatos

( ) Movimento Feminista ou de Mulheres

( ) Movimento Negro

( ) Movimento LGBT

( ) Partidos Políticos

( ) Comunidades tradicionais (indígena, quilombola,ribeirinha). Qual?

( ) Outras. Citar qual: .....

2. DADOS PESSOAIS

2.1. Nome:

2.2. Nome social (Portaria MP/GM nº 233, de 18.05.2010, PNDH):

2.3. Data de Nascimento: Idade:

2.4. Nº RG: órgão expedidor: UF:

2.5. Nº CPF:

2.6. Nacionalidade:

( ) Brasileira ( )Outra, qual?.....

2.7. Endereço Residencial (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP):.....

2.8. Telefones com DDD (Fixo/Celular):

2.9. E-mail:

2.10. Possui alguma deficiência:

( ) Não ( )Sim. Qual deficiência.....

2.11. Identidade de gênero:

( ) Feminino ( ) Masculino

( ) Mulher trans ( ) Homem trans

( ) não binário ( ) Travesti ( ) Outra.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E ESCLARECIMENTOS SOBRE O RELATÓRIO

1. Nome completo: _____
2. Nome da instituição/organização a que pertence: _____
3. Telefone com DDD: _____
4. Endereço eletrônico (e-mail): _____

16.5 Glossário

Acessibilidade: possibilidade de superar entraves que representam barreiras para a efetiva participação das pessoas nos vários âmbitos da vida social. É, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social.

Centro de Convivência: equipamento integrante da Proteção Social Básica, cujo objetivo é a prevenção de situações de riscos sociais e pessoais, o Centro de Convivência desenvolve atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e da sociabilidade, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): também integrante da Proteção Social Básica, o CRAS é a porta de entrada para a assistência social, sendo responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, além do fornecimento de orientação sobre direitos e benefícios socioassistenciais.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que é direcionada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que já tiveram seus direitos violados, o CREAS é responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); do Serviço Especializado em Abordagem Social; do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Centro Dia: também integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinada ao atendimento a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que possuem algum grau de dependência de cuidados e que necessitem de apoio na realização das atividades da vida diária (AVD). O objetivo do Centro Dia é evitar o isolamento social, o abandono e a necessidade de acolhimento institucional, pois diminui a sobrecarga do cuidador, já que a pessoa idosa permanece sob cuidados no local durante o dia e retorna para casa ao final deste dia.

Cidadão: pessoa livre que goza de direitos civis e políticos no seu país, respeita as regras da sociedade e assume certos deveres para garantir o espaço de cada um e o bem da sociedade como um todo. Todavia, além dos deveres, o cidadão também possui direitos.

Cofinanciamento: financiamento de programas, projetos, ações e outros, em conjunto com outra pessoa ou instituição, de forma compartilhada, onde ambas se responsabilizam pela mesma obrigação.

Conselho da Pessoa Idosa: órgão permanente, de controle social, criado por Lei específica, deliberativo e fiscalizador das políticas e das ações voltadas às pessoas idosas. Possui composição paritária entre órgãos governamentais e instituições representativas da sociedade civil, o que o torna um espaço de interface entre o Estado e a sociedade, em que ambos assumem a cogestão da política social pública para as pessoas idosas.

Controle Social: garantia da participação da sociedade civil organizada, com o objetivo de fiscalizar, monitorar e avaliar o processo de construção/formulação das ações, da destinação e aplicação dos recursos públicos e do impacto na vida dos assistidos.

Cultura: conjunto que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelos seres humanos como membros da sociedade.

Democracia: governo em que o poder é exercido pelo povo, baseado na ideia de liberdade e de soberania popular em que não haja desigualdades ou privilégios entre classes.

Direitos: são liberdades e garantias que os indivíduos possuem, conquistas traduzidas nas leis e códigos como fruto de usos e costumes. Para defendê-los e exercê-los, é necessário conhecê-los.

Envelhecimento: processo contínuo e gradual de alterações naturais que começam na idade adulta. Período em que muitas funções corporais começam a declinar gradualmente. É heterogêneo, porque é composto de diferentes velhices.

Equidade: reconhecimento de que não somos todos iguais e que é preciso ajustar esse "desequilíbrio". Se nosso objetivo é garantir que as pessoas desfrutem das mesmas oportunidades, não podemos deixar de considerar as diferenças individuais.

Fundo Municipal da Pessoa Idosa: fundo especial criado pela Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que em seu artigo 71, dispõe: "constitui fundo especial o~~s~~ produto~~s~~ das receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ~~e~~ ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação". Os Fundos Municipais podem ser

considerados como unidades de captação de recursos financeiros destinados, exclusivamente, a atender a política que contemple a pessoa idosa.

Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI): serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que é destinada a pessoas que se encontram em situações de alto risco, as ILPIs oferecem acolhimento institucional para pessoas idosas de ambos os sexos, independentes ou com diversos graus de dependência. O acolhimento deve ser provisório e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio familiar.

Orçamento Público: forma pela qual o Governo organiza o dinheiro que recebe (impostos, taxas e contribuições incluídos nos produtos e serviços que consumimos e utilizamos) e decide como vai gastar, atendendo assim, às necessidades da população.

Participação: envolvimento e influência de cada pessoa nos processos, nas decisões e nas atividades. A participação é um direito de todos e todas e é a base de trabalho das comunidades, das Políticas Sociais, dos Conselhos, dos Grupos de Pessoas Idosas e outros. Se dá de forma representativa através do voto consciente no processo decisório, nos Grupos de Convivência, nas Associações, nos Clubes e nos Conselhos de Políticas Públicas Setoriais e de Direitos. A participação propicia o exercício da cidadania, qualifica e amplia as contribuições dos indivíduos para as transformações sociais.

Política Nacional do Idoso: estabelecida pela Lei 8.842/1994, considera pessoa idosa quem tem 60 anos ou mais e objetiva assegurar os direitos das pessoas idosas, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Políticas Públicas: devem expressar a intenção do governo em efetivar os princípios democráticos com ações que respondam às particularidades, diversidades, necessidades e anseios de uma determinada população.

Protagonista: significa o primeiro, o principal, o lutador, o personagem fundamental, o ator principal.

Velhice: na maioria das culturas, é considerada como a fase final da vida. É o resultado de tudo que fizemos e vivemos nas fases anteriores. É individual.